

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Poder local, cidadania e educação: das condições para construção de uma cidade educadora –
um estudo produzido a partir do Bairro Restinga – Porto Alegre

EDESMIN WILFRIDO PALACIOS PAREDES

PORTO ALEGRE

2007

EDESMIN WILFRIDO PALACIOS PAREDES

Poder local, cidadania e educação: das condições para construção de uma cidade educadora –
um estudo produzido a partir do Bairro Restinga – Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Jaqueline Moll
Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos.

PORTO ALEGRE

2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P227p Paredes, Edesmin Wilfrido Palacios

Poder local, cidadania e educação: das condições para construção de uma cidade educadora: um estudo produzido a partir do bairro Restinga – Porto Alegre [manuscrito] / Edesmin Wilfrido Palacios Paredes; orientador : Jaqueline Moll; co-orientador Marcos Ferreira Santos. – Porto Alegre, 2007.

115 f. + Anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007, Porto Alegre, BR-RS.

1. Educação – Cidadania – Participação. 2. Cidade educadora – Porto Alegre (RS). 3. Política educacional – Políticas públicas. I. Moll, Jaqueline. II. Santos, Marcos Ferreira. II. Título.

CDU – 374.7(816.51)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus irmãos Beatriz, René, Mauro, Magdalena, Benjamin, Geovanni e Wilman, a minha mãe Glora, a minha Orientadora Profa Dra. Jaqueline Moll, a meu Co-orientador e mais que isso grande amigo Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos e sua esposa Solange, a Patrícia Pérez Morales apoio incondicional nesta caminhada, a Juan Carlos Pérez e sua esposa Renata, e todos os amigos e amigas e conhecidos do inesquecível Porto Alegre.

“La vida tiene sentido cuando es motivada por el amor”

Agradecimentos

À Patricia, por seu amor, carinho e compreensão neste agitado processo de elaboração da dissertação; sem esse apoio a vida perderia, com certeza, muito do seu encanto.

Aos meus pais Alfredo Palacios *in memoriam* e Gloria Paredes que, mesmo na distância, não deixou de me abençoar e apoiar espiritualmente.

Ao meu irmão Benjamin, pelo apoio moral e espiritual e a todos meus irmãos que sempre acreditaram em mim.

Ao meu cunhado Juan Carlos Pérez e sua esposa Renata, por seu apoio constante.

À Professora Doutora Jaqueline Moll, por seu compromisso acadêmico, amizade e apoio incondicional, que mesmo na distância, esteve sempre me acompanhando, pelo estímulo constante oferecido às minhas atividades de produção de conhecimento e, em especial, pela orientação sempre competente, instigante e carinhosa à elaboração desta dissertação.

Ao Professor Doutor Marcos Ferreira Santos, por sua compreensão, pelo apoio acadêmico, profissionalismo, pela motivação, amizade, confiança e por me co-orientar com dedicação.

Aos Professores Doutor Nilton Bueno Fischer e Doutor Evaldo Pauli, pela disponibilidade e suas valiosas sugestões na conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Marcelo Baquero, por aceitar o convite para participar da banca examinadora deste trabalho.

À Sra. Mary Pires Secretária da Pós-Graduação da Faculdade de Educação, que me ajudou nos processos legais, orientações acadêmicas curriculares.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio econômico pelo qual foi possível a realização desta pesquisa.

Aos amigos Rodrigo Luvizotto, Nilton Kotsuka, Demetrius, Maurice Loukou, Clenir Franck, José Manuel Diaz, Mônica Pelaes, Márcia Prigol, Félix Gonzáles e Renildes, Gabriel e sua amada Gabriela e Kátia Santos, pessoas que ofereceram sua valiosa amizade e estiveram sempre dispostas para colaborar.

SUMÁRIO

RESUMO	07
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 A CIDADE, UMA RETROSPECTIVA PARA CHEGAR A SER EDUCADORA	16
1.1 Cidade dos sonhos	16
1.2 Cidade, uma retrospectiva	19
1.3 Que é uma cidade?	24
1.4 Cidade educadora	30
1.5 Para ser cidade educadora tem que haver participação cidadã	37
CAPÍTULO 2 MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL	48
2.1 Administração local	48
2.2 Estado e sociedade civil	55
2.3 Espaços públicos	59
2.4 Cidadania e ação social	62
CAPÍTULO 3 PORTO ALEGRE UMA CIDADE EDUCADORA	69
3.1 Porto Alegre	69
3.2 Porto Alegre, um espaço social como identidade	73
3.3 Restinga	77
3.4 Identidade e pertença: a esperança da periferia	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
ANEXOS	109
Anexo 1 Carta das Cidades-Educadoras	109
Anexo 2 CD com fotos e gravações das entrevistas realizadas em Porto Alegre e Restinga, nos períodos de fevereiro de 2003 e 2006	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

RESUMO

A importância do estudo do *Poder local, cidadania e educação: das condições para construção de uma cidade-educadora – um estudo produzido a partir do Bairro Restinga – Porto Alegre, Brasil* fundamenta-se na necessidade de descobrir uma nova dimensão do espaço urbano e consolidá-lo como um modelo policêntrico, que pretende estimular o potencial de desenvolvimento dos diferentes núcleos urbanos inter-relacionados entre o poder local, cidadania e educação, com o fim de alcançar uma cidade-educadora efetiva, protagonista de seu próprio desenvolvimento. Para tanto, tal cidade deve gerar políticas educativas, sociais, culturais e econômicas, sendo ciente de sua própria gestão e sopesando as possibilidades e os limites num projeto de cidade mobilizadora de recursos e energias. Essas características devem efetivar-se em programas específicos, como a construção de identidades sociais, nacionais e étnicas. Para avançar no projeto de cidade-educadora é imprescindível conhecer e contar com os agentes que se comprometem no seu desenvolvimento: cidadãos líderes, profissionais, instituições educativas, sistemas produtivos, associativismo e a família. Todos são atores que contribuem para a consolidação de uma nova relação entre cidade, governo e governados. Dessa forma, uma cidade torna-se educadora quando é relacional, funcional, equitativa e participativa, bem como quando aproveita suas possibilidades estéticas, ambientais e de convívio com o âmbito natural, mediante as contribuições conjuntas dos distintos agentes. Uma cidade que, por contar com suficiente coesão e equilíbrio social, permita o enriquecimento das relações dos habitantes entre si e com o seu meio, entre os atores sociais e seu espaço local. É com base nesses pressupostos que Porto Alegre vêm somando aunando esforços com a intenção de integrar o centro e a periferia, de aproveitar a diversidade polivalente que oferecem os bairros, dar maior diversidade de funções, acessibilidade e funcionalidade. Considerando essas características faremos referência a Restinga, bairro com destacada participação cidadã, que respeitando sua morfologia e aproveitando sua demografia, quer ser parte da composição social urbana da grande Porto Alegre.

Palavras chave: Educação, cidade, poder local, bairro, periferia, administração, atores sociais, urbano, espaço, Porto Alegre.

RESUME

L'importance de l'étude du *Pouvoir local, citoyenneté et éducation : des conditions pour la construction d'une cité-éducatrice - une étude faite à partir du Quartier Restinga - Porto Alegre, Brésil* se fonde sur la nécessité de découvrir une nouvelle dimension de l'espace urbain et le consolider comme un modèle polycentrique, lequel prétend stimuler le potentiel de développement des différents noyaux urbains interrelationés entre le pouvoir local, la citoyenneté et l'éducation, dans le but d'atteindre une cité-éducatrice accomplie, protagoniste de son propre développement. Pour cela, la dite ville doit implanter des politiques éducatives, sociales, culturelles et économiques, étant consciente de sa propre gestion et soupesant les possibilités et les limites dans un projet de ville mobilisatrice de ressources et d'énergies. Ces caractéristiques doivent s'accomplir dans des programmes spécifiques, comme la construction d'identités sociales, nationales et ethniques. Pour avancer dans le projet de cité-éducatrice il est indispensable de connaître et de compter sur les agents qui s'engagent dans son accomplissement : citoyens leaders, professionnels, institutions éducatives, systèmes de production, associativisme et la famille. Tous sont des acteurs qui contribuent à la consolidation d'une nouvelle relation entre ville, gouvernement et gouvernés. De cette façon, une ville devient éducatrice quand elle est relationnelle, fonctionnelle, équitable et participative, aussi bien que quand elle exploite ses possibilités esthétiques, environnementales et de convivialité avec le contexte naturel, moyennant les contributions communes des différents agents. Une ville qui, tout en comptant sur sa parfaite cohésion et équilibre social, permettra l'enrichissement des relations des habitants entre lui et avec son moyen, entre acteurs sociaux et son espace local. C'est sur la base de ces présuppositions que Porto Alegre est en train de faire des efforts dans le but d'intégrer le centre et la périphérie, d'exploiter la diversité polyvalente qu'offrent les quartiers, de donner une plus grande diversité de fonctions, accessibilité et fonctionnalité. En considérant ces caractéristiques nous ferons référence à Restinga, quartier avec une grande participation des citoyens, qui en respectant sa morphologie et en profitant de sa démographie, veut faire partie de la composition sociale urbaine de la grande Porto Alegre.

Mots clé : Éducation, ville, pouvoir local, quartier, périphérie, administration, acteurs sociaux, urbain, espace, Porto Alegre.

ABSTRACT

The importance of the study of the local power, citizen and education: Conditions for the construction of one educated city - a study produced since Restinga - Porto Alegre, Brazil is supported in the need to discover a new one dimension of the urban space and to consolidate it as a model one polycentric, that intends to stimulate the different fraud development potential nucleus urban interrelated among the local power, citizen and education, the end to reach an effective city - educated, protagonist of its own development. For so much, such city should generate politic as educational, social, cultural and economics, go backwards of its own one question and weighing the possibilities and limit them in a project of mobilizing city of resources and energies. Those characteristics owe effectiveness in program specifics, like the construction of national, social identities and ethnics. To advance in the project of city-education is indispensable to know and to include the agents that itself compartmented in the development of citizen leaders, professionals, educational institutions, productive systems, associations and the family. All are actors that contribute to the consolidation of a new one relationship among city, government and those governed. Of that form, a city returns educated when it is relational, functional, acquisitive and participative, also, when it takes advantage of its possible esthetics, environmental and contact with the ambition natural, by means of the joint contributions of the different agents. A city that, by including sufficient cohesion and social equilibrium, permit the enrichment of the relations of the inhabitants among its middle class, between the social actors and its local space. It is based on those budgets, that Porto Alegre combines efforts with the intention of integrating he center and the periphery, of taking advantage of the polyvalent diversity that offer the neighborhoods, to, give greater diversity of functions, accessibility and functionality. Considering those characteristics we will refer to Restinga, a neighborhood with noticeable civic participation, that respecting its morphology and taking advantage of its demographics, wants to be part of the social urban composition of the great Porto Alegre.

Key words: Education, city, local power, neighborhood, periphery, administration, urban, social actors, space, Porto Alegre.

RESUMEN

La importancia del estudio del *Poder local, ciudadanía y educación: condiciones para la construcción de una ciudad-educadora – un estudio producido desde el Barrio Restinga – Porto Alegre, Brasil* se fundamenta en la necesidad de descubrir una nueva dimensión del espacio urbano y consolidarlo como un modelo policéntrico, que pretende estimular el potencial de desarrollo de los diferentes núcleos urbanos interrelacionados entre el poder local, ciudadanía y educación, con el fin de alcanzar una ciudad-educadora efectiva, protagonista de su propio desarrollo. Para tanto, tal ciudad debe generar políticas educativas, sociales, culturales y económicas, siendo ciente de su propia gestión y sopesando las posibilidades y los límites en un proyecto de ciudad movilizadora de recursos y energías. Esas características deben efectivarse en programas específicos, como la construcción de identidades sociales, nacionales y étnicas. Para avanzar en el proyecto de ciudad-educadora es imprescindible conocer y contar con los agentes que se comprometen en su desarrollo: ciudadanos líderes, profesionales, instituciones educativas, sistemas productivos, asociativismo y la familia. Todos son actores que contribuyen para la consolidación de una nueva relación entre ciudad, gobierno y gobernados. De ésta forma, una ciudad se vuelve educadora cuando es relacional, funcional, equitativa y participativa, como también, cuando aprovecha sus posibilidades estéticas, ambientales y de convivencia con el ámbito natural, mediante las contribuciones conjuntas de los distintos agentes. Una ciudad que, por contar con suficiente cohesión y equilibrio social, permita el enriquecimiento de las relaciones de los habitantes entre sí y con su medio, entre los actores sociales y su espacio local. Es con base en esos presupuestos, que Porto Alegre viene aunando esfuerzos con la intención de integrar el centro y la periferia, de aprovechar la diversidad polivalente que ofrecen los barrios, dar mayor diversidad de funciones, accesibilidad y funcionalidad. Considerando esas características haremos referencia a Restinga, barrio con destacada participación ciudadana, que respetando su morfología y aprovechando su demografía, quiere ser parte de la composición social urbana de la gran Porto Alegre.

Palabras claves: Educación, ciudad, poder local, barrio, periferia, administración, actores sociales, urbano, espacio, Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual existe uma tendência generalizada em compreender que a proliferação de práticas participativas, no marco das cidades-educadoras, a partir das bases da sociedade, implica uma necessária redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil, tanto em nível local, regional ou nacional. A participação popular é elemento substantivo para possibilitar efetivamente uma ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado.

Por isso, a importância do estudo dos modelos organizativos da administração local e dos processos de intervenção do tipo “cidades-educadoras” que se fundamenta na necessidade de descobrir uma outra dimensão do urbano para consolidá-las como um modelo policêntrico, que pretende estimular o potencial de desenvolvimento dos diferentes núcleos inter-relacionados nessas cidades-educadoras.

Para se converterem em impulsionadoras do desenvolvimento territorial, as cidades devem gerar políticas sociais e econômicas que possam refletir sua própria gestão, cotejando possibilidades e limites num projeto de cidades mobilizadoras de recursos e energias, que se concretizam em programas específicos.

Para avançar no projeto de cidade-educadora é imprescindível conhecer os agentes envolvidos no seu desenvolvimento. Além dos cidadãos, há os profissionais, as instituições educativas, os sistemas produtivos, o associativismo e a família (agentes do sistema formativo), todos são atores que contribuem para a consolidação de uma outra relação entre cidade, governo e governados.

Dessa forma, poderá haver a possibilidade de construção de uma cidade-educadora, relacional e participativa, obtendo como resultado uma cidade que pretenda aproveitar suas possibilidades estéticas, ambientais e de convivência com o âmbito natural, comunicação e criação, mediante as contribuições conjuntas dos distintos agentes. Uma cidade que, por contar com suficiente coesão e equilíbrio social, permita o enriquecimento das relações dos habitantes entre si e com o seu meio.

O papel da entidade local, portanto, *é garantir a presença num território específico de um sistema formativo que não seja só de um tipo escolar, aliás, é necessário uma norma que obrigue as entidades públicas a organizar este sistema* (Rodríguez; Ojeda, 1991, p. 80). Nesse sentido, espera-se uma administração que lidere projetos amplos e operativos com uma concepção integral das ações sobre a cidade, com capacidade de gerar consensos e

legitimidade. Um governo local que saiba valorizar e se situar no papel que lhe corresponde nos denominados setores intermediário ou social privado.

Este estudo pretende refletir e analisar um modelo de intervenção que toma como referência o âmbito local e expressa, em boa parte, a filosofia que subjaz em suas atuações. Desse modo, analisaremos o caso de Porto Alegre como cidade educadora, e nela, especificamente o Bairro Restinga (zona sul), cidade que vêm desenvolvendo estratégias administrativas por meio de seus projetos de intervenção social, da participação do cidadão e na educação num sentido amplo. É nosso interesse discutir sobre seus processos, suas particularidades e seus alcances na condição de possível cidade-educadora.

Porto Alegre aposta suas práticas pela integração no que se refere à intervenção na educação e na implementação de novas políticas públicas encaminhadas para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, por meio da administração local, consolidando, assim, a criação e o desenvolvimento da cidade-educadora.

Com um maior ou menor grau de desenvolvimento da territorialização de serviços, esta cidade apresenta uma administração local com presença significativa da comunidade, mediante sua infra-estrutura e dos serviços pessoais.

Por esses fatores, há uma identificação nos pilares básicos que determinam as características organizativas e de intervenção da administração local, que marca os critérios para estabelecer as orientações e perspectivas de futuro de uma administração local integrada no território, coordenada e inter-relacionada com as iniciativas e solidariedades de outros agentes.

Com tais diretrizes gerais, pretende-se analisar o desenho de um modelo organizativo e de intervenção das administrações locais que queiram assumir a filosofia da cidade-educadora como eixo da sua atuação. Apresentam-se com a convicção de que as aplicações graduais de grandes idéias genéricas, como cidade-educadora, criam uma dinâmica muito interessante de concentração de agentes, de concentração de esforços e recursos e de criação de um projeto partilhado de desenvolvimento territorial que pode incidir na qualidade de vida das pessoas que formam parte de regiões, distritos, municípios e comunidades pequenas que, tendo autonomia, possam exercer o direito de cidadão sendo protagonistas e partícipes de seu próprio desenvolvimento, como é o caso da Restinga, que desde sua fundação como bairro vem lutando para o desenvolvimento de seus moradores.

Desta forma, tentaremos esboçar no primeiro capítulo algumas bases teóricas do conceito de cidade, perspectivas, definições, significados e sua importância, perpassando brevemente pela história até os nossos tempos.

Também nos permitirá situar as novas tendências pedagógicas através dos modelos de administração das cidades industriais/cosmopolitas que procuram compreender a cidade em uma perspectiva multi-pedagógica. Este desafio propõe compreender e viver a cidade como uma cidade-educadora com uma proposta pedagógica administrativa concreta, com uma intencionalidade educativa e com valores específicos.

No segundo capítulo, trabalharemos a administração local como meio de desenvolvimento sustentável local/global, e como uma nova tendência dos últimos tempos que busca melhorias na qualidade de vida das cidades intermediárias. Neste estudo serão identificadas as problemáticas mais recorrentes que permanecem na cidade, para as quais as cidades-educadoras têm desenvolvido propostas de trabalho abordando esses problemas de maneira diferente, apoiando e valorizando a participação dos indivíduos como protagonistas da vida na cidade. É importante destacar que estas problemáticas são resolvidas pelas administrações locais através de projetos viáveis propostos aos cidadãos, e que cabe a eles aceitar, debater ou rejeitar estas propostas.

Também analisaremos a relação entre Estado e sociedade civil, considerando que o tema da sociedade civil se encontra no centro de uma mudança profunda da cultura política contemporânea, sendo de vital relevância revisar opções viáveis para instituir o diálogo governo – sociedade civil, na perspectiva de uma “esfera social pública”:

Tal entretencimento colabora para a (re)definição dos lugares clássicos atribuídos ao Estado e à sociedade civil, produzindo articulações inéditas e compondo elementos de uma esfera social pública e não, exclusivamente, estatal. (Moll, 2000, p. 16)

Com objetivo de dar fundamentos a este diálogo, tomaremos diversos antecedentes e *elementos que explicitem e cruzem ações e interesses do Estado e das diferentes esferas da sociedade civil* (Moll, 2000, p. 72), em particular, elementos provenientes das experiências da participação cidadã de Porto Alegre.

Esta revisão permitirá encontrar pontos comuns e distintos, permanências e rupturas nas práticas sociais e políticas dos habitantes da cidade e dos governantes. Desta forma tentaremos mostrar como se constitui a relação governo-cidade, cidadãos e espaços públicos, quais as intencionalidades dos governos na utilização dos espaços, de que forma a população usufrui estes espaços e que modelos de administração estão sendo aplicados.

Outro elemento que contribuirá para esta análise são as respostas que as cidades têm encontrado para resolver seus problemas e para planejar suas prioridades com base nos compromissos adquiridos na carta de cidades-educadoras.

No terceiro capítulo, trabalharemos as experiências dos modelos de administração e os processos de intervenção desenvolvidos pela prefeitura de Porto Alegre: os alcances, benefícios, projeções, formação cidadã, se foram eficientes ou não e sua intencionalidade.

As cidades atuais procuram elementos de coesão que motivem aos cidadãos a vivenciar experiências educativas em seu próprio núcleo, constituindo assim, uma das preocupações da cidade-educadora. Ela deseja que homens e mulheres sejam líderes e participativos nas decisões, indivíduos que se apropriem da cidade e a construam, não só como responsabilidade dos poderes públicos, mas como responsabilidade conjunta e participativa.

Ao considerarmos estudar Porto Alegre, uma das cidades pioneiras no desenvolvimento da idéia de cidade-educadora na América Latina e pioneira na participação cidadã e se considerarmos que os poderes historicamente concentrados antes no centro da cidade, e agora nessa nova perspectiva, se voltam para os diferentes cantos da cidade com o fim de gerar modificações e transformações sociais, surgem alguns questionamentos: Será que estamos vivendo uma nova alternativa de administração local? Será que esse fato permite realmente a formação e ação de atores sociais na periferia? Ou será que a dita participação cidadã é tão somente um discurso?

A importância deste tema de estudo - as cidades-educadoras, os modelos de organização e os processos de intervenção da administração local - recai em sua proposta educativa, dinâmica e abrangente, não só pedagógica mais também política, cultural e cívica, a qual procura apresentar e reconhecer os outros espaços possíveis da educação e da administração.

Esta nova abordagem, com um olhar pedagógico, atinge os espaços públicos, políticos e concretamente a administração local, por que se reconhecermos o ato educativo como uma atitude e uma formação permanente, que abarca experiências, vivências e conteúdos bem mais amplos, dizemos que os cidadãos, devem participar da construção de seu espaço e devem consolidar esse lugar como espaço intencionalmente educativo, social e democrático, então, isto é criar políticas públicas que beneficiem o desenvolvimento político.

Trata-se de uma pesquisa de cunho fenomenológico compreensivo, de caráter qualitativo com o intuito de analisar em profundidade a organização e os processos de intervenção da administração local da cidade-educadora de Porto Alegre.

Esta cidade latino-americana, que com orçamento reduzido, oferece infra-estrutura cultural e urbanística interessante, com uma motivação e participação política dos cidadãos muito forte, com sentimento de compromisso e identidade para com sua cidade, e um alto

grau de organização e participação dos cidadãos nas decisões políticas da prefeitura, entre outras.

O material bibliográfico utilizado nesta pesquisa contém textos de pedagogia urbana, sociologia urbana e história, como também textos produzidos pela prefeitura de Porto Alegre: as memórias dos encontros de participação cidadã, a carta de compromisso das cidades-educadoras e as conferências dos encontros internacionais organizados pela Organização Internacional de Cidades Educadoras (OICE), artigos de revistas e folhetos, planos e modelos de administração.

Utilizamos também o trabalho de campo desenvolvido no Fórum Mundial Social de 2003 realizado em Porto Alegre, assim como a participação nas reuniões das assembleias, reuniões semanais no CAR-R (Centro Administrativo Regional Restinga) e no mercado público, como também visitas a escolas da cidade e especialmente aos programas desenvolvidos pela prefeitura como “escola da família”, nos meses de março a julho de 2005 e 2006. Percorremos as ruas do centro da cidade visitando os espaços culturais como museus, parques, livrarias, monumentos que fazem parte da estrutura urbanística da cidade e que são considerados espaços educativos.

Realizamos entrevistas abertas com alguns cidadãos: estudantes, jornalistas, professores de universidade, moradores de rua, empregados públicos, entre outros. Outro elemento importante nesta metodologia foram os diálogos informais com personalidades acadêmicas que possibilitaram outra perspectiva dos processos educativos e os modelos de administração que a Prefeitura de Porto Alegre desenvolve no espaço da cidade.

Consideramos igualmente importante o uso de material audiovisual que trata de alguns programas da prefeitura, espaços da cidade e outros, assim como a participação nas conferências oferecidas pela prefeitura abordando a presente temática de estudo.

CAPÍTULO I

CIDADE, UMA RETROSPECTIVA PARA CHEGAR A SER EDUCADORA

1.1 A cidade dos sonhos

A **cidade** tem histórias, sagas, fatos que as pessoas voltam a viver na lembrança, sonham em construir seu futuro; alguns acham que viver nela é a melhor opção, para outros é um fracasso ou simplesmente o destino que não sorriu para eles. *A cidade é ímã que atrai a imaginação* (Morales, 2004) permite reflexões e as pessoas ficam encantadas, contemplando as ruas, os edifícios, as tradições que resistem em desaparecer, as histórias de gerações que a viveram e a sofreram. É a Escola Grande de Nicolas Buenaventura¹, onde aprendemos a viver e a conciliar nossas diferenças, espaço onde termina o campo, o verde e inicia o asfalto. Lugar onde personagens assumem seu papel e cada um representa sua vida e sua realidade. **Cidade** dos encontros e desencontros, cidades dos viajantes e do “flaneur”², com lugares insólitos e divertidos, tenebrosos e tristes.

Minha **cidade**, “El Corazón”, situada nas ladeiras da cordilheira dos Andes na província do “Cotopaxi”³ sudeste do Equador, pequena **cidade** que na minha infância, no auge da produção agrícola, artesanal, rebanhos e pequena indústria, mostrava-se elegante, cheia de oportunidades, oferecia emprego, educação gratuita, múltiplas opções de teatro, arte, cinema, atividades culturais gratuitas, com projeções futuras promissoras, onde todo mundo se conhecia, sabíamos quem era o Prefeito, os Vereadores, as autoridades locais, sabíamos que a responsabilidade com a cidade era fundamental para eles. Na minha adolescência, esta mesma **cidade**, em vez de melhorar, caminhava em retrocesso, foi crescendo a população urbana, a cobiça dos mais ricos aumentava, o interesse pessoal ficou acima dos interesses da cidadania, os jovens saíram para estudar em outras cidades com maior perspectiva, as indústrias decaíram em sua produção e todos os outros atrativos ficaram na rotina sem inovação nem visão de futuro.

O importante desta situação foi que tudo isso me inquietou e, desde então, inconformado com a má administração dos prefeitos em pleno exercício, com os vereadores

¹ Pedagogo colombiano e autor de livros como “A Escola Grande” (1994).

² Expressão usada por Walter Benjamin para representar o viajante emblemático de inícios do século XX. Europeu que percorria estas cidades modernas de inícios do século XX, onde se dá início ao consumo. Este viajante na sua própria cidade percorria, sobretudo, os mercados e as ruas e a observava tratando de entendê-la.

³ Vulcão situado no topo dos Andes, a 5.897m do nível do mar, um dos vulcões ativos mais altos do mundo do qual se denomina a província do Cotopaxi.

que já não representavam mais a ninguém (só a seus próprios interesses), com os cidadãos que acostumados aos bons tempos das administrações honestas não exigiam nem sabiam como exigir seus direitos porque não estavam acostumados a pedir, fazer greves ou manifestações públicas. Tudo antes era harmonia, em povoado pequeno todo mundo sabe o que tem e o que precisa, quando existe honestidade, lealdade e responsabilidade social.

Por isso, senti que era preciso estudar, aprofundar, ir além das reflexões e, então, saí para a **cidade** grande, a capital do Equador, Quito; a mudança foi radical, não conhecia ninguém e parecia que ninguém queria se conhecer, não se falavam nos ônibus, nos pontos de ônibus, nos shoppings, praças, cinemas, teatros, muitas pessoas, muitos lugares bonitos como o Centro Histórico, com muitos turistas, lugares que nunca tinha nem imaginado⁴.

Com tantos lugares bonitos para aprender, conhecer, (re)descobrir o passado, tantas praças com monumentos e personagens desconhecidos em minhas imagens, mas com nomes conhecidos que já tinha lido na minha escola, tantas lições repetidas de memória: datas, fatos, histórias repetidas em palavras, e não imaginei que todas essas e muitas histórias mais estavam representadas em estátuas, gravuras, edifícios, museus, pinturas, ruas com nomes de personagens históricos e seus casarões onde moraram heróis da pátria convertidos em museus e me perguntei, porque não fazer as aulas de geografia, história, arte, cultura entre tantas outras possibilidades nestes lugares? Que pena não ter nascido nesta **cidade**. Teria me poupado muitas noites de leitura memorizando histórias escritas em livros frios sem contexto; pensei que estudar a história, a arte, as ciências nos lugares reais tornar-se-iam mais interessantes e, assim melhor compreendidas e jamais esquecidas.

Experiências e pensamentos que fomentaram minha inspiração e impulsionaram meu desejo em saber como esses espaços que resistem ao desaparecimento oferecem na **cidade** múltiplas possibilidades para a educação, convívio cidadão, entre outras, e como é possível que não seja utilizado em benefício da cidadania?

Iniciei meus estudos na Pontifícia Universidade Católica do Equador, na Faculdade de Pedagogia, com interesse na área da administração pública nos projetos de educação não-formal e, sobretudo, na educação cidadã e nos espaços urbanos. Fiz estágios em algumas organizações não-governamentais e, a partir do trabalho desenvolvido por estas, pude

⁴ Dijiste: "Iré a otra ciudad, iré a otro mar. Otra ciudad ha de hallarse mejor que ésta. Todo esfuerzo mío es una condena escrita; y está mi corazón - como un cadáver - sepultado. Mi espíritu hasta cuándo permanecerá en este marasmo. Donde mis ojos vuelva, donde quiera que mire oscuras ruinas de mi vida veo aquí, donde tantos años pasé y destruí y perdí". Nuevas tierras no hallarás, no hallarás otros mares. La ciudad te seguirá. Vagarás por las mismas calles. Y en los mismos barrios te harás viejo y en estas mismas casas encanecerás. Siempre llegarás a esta ciudad. Para otro lugar -no esperes- no hay barco para ti, no hay camino. Así como tu vida la arruinaste aquí en este rincón pequeño, en toda tierra la destruiste." (Cavafis, "La ciudad").

perceber que a cidade concentra experiências e oferece de tudo e para todos, sem exceção. De tal modo que possibilitei aos meus alunos⁵ caminhadas pela cidade, visitando os museus, as ruas tradicionais do centro histórico e praças, para depois contrastar com a cidade moderna, sua indústria, seus shoppings e sua infra-estrutura.

Essa experiência me revelou alguns comportamentos, temores e expectativas relacionadas com a cidade. Seja qual for o sentimento frente à cidade, eu compreendi que esse era um espaço esquecido pela escola e até contrário ou antagônico a ela. Compreendi também que o tipo de educação que a cidade oferece é uma educação vivencial, que mexe com a vida cotidiana das pessoas e que essa educação, é uma educação que abrange a todas as idades e que se ela é intencional, pode desenvolver as potencialidades dos indivíduos sem importar o lugar que ocupa dentro dessa cidade. Com todas essas reflexões, comecei a procurar informações sobre cidades que educam seus habitantes; aos poucos fui encontrando informações e fazendo descobertas interessantes.

Nessa procura descobri que meu interesse pela pesquisa estava encaminhado à educação não-formal, isso foi mais evidente quando conheci a proposta de cidade-educadora, a qual é uma proposta de educação permanente e informal, mas que pode envolver os espaços da educação formal. Descobrimo sua proposta, seus princípios⁶, encontrei a cidade de Porto Alegre, que por sua estrutura, trabalho e formação poderia aprender muito, sobretudo pela proposta política administrativa de participação cidadã e que para mim seria interessante no marco das cidades-educadoras.

Tais vivências pessoais encaminharam a trajetória na pesquisa acadêmica, a qual contribuiu para minha compreensão sobre as preocupações em desenvolver, no momento atual, o potencial educativo da cidade, tomando em consideração o desenvolvimento dos modelos de organização e os processos de intervenção da administração local, sua intencionalidade, o papel do cidadão e sua participação no governo local. É interessante também refletir sobre a aceitação e abrangência que têm esta proposta orientada para o local num momento em que se tanto fala de globalização.

Comecei na Capital (Quito) pesquisando o modelo de administração local desta cidade que também é uma cidade-educadora, contudo, meu interesse dirigia-se para os modelos de organização e os processos de intervenção da administração local de Porto Alegre por sua

⁵ Experiência de trabalho na “Casa del Muchacho Trabajador” em Quito, instituição que abriga aos meninos de rua, administrada pela Congregação Religiosa dos Padres Salesianos.

⁶ Carta da primeira reunião das cidades-educadoras realizada pela Associação Internacional de Cidades-Educadoras (Barcelona, novembro de 1990). Disponível em: <http://www.aice.com>.

experiência e trajetória, com avanços importantes no desenvolvimento das políticas públicas, “*mudanças efetuadas na política municipal de educação escolar*”. (Moll, 2001, p. 10)

A proposta de cidade-educadora como pedagogia está em construção: vai do prático ao teórico, das experiências aos trabalhos desenvolvidos pelas prefeituras, aos programas e às propostas construídas a partir das necessidades particulares de cada cidade e estão dirigidas a diferentes âmbitos da sociedade. Por exemplo, encontramos propostas culturais, políticas, sociais, de saúde e educacionais, só para mencionar algumas.

Todavia o nosso interesse é estudar as formas de organização, os modelos de administração que têm estas cidades, os projetos e propostas que são encaminhados ao cidadão e como o cidadão reage frente a este compromisso, se ele é ou não a pessoa beneficiada pelos programas⁷ que a prefeitura prioriza para atingir as necessidades, não só básicas, mas também as necessidades culturais, políticas e educativas de diferentes setores da população.

Todos estes modelos e projetos, de uma forma ou outra, geram no cidadão, processos de identificação e responsabilidade para com sua cidade, o colocam como uma pessoa ativa e dinâmica passa, de um simples observador da decadência ou do progresso, a ser um sujeito atuante e co-responsável na construção de sua cidade. Com esta proposta o cidadão interage com os espaços públicos. No caso de Porto Alegre, a administração do “*Partido dos Trabalhadores*” começou formando a cidadania politicamente, desenvolveu o programa do Orçamento Participativo e a partir de 1998 se afiliou às cidades-educadoras⁸, temas que serão objeto deste estudo.

1.2 Cidade, uma retrospectiva

Durante grande parte da história da humanidade os grupos sociais eram nômades, que se dedicavam à caça e à coleta para sobreviver. Foi no período neolítico que se estabeleceram os primeiros assentamentos humanos e que se começou a utilizar a agricultura como fonte de alimento para as populações em crescimento. Muitas cidades nasceram nos vales de rios, como o Indo, Hoang-ho, Nilo, Níger, Tigre e Eufrates e, até mesmo, nas alturas dos Andes e nas mesetas mesoamericanas.

⁷ Para o caso concreto de Porto Alegre, na gestão de 1989-2004, os cidadãos por meio da sua participação no orçamento participativo, escolheram as problemáticas locais que deviam ser resolvidas com o orçamento. Houve um diálogo e um acordo com a prefeitura priorizando as necessidades da comunidade.

⁸ Porto Alegre se afiliou em 1998 à Associação Internacional de Cidades-Educadoras.

Muitas dessas cidades desapareceram com o tempo, devido às mudanças e condições climáticas, às rotas comerciais ou ao serem destruídas por seus inimigos. Cidades como Ur, Abidos, Tikal, Gaocheng, Harapa e Goa deixaram um legado que é investigado atualmente pelos arqueólogos.

Na atualidade, duas cidades podem ser consideradas as mais antigas, e ambas se encontram no que atualmente é a região da Síria, no Meio Oriente: Damasco, a atual capital do país, aparece nos escritos egípcios do século XXV a.C. Nela, encontraram-se evidências de que estava habitada desde o sexto milênio a.C. A outra cidade é Aleppo, declarada Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1986.



Aleppo

Aleppo⁹

Damasco

Damasco¹⁰

Cidades antigas como essas se pode encontrar em cada continente. Na Ásia, mais ao leste, a cidade do Qufu (China) tem uma história que remonta cinco mil anos. Era um grande

⁹ <<http://www.david-guerrero.com/viajes/orientemedio2003/aleppo/index.html>>

¹⁰ <http://www.david-guerrero.com/viajes/orientemedio2003/damasco/IMG_3362.html>

centro cultural, foi capital do Shengnong, capital do Estado de Lu durante as dinastias Shang e Yin.

Na Europa, a cidade do Plovdiv, na Bulgária, com uma história de mais de seis mil anos, foi uma das cidades mais importantes da Trácia, uma polis grega, capital de província durante o império romano e teve grande influência durante o império bizantino.

Na África, a cidade de Menfis foi fundada no ano 3.100 a.C. pelo legendário faraó Menes, de quem se diz que uniu os reinos do Alto e do Baixo Egito. A cidade sobreviveu até ser conquistada pelos muçulmanos no ano 641, que a transladaram um pouco mais ao norte. Esta cidade é Cairo, que se considera uma herdeira de Menfis.

Na América, no vale do Watanay, arqueólogos encontraram restos de primitivas culturas agrícolas que datam aproximadamente do ano 1.000 a.C.. Com eles se iniciou a organização de Cuzco, que durante três mil anos se manteve habitada. Embora seja aceita por muitos como a cidade mais antiga da América, outros consideram mais antiga a cidade do México, Tenochtitlán, a capital do Império Asteca.

A cidade sempre foi uma síntese dos valores humanos aonde se faziam compatíveis e complementares a norma e a liberdade, a individualidade e a comunidade, a identidade e a diversidade, quer dizer, onde se produz uma organização destinada fundamentalmente a maximizar a interação e a integração social, o que poderíamos denominar como *coexistência* (Schoonbrodt, 1994).

A cidade sempre foi o lugar, ou seja, o espaço físico construído desde e para a dimensão do social, lugar do encontro e do intercâmbio, lugar de aprendizagens, de encantos e desencantos para o desenvolvimento das atividades humanas. A cidade foi e é o suporte que melhor satisfaz às necessidades do homem, permitindo o desenvolvimento das capacidades humanas, mediante o acesso direto à inovação, ao conhecimento e a diversidade, e, portanto, o acesso imediato ao outro, ao diferente.

A cidade significa densidade, mas isso não cobra sentido pleno se não o damos à idéia de proximidade; a cidade é diversidade, mas, só será vivível e habitável se as interações entre seus elementos implicarem processos de negociação e de consensos mínimos; na cidade se manifesta a diferença, mas, esta só será um valor humano, quando levar a alteridade (reconhecimento e aceitação do outro e da diferença); a cidade simboliza e expressa a igualdade, mas, isso não será possível sem a solidariedade e a sociabilidade; a cidade só será tal se procurar a organização física da coexistência, e se for capaz de significar o desenvolvimento da responsabilidade social. A implicação responsável pelo sujeito na construção de um espaço social complexo e simbólico.

A construção de uma cidade, a sua dinâmica e a sua própria existência na história expressa manifestações de grandeza e de poder do homem. As cidades na perspectiva de construções históricas projetam o espírito da época e, através da história, sempre foram um símbolo do desenvolvimento; elas são a manifestação latente de escolhas humanas ao longo da vida social e cultural.

As cidades começaram a surgir no neolítico, quando os grupos de caçadores e recolhedores nômades adotaram uma vida sedentária e agrícola. Para proteger-se, eles mesmos e suas provisões de mantimentos dos ataques dos nômades depredadores, construam suas moradias dentro de zonas muradas ou em espaços com defesas naturais, como a acrópole das cidades da antiga Grécia. Também era um fator importante poder dispor de água, motivo pelo qual normalmente se estabeleciam à beira de um rio. Estes assentamentos estáveis conduziram à especialização e divisão do trabalho. Surgiram negociados nos que os artesãos podiam trocar seus produtos por outros diferentes; uma classe religiosa ia aparecendo e contribuía à vida intelectual. Deste modo as cidades foram o lugar adequado tanto do desenvolvimento do comércio e da indústria, como da arte e das ciências, e desempenharam uma função essencial no nascimento das grandes civilizações¹¹.



Fotos de cidades antigas, tomado de Enciclopedia Encarta, Archivo fotográfico Oronoz/Art/Resouce

Por isso a cidade ocupa um espaço importante na vida e no desenvolvimento dos homens, pois concentram vivências e experiências educativas, comerciais, culturais que transmitem valores, princípios, cosmologias, mitos e saberes. As palavras de Jaume Trilla Bernet (1997), *aprender na cidade, aprender da cidade e aprender a cidade*¹², ilustram muito bem como a cidade tem um papel dinâmico como espaço de convivência e de transmissão cultural.

A congregação de pessoas em grandes centros urbanos marca uma das principais transformações da história da humanidade. Há 6.000 anos começaram a formar-se em diferentes partes do mundo grandes povos e, mais tarde, cidades a partir do que tinham sido

¹¹ Ciudad antigua: Biblioteca Premium, Encarta 2006. CD-ROM. Microsoft Corporation.

¹² Idéia desenvolvida em *Cidades Educadoras: Bases Conceptuais*, Editora UFPR, 1997.

sociedades agrárias. Este processo, batizado freqüentemente como revolução urbana, implicava muito mais que o mero aumento do tamanho das comunidades; suportava também importantes mudanças na forma de interação das pessoas, nas relações dos seres humanos com seu entorno e na maneira pela qual os povos estruturavam a sociedade. Os processos e instituições que surgiram naquela época não cessaram de evoluir e conformaram a estrutura básica da sociedade urbana atual.

Os arqueólogos e os historiadores sugeriram distintos fatores que puderam ter acelerado o crescimento das cidades e a reorganização da sociedade, tais como a necessidade de irrigação, o crescimento demográfico, as guerras, a produção especializada e o comércio em grande escala.

As áridas planícies aluviais sobre as que se assentavam as cidades necessitavam do irrigado para alimentar a uma população numerosa. A construção e a manutenção das obras de irrigado e a atribuição da água exigiam a presença de uma minoria capaz de administrar. Este grupo, por sua vez, conformava o núcleo da sociedade complexa. Segundo outra teoria, uma vez que a terra cultivável estava totalmente ocupada, surgiam conflitos entre os colonos e seus vizinhos. Um dos grupos ficaria subjugado, constituindo a classe baixa, enquanto que os vencedores formavam o núcleo seletivo radicado nas cidades. Uma terceira teoria afirma que as guerras ou os deslocamentos obrigados, cada vez mais freqüentes, dos povos destinados a incrementar o poder dos governantes poderia ter afiançado aos indivíduos nas cidades. Tal parece o caso em uma das primeiras cidades propriamente dita, Uruk (Erech), na Mesopotâmia. Uma última teoria defende que o desenvolvimento do intercâmbio de produtos a grande escala favoreceu o assentamento da fabricação e os mercados nas cidades, como meio muito mais eficaz de administrar os recursos e o comércio. Isto favoreceu o auge da classe gestora e dos fabricantes especializados, sendo ambos os elementos chave da sociedade urbana.¹³

Sabemos pelos achados arqueológicos e nos registros escritos que estes fatores já existiam nas primeiras sociedades urbanas, mas não está clara a ordem real em que foram evoluindo. A questão chave está em determinar, se os avanços em uma ou em várias destas áreas se produziram antes da formação das cidades e serviram para induzir o crescimento urbano, ou se foram posteriores à formação das cidades como um resultado natural da sociedade urbana de recente aparição.

A complexidade potencial do processo impulsionou a diferentes eruditos a afirmar que foi uma combinação destes e outros fatores a que provocou as transformações fundamentais da revolução urbana. Estes especialistas reconhecem a importância da irrigação, a agricultura e o intercâmbio de produtos na hora de conformar a base necessária sobre a que o poder edificar toda uma civilização. Entretanto, um enfoque múltiplo considera que as relações sociais cambiantes são a força que deu corpo ao processo de urbanização.¹⁴

¹³ Ciudad antigua: Biblioteca Premium, Encarta 2006. CD-ROM. Microsoft Corporation.

¹⁴ Ibidem.

Podem ser esses e muitos outros os elementos que desencadearam os processos de urbanização, pois as vivências próprias de cada época e de cada indivíduo correspondem ao mundo das experiências, às manifestações de vida na cidade, ao modo de pensar e viver nela. O lugar que ocupa cada indivíduo dentro da cidade é o filtro que diferencia a forma de vivenciar cada experiência. Cada vivência é uma marca que ajuda a identificar como sente e como aprende a cidade; em outras palavras, as experiências dos mendigos, dos meninos, dos empresários, dos operários dentro da mesma cidade são diferentes e ocupam um espaço determinado nela. Isso sem falar das experiências ao longo da história, de como sentiram e viveram a cidade os primeiros aldeões que se constituíram em homens de cidade ou também os artesãos, ou escravos, ou os primeiros migrantes do campo. (Morales, 2004)

Os espaços da cidade entendidos como *espaços de organização comunitária e instâncias do poder público municipal produzindo um campo social de natureza híbrida, que conecta, entrelaça, interliga e acaba por colaborar na definição da própria comunidade como espaço educativo* (Moll, 2000, p. 16) são potencialmente vivenciais e transmissores de saberes e de cultura, oferecendo uma gama de oportunidades e de possibilidades de conhecimento e aprendizagem intelectual, cultural, social, político, emocional e muito mais.

1.3 Que é uma cidade?

Toda ciudad, como entorno físico habitado por los hombres, tarde o temprano deviene generatriz de su propia mitología. Monumentos, edificios, avenidas y personajes se vuelven emblemáticos por una u otra razón e inciden en la manera como los habitantes perciben y expresan la urbe.
Alberto Hernández (2003, p. 188)

Cidade é mais que umas quantas casas juntas, várias ruas, as centrais asfaltadas, as secundárias de pedra e as periféricas de terra, cidade com uma praça, um parque e um campo de futebol, politicamente falando tem um centro administrativo (Prefeitura), religiosamente uma igreja central e culturalmente um teatro¹⁵. Definir o que é uma cidade é muito difícil, existem “milhares” de definições de variados pontos de vista; consideramos que desde os babilônicos perpassando pela linha do tempo desde as primeiras sociedades já existiram pensadores tentando definir o que é uma cidade. Pretendemos reunir algumas das definições existentes para fundamentar esta dissertação. Assim sendo, definir uma cidade é algo sugestivo, complexo e abrangente, por sua amplitude.

¹⁵ Faço referência a minha cidade, (El Corazón), na Província do Cotopaxi no Equador, pequena cidade de 500 pessoas aproximadamente, cabecera cantonal (significa que tem vários povoados próximos) da zona do sub-tropico, com muita produtividade agrícola e cultural.

Seria errôneo afirmar que seu estudo pode ser abordado somente por uma disciplina. Desta forma, uma cidade pode ser estudada mediante distintos enfoques, a saber: Segundo Spengler (1935), pela *história universal e cidadã*. Afirma Vidal da Blache (1922, p. 78), *a natureza prepara o sítio, e o homem o organiza de tal maneira que satisfaça suas necessidades e desejos*. Pela *economia*, Pirenne (2001, p. 91), afirma que, *em nenhuma civilização a vida cidadã se desenvolveu com independência do comércio e a indústria*. Para Aristóteles (1957), pela *política*, *a cidade é um certo número de cidadãos*. Desde a ótica da *sociologia*, Mumford (1982, p. 45), afirma que *a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada*. Sob a perspectiva da *arte e da arquitetura*, Alberti (1960, p. 42) expressa que, *a grandeza da arquitetura está unida a da cidade, e que a solidez das instituições se pode medir pela solidez dos muros que a cobrem*. Esses são alguns dos muitos enfoques que existem. A cidade é a mais importante obra do homem, é o que reúne tudo (pessoas, arte, religião, edificações, administração, poder político,...) e nada (se tudo o mencionado anteriormente não tem sentido ou não faz feliz ao homem, então não é nada). Porque a cidade é parte do homem se este interage, se é ator social, se relaciona, se projeta na cidade, caso contrário, a cidade lhe é alheia ou indiferente.

Uma cidade é um agrupamento permanente de casas/vivendas e habitantes, embora o primeiro problema com sua definição surja quando se estabelecem as cifras mínimas para considerar uma aglomeração de habitantes como cidade, a considerar alguns exemplos: na França: 2.000 habitantes, na Espanha: 10.000 habitantes, na Dinamarca: 250 habitantes, nos Estados Unidos: 2.500 habitantes, na antiga União Soviética: 12.000 habitantes.¹⁶

A Conferência Européia de Estatística de Praga¹⁷ considera como cidade uma aglomeração de mais de 2.000 habitantes sempre que a população dedicada à agricultura não exceda 25% sobre o total. A partir de 10.000 habitantes, todas as aglomerações são consideradas cidades, sempre que estes se encontrem concentrados, geralmente em edificações coletivas e em altura, dedicadas fundamentalmente a atividades dos setores secundário e terciário (indústria, comércio e serviços).

O conceito político de cidade é aplicado a conglomerados urbanos com entidade de capital com maior importância na região e que assume os poderes do Estado ou Nação. Será a

¹⁶ Ainda bem que a Dinamarca considera como cidade apenas com 250 pessoas, porque na minha cidade (El Corazón) não passam de 500, mas, é considerada cidade por todos os habitantes da região por concentrarem-se nela alguns serviços básicos como: hospital, mesmo que este preste somente os primeiros socorros, supermercados, escolas, colégios, bancos, um parque, uma praça, vários hotéis, farmácias e algumas ruas que não tem semáforos nem sinalização; sendo que as duas instituições mais importantes da cidade são: a Prefeitura e a Igreja.

¹⁷ Confrontar com BERRY; HORTON. *Geographic perspectives on urban problems*. Englewood Cliffs, USA: Prentice Hall, 1970. cap. 8.

cidade capitalina, mas, por extensão se aplica a denominação a qualquer entidade administrativa com alguma autonomia ao nível de município é, pois, uma definição administrativa do estado político, região geográfica ou comunidade autônoma, que têm uma cidade central e povos ou cidades menores. Uma cidade de classe mundial corresponde a um conceito de cidade com uma série de características nascidas devido ao efeito da globalização e ao constante crescimento da urbanização.

Continuando com a conceituação, se considera importante definir a cidade com outros aspectos que a especifiquem como urbana, com características como: funções não agrícolas, criação humana com escassa presença da natureza, exceto pela existência de parques ou jardins e algumas árvores que em algumas administrações locais a arborização seja prioritária¹⁸, um uso intensivo do território, a existência de planejamento urbano ou política urbanística, que desenhe a cidade em maior ou menor medida.

Ainda assim, é virtualmente impossível elaborar uma definição de cidade que seja universalmente aceita. Existem agro-cidades, quer dizer, importantes núcleos de população nos quais seus habitantes têm uma dedicação agrária predominante; as plataformas petrolíferas poderiam ser definidas como cidades pelo volume de sua população e a dedicação não agrícola de seus moradores, embora a ausência de um vigamento urbano (ruas, edifícios, praças, etc.) impeça a catalogação como tal.

Ainda que as cidades como elementos organizativos do território se convertam nos principais focos da atividade social e econômica, neste estudo, é por meio da pedagogia que queremos descobrir a cidade como elemento formador de pessoas, como espaço de aprendizagem e construção social.

Nestas tentativas de definir a cidade, é importante considerar também, o espaço físico que ocupa sobre o território. Por exemplo: o lugar topográfico, o lugar concreto no topo de uma montanha, numa planície litorânea, num estuário, num terraço fluvial ou num estreito. Este conceito (lugar) está associado a variáveis eminentemente físicas como desníveis, permeabilidade e dureza do solo, entre outras características, mas também antrópicas/humanas, como, por exemplo, os usos do solo: interesse agrícola, florestal, econômico, social, político; no caso de Porto Alegre, o Rio Guaíba e a formação do bairro Restinga, concorrem interesses econômicos e sociais. Em suma, a posição que ocupa a cidade

¹⁸ Estima-se que Porto Alegre possua um milhão e 200 mil árvores em vias públicas, cuja distribuição beneficia um número de pessoas ainda maior que o atingido pelos parques e praças. Por essa razão, a SMMA dispensa muitos cuidados às árvores de calçadas e canteiros centrais. Para orientar esse trabalho de maneira correta técnica e administrativamente, foi publicado o Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas, em março de 2000. (Cartilha da Secretaria Municipal do Meio Ambiente)

em relação a seu entorno territorial, inclui aspectos como a acessibilidade da cidade ou sua localização, respeito às vias de comunicação e o desenvolvimento social-econômico.

Em qualquer caso, a cidade assume três funções básicas imprescindíveis tanto na sociedade como na economia, no caso dos países desenvolvidos: a função comercial, a função de administração/serviços e a função industrial. A função comercial remonta a plena Idade Média, quando as tradicionais feiras livres e mercados se celebravam preferencialmente nos grandes núcleos de população; a cidade industrial (Revolução Industrial) está acostumada a atrair grandes aglomerações urbanas onde se jogam grandes interesses econômicos; as cidades também acolhem uma série de serviços relacionados a administração, como também outras funções complementares: bancária, financeira, militar, cultural, religiosa (Roma, Jerusalém), turística, entre outras.

De todas as formas, as cidades sempre acumulam várias funções, que se completam e complementam umas às outras. A cidade, como meio urbano, caracteriza-se, portanto, por desempenhar uma importante multifuncionalidade que se diferencia totalmente do meio rural. Desta forma, Canclini (1999) fala da *cidade histórico-territorial*, da *cidade industrial*, da *cidade comunicacional* e, da *cidade multicultural*. Estas quatro cidades não são excludentes entre si, mas sim, conformam uma continuidade espacial.

A cidade histórico-territorial vem definida pela grande quantidade de edifícios precolombinos e coloniais das cidades (latino-americanas). A presença de museus, teatros, mercados, contribui para a re-criação de um espaço múltiplo comunitário. A cidade industrial surge do prodigioso crescimento da metrópole (industrialização). A cidade comunicacional faz referência à necessária reestruturação espacial que implica esta industrialização. Assim, distingue-se entre divisão de atividades econômicas por setores (industrial, comercial, administrativo e cultural) e o estabelecimento de novas vias comunicativas (vias, redes de comunicação...). Por último, a cidade multicultural se define como o espaço de coexistência de todas estas cidades. Esta coexistência temporal e espacial de todas as cidades em uma só cidade, sugere um espaço onde se incluem todos os espaços possíveis.

A cidade gera uma série de vínculos com seu entorno, com as localidades vizinhas, a comarca e a região estabelecem-se, portanto, autênticas áreas de influência que delimitam as zonas onde cada cidade exerce uma atração por diferentes motivos (econômicos, sociais, culturais, trabalhistas...) até configurar uma rede ou um sistema regido por uma hierarquia, formando um sistema urbano.

O sistema urbano é uma teia formada pelas diferentes cidades de um território, por sua vez, formado pelas diferentes áreas de influência. Urbanização é a proporção entre o número

de pessoas que habitam em cidades e a população total de um território. Urbanismo é a forma de fazer cidade, quer dizer, o planejamento para realizar o desenvolvimento futuro da cidade. E, neste sentido, cabe diferenciar entre solo urbano, aquele que se pode urbanizar, e, solo não urbano/não urbanizável (terreno escarpado, reserva florestal, terrenos com riscos de desabamentos). Estas duas últimas categorias correspondem às superfícies que não podem/poderão ser afetadas pela construção urbana.

A cidade também pode se definir pelo sentido de identidade; as pessoas que conformam esse conglomerado são migrantes, com costumes, cores, raças, religiões e culturas diferentes. Cada pessoa cria um espaço na sua mente e faz desse espaço seu lugar de pertença (topofilia)¹⁹, no qual identificam aspectos básicos do seu cotidiano no: o lugar em que vivem, o lugar em que passam, o lugar que nunca visitam, o lugar dos seus sonhos, das percepções, das impressões, das sensações e, por fim, a associação dessa identificação com aquele espaço, a maneira como as pessoas se encontram, se desencontram e se adaptam e, ao mesmo tempo, fogem ou mesmo se perdem nesse lugar, lugar subjetivo e ao mesmo tempo único por terem conquistado. *Confirma-se a hipótese de que cada pessoa tenha em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem formas, preenchidas pelas cidades particulares.* (Calvino, 1991, p. 88)

O sentimento de pertença a uma cidade implica necessariamente a abstração mental dessa cidade no imaginário individual e coletivo de seus habitantes. Por outro lado, o nível simbólico desta produção imaginativa da cidade corresponde à catalogação de uma urbe em concreto com uma característica determinada, bem seja a modernidade, a multiculturalidade, a violência ou qualquer outro tipo de generalização.



Fotos antigas²⁰

¹⁹ Ferreira Santos, 2006.

²⁰ <<http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&q=ciudades+antiguas&btnG=Pesquisar+imagens.&gbv=2>>

Definir a cidade e teorizar, estudar sobre ela converteu-se numa urgência iminente para a sociedade contemporânea, pois, já não somente se trata de um lugar de primeira ordem para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do mundo, mas de um lugar que aglutina a maior parte da população mundial. Assim, desenvolvimento e superpopulação se concentram num espaço só, gerando tensões e encontros, conflitos e dinamismos, que se converteram em problemas de interesse para a academia. Em tal sentido, a cidade se configurou como objeto de estudo em que se busca compreender a complexidade que a envolve.

Esta situação obriga as diferentes disciplinas a perguntar-se sobre este objeto de estudo; por exemplo, a Antropologia se pergunta sobre as diversas relações culturais que se estabelecem, a História sobre a construção e dinamismo que gerou no contexto global, a Geografia sobre o uso do solo, e assim sucessivamente, possibilitando que a cidade não se converta em objeto de uma disciplina específica, mas de diferentes olhares. A literatura que circula na atualidade demonstra o interesse que possui o mundo contemporâneo por estudar, interpretar e problematizar os fenômenos, que como resultado da superpopulação, acontecem na cidade.

Talvez por este motivo, não exista uma única definição que limite o conceito, pois conceituar cidade é uma tarefa difícil e, é um problema epistemológico recente que ainda não se configura como categoria universalista. Entretanto, as reflexões anteriores têm proposto realizar uma aproximação à cidade desde vários campos do conhecimento e neste sentido se define também interdisciplinar:

Cidade é um espaço físico, político e cultural complexo, uma concentração da população e atividades, mistura social e funcional, com capacidade de auto-governo e âmbito de identificação simbólica e de participação cívica. Cidade como lugar de encontro e de intercâmbio. Cidade igual à cultura e comércio. Cidade de lugares - espaço com sentido - e não mero espaço de fluxos. Patrimônio coletivo no qual tramas, edifícios e monumentos se combinam com lembranças, sentimentos e momentos comunitários. (Borja, 1990, p. 7)

Deste modo, não se pode definir somente a cidade como um espaço físico, político, cultural e econômico, mas também, pode-se olhar a cidade como um espaço de educação, como construção intersubjetiva, como modelo administrativo e participativo, lugar urbano onde há incontáveis possibilidades educativas, porque contém em si mesma elementos fundamentais para a formação integral da pessoa.

1.4 Cidade Educadora

O mapa

Apontamentos de História Sobrenatural

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um Corpo...*

(É nem que fosse o meu corpo!)

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...*

*Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuance de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Quem nem em sonhos sonhei)*

*Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada, Serei um
pouco do nada
Invisível, delicioso*

*Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)*

E talvez de meu repouso..."

Mário Quintana²¹

Desde muito antes de estabelecer-se a instituição escolar como paradigma da socialização e da educação no Ocidente, na cidade tiveram lugar práticas de ordem social, político e cultural com implicações formativas nos indivíduos, portanto, na modernidade, as quais constituíram de certa maneira os "processos civilizatórios" aos que aludiu Norbert Elias (1997), para explicar as peculiaridades das sociedades ocidentais.

Em termos gerais, estes processos implicam uma maior intensidade e densidade nas dinâmicas sociais no passo de pequenas unidades de sociabilidade relativamente isoladas na Idade Média a um mundo contemporâneo cada vez mais complexo de ações interdependentes, aonde as formas de conduta e os sentimentos dos indivíduos se moldam internamente em relação com formas de coação externa, relacionadas com a formação dos Estados unitários, que monopolizam o controle da violência.

Resultado disso, os indivíduos, em longos processos de modelação de seus comportamentos, abandonam as reações emocionais espontâneas e violentas, em favor de mecanismos de disciplina e controle em suas maneiras de dirigir-se em público, em suas sensibilidades, gostos e pautas morais (Elias, 1997). Como mostrou Michel Foucault, na sua obra *Vigiar e Punir* (1977), *disciplinar aos indivíduos em uma sociedade onde se pensava que era mais útil e rentável dominá-los que castigá-los, instituições urbanas, como a fábrica, o*

²¹ Disponível em: <http://www.paralerepensar.com.br/m_quintana.htm>

cárcere e a escola, jogaram um papel decisivo na configuração de novas subjetividades e maneiras de sociabilidade (Varela, 1995, p. 163).

É a cidade como espaço por excelência da interação humana contínua e obrigatória, onde é necessário cuidar a maneira como as próprias ações afetam a vida de outros e prever com cuidado os mecanismos pelos quais afetam a própria vida. Em outras palavras, as cidades têm possibilitado em grande medida os processos civilizatórios de que fala Norbert Elias (1997). Em relação a isso e, como assinala o historiador Jorge Orlando Melo (1997), a adoção de horários que se abstraem dos tempos cíclicos do mundo natural, e que demarcam as rotinas do trabalho, do estudo, do ócio, do controle dos lixos, do fornecimento de mantimentos e serviços que se converteram em fundamentais para a vida, da construção de moradias, e a definição e apropriação de áreas específicas para divertir-se, produzir ou consumir; constituem problemas a partir dos quais a cidade impõe uma coordenação da vida social, que no mundo rural era desnecessária, converteram-se nas sociedades ocidentais assumido interiormente pelos indivíduos, em ocasiões de forma inconsciente ou inadvertida. (Melo, 1997, p. 8) Desta maneira, a generalização dos ritmos corporais e coletivos para a apropriação espaço-temporal da vida urbana supõe padrões e normas gerais de comportamento e sensibilidade particulares.

A cidade pode ser entendida como um "*espaço físico*" onde se aglomeram grandes populações, e por outro lado também como um "*espaço social*" em constante recomposição. Sua construção, então, não só é física, mas também é ordem social e intersubjetiva, uma forma de sociabilidade que se caracterizou no Ocidente como próprias da *urbe*. Os comportamentos adequados às ritualidades da *urbe* se entendem como *urbanidade*, palavra que vem da tradição latina, *na antiguidade, a cidade era polis, a civitas, o lugar supremo no qual acontecia a participação, a vida coletiva, a civilização e a cultura*. (Gómez-Granell; Vila, 2003, p. 17).

Enquanto que *cidadania* (a pertença à cidade) e *civilização* (que faz alusão ao *cívico*, comportamento próprio da vida cidadã) tomam parte do mesmo campo semântico, no qual se identifica também a palavra grega *polis*, que significa cidade na Grécia. Dela provém a política, como ciência ou atividade de governo do Estado, mas também como o conjunto de normas para o governo, que se restringe aos organismos encarregados de manter uma ordem. Em inglês, três conceitos quase que se confundem entre os limites do cultural, entendido como as maneiras de comportamento, e do disciplinador, assinado pelos organismos encarregados do controle populacional na cidade: *polity*, boas maneiras; *policy* e *polities*, políticas, e *police*, polícia. (Melo, 1997, p. 9)

As tradições latinas e gregas da cidade como cenário da vida política participativa e civilizada, onde se configura uma cultura da diversidade e multiplicidade entre sujeitos e grupos, constituem uma chave que se evoca e reivindica permanentemente em discursos educativos e culturais como "*medidas curativas*" contra um suposto mal-estar social. Neste sentido, a cidade-educadora é um processo de

compreender a integração do seu sistema educacional formal num conjunto de relações políticas e sociais novas. A cidade como um todo passa a promover a cidadania, a inclusão na sociedade formal e a inclusão no conhecimento. Espaços urbanos, promoções culturais, ações políticas abertas da cidadania na nova cena pública, identidade e conflitos vividos democraticamente: um novo modelo de vida, uma nova cidadania, a política descentralizada e ativa como elemento desestabilizador da alienação e do conformismo (Genro, 2001, p. 13).

Como mostrou José Luis Romero, a fundação de cidades não se restringe somente à construção de edifícios e infra-estruturas físicas necessárias para a vida, mas a cidade constitui-se ela mesma em "*criadora de sociedade*"; e esta sociedade compacta que deve produzir sua realidade circundante, adaptando os elementos do ambiente a um projeto preestabelecido, que remeta ao ideal da "cidade de Deus". (Romero, 1999) Assim, pois a cidade se encontra no sustento mesmo de uma sociabilidade civilizada.

A modernidade converteu a cidade no "paradigma por excelência²" da vida humana, temporal e livre de ideais metafísicos, constituindo-se em símbolo dos sonhos e pretensões mais humanas e mortais. Desde Babel, a cidade é o símbolo das tensões entre a integração e a diversidade, entre a confusão e o caos, a mudança e a inovação; nela também tomam lugar a criatividade e a destruição permanentes (Jelin, 1999, 105).



A cidade se impõe como o cenário "*social*" por excelência na contemporaneidade, de tal forma que assistimos desde finais do século XX à urbanização do planeta ou uma planetarização da urbe. Nas cidades latino-americanas se articulam os processos de globalização com as especificidades de suas "*identidades*" locais e nacionais, com especial dramatismo.

As problemáticas sobre a convivência social nas cidades contemporâneas fazem com que se olhe com especial interesse e preocupação à educação, dado seu lugar estratégico nos processos de construção do tecido social. A educação se encontra hoje no centro dos debates e das preocupações do setor público e privado, e para isto, as escolas, professores e estudantes confluem diferentes olhares, para desentranhar suas problemáticas e compreender o protagonismo que lhes aguarda na construção de uma convivência civilizada.

Talvez estejamos dentro de um dilema a que Melucci nos alerta (vivência e convivência) a respeito das relações entre movimentos sociais e sociedade civil e Estado. Assim, o ideário da educação popular se gesta na sociedade civil, nos movimentos sociais, nas lutas populares e, depois, por se tornar governo, esse mesmo ideário se transforma em política pública. (Fischer, 2004)

Entretanto, não se trata da escola propriamente dita, trata-se de olhar para os processos educativos e o que eles nos podem oferecer junto com a sociedade civil na cidade, a qual se explica, sem dúvida, por sua capacidade para gerar uma nova cultura e porque predispõe a formação das estruturas da sociedade. Portanto, são os problemas da convivência social nas grandes urbes que fizeram tomar consciência da importância de diversas "*práticas educativas*" refundadoras da sociedade, de maneira que proliferam os discursos e as expectativas sobre a importância da educação para o estabelecimento de uma convivência civilizada e de uma sociedade mais digna que balize a excelência humana (bem-estar, bem comum). Esta forma moderna de participação e uma das alternativas é a cidade-educadora, enquanto nova forma de estabelecer um processo de participação cidadã e comprometimento.

Nesta perspectiva, a possibilidade da conversão do território urbano em espaço educador pressupõe uma intencionalidade pedagógica presente nas ações desenvolvidas pelos diferentes atores que vivem a cidade e esta pressupõe explicação/dialogo acerca do projeto educativo presente nessas ações. Converter em uma pedagogia é, portanto, mais do que uma nova metodologia ou panacéia discursiva e requer, sobretudo, predisposição para um novo modo de olhar e de viver a cidade. Para além de um "novo" discurso sobre os problemas da educação contemporânea, trata-se de uma nova forma de compreensão da vida em coletividade no espaço urbano (Moll, 2002, p. 24).

Logo, a cidade moderna constitui um marco primário de vida social e de inter-relação; e, portanto, de solidariedade. Que esta seja deixada à iniciativa privada, ou seja, organizada de uma maneira coletiva pela mesma cidade é um aspecto opcional, o qual não significa que seja irrelevante. Tal enquadramento proporciona um feixe limitado de possibilidades, dentro do qual as pessoas se movem e optam. Quer dizer, oferece as possibilidades de liberdade real para exercer as liberdades universais que o direito e os costumes do sistema democrático outorgam. Frente ao individualismo, a cidade pode ser ou deveria ser o marco de solidariedade. Frente ao isolamento, pode ser ou deveria ser o marco de comunicação.

A cidade conta com as melhores condições materiais para forjar uma oferta geral de difusão das aprendizagens e dos conhecimentos úteis para viver em sociedade e, ao mesmo tempo, pode criar ampla desigualdade em sua distribuição. A cidade é uma vitrine cheia de possibilidades e de ofertas diversificadas para serem escolhidas, mas também uma distribuição desigual da liberdade. O urbanismo nos ensinou como a mesma trama urbana pode introduzir em seu seio a desigualdade de condições, mas aprendemos também que esta não é produto do destino, mas sim da atuação e relação das pessoas.

A administração municipal local, por sua proximidade aos cidadãos, pode ser a mais aberta e a mais transparente possível. Suas decisões, sua administração são as mais evidentes e, portanto devem gerar mais opinião pública, em poucas palavras, poderia ser uma escola de cidadania.

A cidade é agente educador que, diante da tendência à concentração do poder, pode possibilitar a opinião pública e a liberdade; diante da tendência ao gregarismo, pode expressar o pluralismo; diante da tendência a distribuir desigualmente as possibilidades, pode defender a cidadania; diante da tendência ao individualismo, pode esforçar-se por praticar a individualidade solidária. Pode facilitar o tecido dos hábitos cidadãos que criam o sentido de reciprocidade, o qual engendra o sentimento de que existem interesses que não têm que ser lesados. Une com os suaves laços da vida compartilhada. Permite formar pessoas sensíveis tanto a seus deveres como a seus direitos.

A cidade é educadora quando imprime esta intencionalidade na forma como se apresenta a seus cidadãos, consciente de que suas propostas têm conseqüências em atitudes e convivências e geram novos valores, conhecimentos e destrezas. Estão implicados todos os âmbitos que concernem a toda a cidadania.

Esta “intencionalidade” a qual se refere Jaqueline Moll (2002), constitui um compromisso político que tem que assumir, em primeiro lugar, o governo municipal, como

instância política representativa dos cidadãos e que lhes é mais próxima; mas tem que ser necessariamente compartilhada com a sociedade civil. Significa a incorporação da educação como meio e como caminho para a consecução de uma cidadania mais culta, mais solidária e mais feliz.

Dito compromisso repousa sobre três premissas básicas: informação necessariamente especificada e compreensível para a cidadania, participação desta cidadania sob uma perspectiva crítica e co-responsável e, finalmente, embora não menos importante, a avaliação de necessidades, propostas e ações.

Para a cidade-educadora, a grande provocação do século XXI é aprofundar a relação participativa entre governo e governados no exercício dos princípios e valores democráticos por meio de orientações e atuações adequadas. É importante introduzir no ordenamento jurídico-político próprio de qualquer democracia, fatores pedagógicos que permitam utilizar a informação, a participação e a avaliação como eixos de aprendizagem e de educação, e de construção de cidadania. Portanto, este compromisso insere dentro do próprio governo local, determinadas relações e formas de trabalho entre os membros da equipe de governo, dada a transversalidade do tema.

Muitas políticas municipais continuam considerando, ainda, a cidade-educadora só como um conjunto de atuações relacionadas, de uma maneira ou outra, com as instituições educativas convencionais. Frequentemente, as políticas de cidade-educadora parecem interessar ou implicar só aos departamentos ou instituições educativas.

A cidade-educadora é um novo “*paradigma*”, um projeto necessariamente compartilhado que envolve todos os departamentos das administrações locais, as diversas administrações (mandatos) e a sociedade civil. A transversalidade e a coordenação são básicas para dar sentido às atuações que incorporam a educação como um processo que se dá ao longo de toda a vida.

As autoridades locais têm que propiciar, facilitar e articular a comunicação necessária para o conhecimento mútuo das diversas atuações que se levam a cabo e para estabelecer as consequentes sinergias para a ação e para a reflexão, constituindo plataformas conjuntas que possibilitem o desenvolvimento dos princípios da carta de cidades-educadoras.²²

²² **Princípio 4.** Las políticas municipales de carácter educativo se entenderán siempre referidas a un contexto más amplio inspirado en los principios de la justicia social, el civismo democrático, la calidad de vida y la promoción de sus habitantes.

Princípio 5. Las municipalidades ejercerán con eficacia las competencias que les correspondan en materia de educación. Sea cual fuere el alcance de estas competencias, deberán plantear una política educativa amplia, de

As formas concretas desse desenvolvimento e a definição do conceito cidade-educadora que são tão diferentes como diversas são as cidades. Com ritmos e níveis de implicação diferentes. Isto dependerá de sua própria história, localização, especificidade e também do próprio projeto político dos que democraticamente chegam ao poder local.

Sem dúvida, o caminho para construir uma cidade-educadora é longo, mas é também estimulante e positivo e tem que ser esboçado e reconhecido por todos: governos locais e sociedade civil.

Converter-se-á assim, em uma demanda e exigência dos cidadãos, em um lucro sem retorno, tal como se expressa na introdução da Carta de cidades educadoras: *afirma-se, pois, um novo direito dos habitantes da cidade: o direito a uma cidade educadora.*²³

Obviamente está no marco do câmbio paradigmático científico, político, social que estamos vivendo como civilização, mas o importante é que já começamos a caminhar e o comprometimento é geral, porque é um projeto do presente baseado no passado e projetado para o futuro. A seguir transcrevo alguns “*apontamentos*” que Jaqueline Moll propõe para esta “*discussão*”:

- * A convicção acerca do compromisso humano coletivo/individual com as perplexidades da encruzilhada do presente que se traduzem em diferentes formas de barbárie: na miséria material cotidiana; nos racismos e xenofobismos que sempre excluem, marginalizam, deserdam; na destruição do planeta; no olhar que hierarquiza, que congela o outro, o diferente no lugar da oposição, da ameaça, do conforto.
- * A recuperação das trajetórias históricas e perspectivas culturais dos diferentes grupos sociais e a inclusão no universo de possibilidades culturais da cidade.
- * A configuração de uma esfera pública que aproxime de forma vigorosa o poder público (através de suas diferentes secretarias e serviços) e as comunidades locais para discussão e proposições acerca dos problemas cotidianos. A experiência do Orçamento Participativo desenvolvida na cidade de Porto Alegre desde 1989 pode aportar importantes elementos esse desafio.

carácter transversal e innovador, incluyendo en ella todas las modalidades de educación formal, no formal e informal y las diversas manifestaciones culturales, fuentes de información y vías de descubrimiento de la realidad que se produzcan en la ciudad.

El papel de la administración municipal es establecer las políticas locales que se revelen posibles y evaluar su eficacia; además de obtener los pronunciamientos legislativos oportunos de otras administraciones, estatales o regionales.

Principio 6. Con el fin de llevar a cabo una actuación adecuada, las personas responsables de la política municipal de una ciudad deberán tener información precisa sobre la situación y necesidades de sus habitantes. En este sentido realizarán estudios, que mantendrán actualizados y harán públicos, y establecerán canales permanentes abiertos a individuos y colectivos que permitan formular propuestas concretas y de política general. Asimismo, el municipio en el proceso de toma de decisiones en cualquiera de los ámbitos de su responsabilidad, tendrá en cuenta el impacto educativo y formativo de las mismas. (fonte: Carta da Associação das Cidades-Educadoras, Barcelona 1990) Disponível em:

<http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.html>

²³ Disponível em: <http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.html>

* A perspectiva de uma esfera pública que permita formas de inclusão e de cidadania a populações que vivem em situações-limite de miséria, pela construção de novas interfaces entre o Estado e estas parcelas da sociedade civil. (Moll, 2002, p. 24)

A cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política, e de prestação de serviço), uma função educadora, quando assuma a intencionalidade e a responsabilidade e a cujo objetivo seja a formação e o desenvolvimento de todos os habitantes²⁴.

1.5 Para ser cidade educadora tem que haver participação cidadã

Um dos primeiros documentos que argumenta em favor da participação cidadã democrática na história, é do sofista Protágoras (481 a 401 a.C.) (1965) no qual sustenta, contra a opinião de Sócrates, que todos os cidadãos devem participar do governo da cidade, posto que todos eles possuem igual competência política e igual capacidade de juízo para os assuntos políticos. Em efeito, o sentido moral e o sentido da justiça são compartilhados por todos os cidadãos, e isto lhes permite participar, deliberar, discutir e decidir sobre o público. Se todos possuíssemos capacidade de juízo político (a combinação de sentido moral e justiça), todos podemos e devemos participar. É a capacidade de juízo que nos faz iguais, quer dizer a capacidade de reflexão, de análise de questionamento. É a posse dessa capacidade que justifica um sistema político democrático.

A participação cidadã constitui hoje um lugar importante nas ciências sociais. É uma projeção otimista, relacionada a um novo modo de construção social, realmente democrático (participação, igualdade de direitos, equidade) que constitua relações de poder diferentes. Neste estado ideal, o homem comum se tornaria sujeito em vez de objeto e os problemas e contradições sociais resolver-se-iam mediante a intervenção consciente de todos os atores coletivos.

Cada um dos atores sociais teria a possibilidade de decidir sobre os aspectos vitais, de tal forma que permitiria que os processos de produção e consumo não se convertessem em meios de alienação e acatamento.

É evidente que, dita alternativa se aproxima mais à utopia que à dinâmica do mundo atual, pois ainda estão em processo de criação das condições sociais para que este projeto seja praticado nas cidades do mundo. Mas, esse é o desafio da cidade educadora e de muitas administrações locais que vêm na participação cidadã uma alternativa para o desenvolvimento econômico e sustentável.

²⁴ Carta da Declaração de Barcelona. Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.html>

Considerando que participação é a capacidade de *decidir, controlar, executar e avaliar os processos e seus projetos* (Hurtado, 2001), no caso de não haver tal capacidade de decisão e controle se estaria falando de uma participação reativa e não autêntica. Participação é uma atividade desdobrada pelo conjunto dos atores sociais na consecução de um projeto de ação comum de determinados objetivos e metas, que terá formas e níveis diferentes de expressão. A seguir citamos algumas premissas:

a) A participação é um processo ativo encaminhado a transformar as relações de poder e, tem como intenção estratégica incrementar e redistribuir as oportunidades dos atores sociais de tomar parte nos processos de decisão. **b)** O processo abordado nasce da necessidade individual e coletiva; está protagonizado pelos processos e os espaços onde se concreta (cenários sociais). **c)** A participação não é homogênea, alcança distintos níveis e diferentes formas de expressão. **d)** É um exercício que permite ir criando espaços para influir nas decisões que afetam a vida. A base orgânica para obtê-la são os agrupamentos humanos que incluem formas com diferentes níveis de estruturação, elas supõem uma necessidade e uma vontade comuns formalizadas para alcançar um propósito, conduzir-se a si mesmos, e, sobretudo, relacionar-se com os de fora e obter benefícios. Ali se desdobram de maneira orgânica, táticas que conduzem à solução; tomam decisões e se geram atividades. **e)** Como parte normativa na formulação de objetivos e estratégias desenvolvidas do cultural tenta substituir a difusionista que privilegia o consumo individual em seu papel de espectador, por outra parte implica a intervenção ativa da população no complexo processo de construção de sua vida individual e social. **f)** Nas condições do mundo atual, a participação como processo de tomada de decisões sempre estará limitada e se circunscreve eminentemente a expressões micro-sociais no marco duma organização concreta, determinada e relacionada com ou por alcançar uma meta. (Linares, 1950, p. 23)

Nesse sentido, a participação resulta de processos históricos que implique a intervenção ativa dos sujeitos na construção de sua própria realidade, e, se espera que em sua dinâmica de intercâmbio horizontal, se produzam processos de aprendizagem e implementação que transformem em hábitos essas práticas sociais. Entretanto, para alcançar uma participação autêntica e democrática é necessário gerar condições efetivas, e construir uma participação que se enraíze na consciência social, e a única maneira de obtê-la, é desenvolvendo uma educação pertinente para isso.

Falamos de participação que não é simples informação nem consultas de opiniões, mas sim tomar decisões compartilhadas depois de um conhecimento, com tempo suficiente e mecanismos claros, dos problemas e das alternativas. Para isso os políticos, os técnicos, e os próprios cidadãos têm que intercambiar seus conhecimentos e posições sobre as medidas de sustentabilidade que se deveriam adotar. São negociações onde não há uma solução técnica só, e onde o técnico-constructivo deve ver-se comprometido com o social, o econômico, etc. Assim serão possíveis processos instituintes de realidades sustentáveis onde os cidadãos possam sentir-se implicados e responsáveis. (Villasante, 1995, p. 28)

Segundo Bordenave (1986), participar vem da palavra parte, e em uma concepção integral a participação está dada por três elementos: *ser parte, tomar parte, ter parte*. O Ser

parte, se refere à magnitude e intensidade da participação, o nascimento de um compromisso em relação ao que se pertence e a assunção de direitos e deveres sobre esse compromisso. *Ter parte* implica desempenhar um papel no cenário da participação, assumir e compartilhar responsabilidades por parte das pessoas e poder converter-se no Alter-Ego dos processos de comunicação. *Tomar parte* é exercer a capacidade de fazer e decidir, e implica a conscientização de possuir um instrumento e ter o direito de utilizá-lo. Para o estudo do fenômeno, Bordenave propõe alguns níveis de participação:

Informativo: aos membros só lhes informa das decisões já tomadas pelas instituições. **Consulta facultativa:** os dirigentes podem consultar aos membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver problemas. **Consulta obrigatória:** os membros devem ser consultados, mas a decisão final tomam os dirigentes. **Elaboração recomendação:** os membros elaboram respostas e recomendam medidas que os dirigentes (instituições) podem aceitar ou não, mas sempre estão obrigados a justificar sua posição. **Co-gestão:** é dividida através de mecanismos de eleição de um plano de ação e na toma de decisões. **Delegação:** os membros têm autonomia em certos campos que têm limites definidos pela direção centro dos quais os primeiros podem tomar decisões. **Autogestão:** nível mais alto de participação, o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa. (Bordenave, 1986, p.16)

No marco das cidades educadoras, a participação cidadã (propostas de projetos, reclamações, reivindicação) é tão importante que a responsabilidade compartilhada e co-determinação na intervenção da tomada de decisões são fundamentais, porque incluem todo um processo que vai da identificação dos problemas, à articulação dos objetivos, a formação e negociação das propostas para a solução, execução e avaliação das ações e a partilha dos benefícios.

Esses níveis de participação partem da ação conjunta de pessoas e organizações da comunidade criada por seus habitantes, com suas instituições de governo, centros de pesquisa, ensino e produção. Nesse sentido, pode-se considerar importante a difusão da informação, por parte do governo e da sociedade civil, a participação integral tanto no planejamento como na execução dos projetos.

A participação cidadã se converte no melhor método (ou o mais legítimo) para fazê-lo. A participação garante o auto-governo coletivo e, por conseguinte, aumenta a governabilidade. Além disso, produz efeitos políticos benéficos ligados à idéia de auto-desenvolvimento dos cidadãos.

Para os humanistas do Renascimento o compromisso dos cidadãos com a vida ativa constitui o vínculo comunitário criador de virtude cívica. Para Tocqueville (1957), enfim, a

implicação cidadã em todo tipo de associações (civis, sociais, políticas, econômicas, recreativas, etc.) constitui uma marca distintiva do regime democrático.

Para John Dewey (1978), a democracia não era unicamente um sistema de regras e instituições, mas sim um conjunto de práticas participativas dirigido à criação de autonomia nos indivíduos e à geração de uma forma de vida específica.

Em geral, a participação é um valor importante da democracia. E essa posição privilegiada se legitima em relação a três conjuntos de efeitos positivos. Primeiro, a participação cria hábitos interativos e esferas de deliberação pública que resultam chaves para a consecução de indivíduos autônomos. Segundo, a participação faz que a pessoa se faça responsável, democrática e coletivamente, das decisões e atividades sobre as quais é importante exercer um controle dirigido ao lucro do auto-governo e ao estabelecimento de estabilidade e governabilidade. Terceiro, a participação tende, igualmente, a criar uma sociedade civil com fortes e arraigados laços comunitários criadores de identidade coletiva, isto é, geradores de uma forma de vida específica construída ao redor de categorias como bem comum e pluralidade.

A combinação destes três efeitos positivos resulta favorecedor do surgimento, nesta forma de vida, de outros importantes valores: criação de distância crítica e capacidade de juízo cidadão, educação cívica solidária, deliberação, interação comunicativa e ação convergente. Em poucas palavras, a forma de vida construída ao redor da categoria de participação tende a produzir uma justificativa legítima da democracia, apoiada nas idéias de autonomia e auto-governo.

Os cidadãos serão ajuizados, responsáveis e solidários, unicamente se lhes dá a oportunidade de sê-lo mediante sua implicação em diversos foros políticos de deliberação e decisão. E quanto mais cidadãos estejam implicados nesse processo, maior será a fortaleza da democracia, melhor funcionará o sistema, maior será sua legitimidade, e, igualmente, maior será sua capacidade para controlar o governo e impedir seus abusos.

A participação criará melhores cidadãos e possivelmente melhores indivíduos. Obrigar-lhes-á a traduzir em termos públicos seus desejos e aspirações, incentivará a empatia e a solidariedade, forçar-lhes-á a argumentar racionalmente diante de seus iguais e a compartilhar responsabilmente as conseqüências (boas e más) das decisões. E estes efeitos benéficos da participação se conjugam com a idéia de que a democracia e suas práticas, longe de entrar em conflito com a perspectiva liberal, são o componente indispensável para o desenvolvimento da autonomia individual que presumivelmente aquelas instituições querem proteger.

Dito de outro modo existe uma conexão interna entre participação, democracia e soberania popular, por um lado; e direitos, individualismo e representação, por outro. Essa conexão se apreciaria, por exemplo, no fato de que estas últimas constituem precisamente as condições legal-institucionais sob as quais as variadas formas de participação e deliberação política conjunta podem fazer-se efetivas.

Assim, a participação agora se contempla do ponto de vista de seus efeitos benéficos na criação de mútuo respeito, de comunalidade, de confiança interpessoal, de experiência na negociação, de desenvolvimento de valores dialógicos, de habilidades cognitivas e de juízo; em definitivo, de auto-desenvolvimento pessoal na multiplicidade de esferas públicas que a democracia põe ao alcance dos cidadãos. De fato, o auto-desenvolvimento pessoal é descrito aqui, em boa medida, em termos de auto-desenvolvimento moral.

É hoje quase um lugar comum em muitos sistemas democráticos a idéia de que resulta necessário reforçar a sociedade civil e os laços cívicos que esta cria. A cidadania participativa aspira a seguir essa linha e a construir novos e variados âmbitos de participação democrática institucional e não institucional.

Nas circunstâncias adequadas, os cidadãos reagem e se mobilizam em defesa de seus interesses políticos e do que acreditam justo ou necessário. Além disso, a débil vontade de participação às vezes reflete defeitos do sistema, pois a utilidade da participação para os cidadãos nem sempre é evidente.

Assim, quanto maiores forem as expectativas da implicação política, maior será a participação. Por último, o pluralismo de interesses e opiniões existente em nossas sociedades faz com que a participação nem sempre deva seguir o caminho institucional, mas que se disperse em uma miríade de âmbitos, não exclusivamente relacionados com a política institucional, mas com as aspirações políticas cidadãs que respondam a seus interesses, como diz Ferreira Santos (2006).

Com este caráter *convivencial* é que podemos apostar na experimentação de um outro modelo sócio-econômico que se estruture em torno da *democracia participativa*. Aqui, me parece, está o verdadeiro impasse que o momento *crísico* poderia nos levar, de maneira crítico-reflexiva, participativa, usando as potencialidades de uma *razão sensível* que, muito distante da racionalização de ordem apenas econômica, exercita a destinação humana. (p. 33)

Portanto, de um ponto de vista normativo e institucional-social, a ampliação do conteúdo do estatuto da cidadania incorporou além de direitos políticos e administrativos originais, outros como econômicos e sociais, entre os que se destaca o direito à participação individual e coletiva. O conceito de cidadania no que se fundamenta a democracia evoluiu

também em nível global. Embora aluda originalmente à posse de certos direitos e inclusive de propriedades e à obrigação de cumprir certos deveres em uma sociedade específica, assinala também a pertença - sentimento de pertencimento e identidade -, o que pode ser importante para as sociedades complexas e para uma comunidade política determinada, vinculada em geral à nacionalidade e a oportunidade de contribuir à vida pública dessa comunidade através da participação.

Depois de tudo, não há necessidade de enfatizar que o modelo de democracia em que se sustenta o atual sistema político é tributário da *polis* grega, onde os homens livres, com exclusão dos escravos, debatiam livre e diretamente e tomavam decisões sobre os assuntos públicos. Foi um modelo criado à escala de pequenas cidades, com critérios e mecanismos ao nível de comunidade, onde a democracia direta era exercida pelos cidadãos graças a estruturas, relativamente simples e numericamente reduzidas, como persiste atualmente na figura dos cantões suíços.

Em sociedades em larga escala surgiram diversos modelos representativos em formas corporativas e parlamentárias até chegar ao modelo atual, apoiado no sufrágio universal para quem tem a condição de cidadão e idade mínima para votar, sustentado na mediação de partidos políticos que competem pela titularidade das diversas instâncias de governo. Essas se encontram estruturadas em diversos níveis mais amplos que o local ou municipal, como acontece para o caso dos atuais municípios dos países da América Latina (neste caso, o Brasil e, mais especificamente, o Estado do Rio Grande do Sul), cujas distintas competências incluem instâncias de decisão que obviamente incidem na vida cidadã.

Sua composição e formas de atuação seguem o modelo representativo apoiado em eleições e partidos políticos. Este modelo está apoiado em uma divisão dos poderes executivo, legislativo e judicial. Conjuntamente com este modelo é necessário mencionar a existência de numerosas experiências e metodologias participativas para a organização e mobilização da população especialmente durante os últimos dois séculos, em sua maioria procedente de teorias e experiências anarquistas, socialistas utópicas, anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas (Mintz, 1977).

Ainda, além destas, a experiência dos social-cristãos, o populismo russo, o cooperativismo e o mutualismo. São formas de autogestão que entram em conflito ou ficam deslocadas com a nova ordem imperialista que organiza o mercado mundial. Mais tarde, exemplos procedentes do sindicalismo, o participacionismo socialdemocrata e o conselheirismo, documentando desde inícios do século XX às primeiras experiências americanas. Estas tendências foram derrotadas de forma estreitamente relacionada com a

institucionalização do taylorismo e o fordismo junto ao imperativo capitalista da produtividade, presente também nas sociedades socialistas daquele tempo, sob a convicção convergente de que o desenvolvimento exigia a erradicação de toda possibilidade de autogestão e a imposição do planejamento centralizado.

Entretanto, deve destacar-se que, as mudanças no modelo de Estado do Bem-Estar, de Estado Benfeitor a Estado Social (típica de propostas centristas tanto de esquerda como de direita, por exemplo, a Terceira Via), é uma das tendências que se perfilam como decisivas na atualidade, correspondendo a uma mudança na extensão de suas funções redistributivas. As mudanças estão, sem dúvida, motivadas pela crise fiscal, que levou aos países, sobretudo os chamados emergentes, à restrição orçamentária em itens sociais pelo custo exponencial de seus serviços. Apesar de ser um modelo que contribuiu para assegurar a estabilidade social, o modelo de Estado de Bem-Estar -ainda que reestruturado- recebe algumas críticas: da direita, pela ineficácia de seu planejamento frente às virtudes do mercado, em detrimento do investimento privado e suas cargas tributárias. No relativo à questão social, pelo reforço da pobreza e a dependência da ajuda social devido à ação do Estado; da esquerda, pela crítica à política de privatizações e recortes nos gastos sociais, por favorecer o interesse privado no desenho de políticas; por sua intromissão na liberdade individual e o caráter excessivamente burocrático que assume o Estado contemporâneo.

A competitividade, além disso, teve como conseqüência que, sob a pressão da ordem econômica mundial neoliberal, muitos modelos de administração tenham optado pela privatização de empresas e a contratação de empresas privadas para a dotação dos serviços. A tensão que aqui se gera entre o modelo dominante do Estado de Bem-Estar e uma nova versão de organização política, ainda não é bem definida. O modelo emergente exige que os cidadãos sejam mais protagonistas e gestores de suas necessidades como de iniciativas coletivas e solidárias, mais responsáveis e menos receptores ou dependentes da administração local, passivos de serviços. (Castel, 1997)

Desde meados dos anos cinquenta se viveria outra nova situação no que diz respeito ao resgate dos recursos da população para projetos de melhoramento social e do entorno. A nova fase estaria caracterizada pela recuperação dos recursos grupais e auto-gestionados, que seriam postos ao serviço neocolonial pelas chamadas agências para o desenvolvimento.

Da sociologia e da antropologia se desenvolveram então correntes teóricas e estudos empíricos sobre a importância do ponto de vista do ator social, do conhecimento local, dos saberes populares, da dinâmica de micro-grupos e da estrutura negociada da ordem social. Destes estudos saíam propostas para reconhecer as margens da gestão operária e aplicá-las à

produtividade industrial enquanto que em outro plano se desenvolvem programas de "desenvolvimento comunitário" e de serviços sociais apoiados tanto na auto-ajuda como em outros formatos limitados de participação, demarcados a setores específicos, como os círculos de qualidade trabalhista, os grupos de auto-ajuda e a capacitação de agentes comunitários (Salazar, 1992).

Na América Latina, na década de sessenta abundou em experiências participativas, promovidas tanto por organismos internacionais e governamentais como por parte de grupos de esquerda, que também desenvolveram experiências especialmente em comunidades camponesas e urbanas. Destacam-se neste âmbito, por sua especificidade, as chamadas "comunidades de base", fundamentadas nos princípios de Puebla²⁵ e pelo Concílio Vaticano II e que posteriormente são fortalecidas com a Teologia da Libertação expandindo-se com muita força nos países da América Latina (Freire, 1973).

Houve a irrupção de novas correntes de conselhos comunitários e auto-gestionários, patentes em numerosos grupos de auto-ajuda e organismos não governamentais. Essa "rebelião" inclui coletivos de mulheres, grupos ecologistas, associações culturais, organizações gays e lésbicas, uniões de consumidores, cooperativas, projetos universitários, comunidades terapêuticas e grupos de auto-ajuda, organismos de beneficência e filantropia, entre outras iniciativas de caráter eminentemente civil que incorporam aspectos de participação e voluntariado e que para alguns analistas antecipam a "volta do ator" à arena política. (Touraine, 1987)

Desta forma, o conceito de democracia principalmente consensuada é o de constituir uma comunidade caracterizada pelo debate livre e a capacidade de decidir sobre assuntos do interesse coletivo, que pressupõe um domínio público sobre a "esfera do público", onde o Estado é o agente que aplica medidas pertinentes em benefício do interesse geral (Habermas, 1994).

O papel principal do Estado é mediar os diferentes interesses privados e, em contribuir a uma ordem superior que atue como integradora do conceito de cidadania democrática. Parte da premissa de procurar a participação dos cidadãos para obter a repolitização do poder local

²⁵ *Documento de Puebla*. Puebla, México: Tercera Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, Marzo de 1979. Edición digital de José Luis Gómez-Martínez; para la presente edición digital se ha seguido el texto de la edición digital de la Agencia Católica de Informaciones en América Latina. Febrero de 2004. (Disponível em: <http://www.ensayistas.org/critica/liberacion/puebla>)

e fazer da política um fator de integração social e construção do modelo de cidade, de constituir entre os cidadãos um sentimento de comunidade²⁶.

Do ponto de vista político implica *certa subordinação dos interesses privados aos interesses públicos e das decisões privadas às decisões públicas é condição sine qua non de uma comunidade política* (Bendix, 1974, p. 29). Embora o respeito aos direitos fundamentais e a resolução das necessidades de setores marginados são tarefas mais ou menos cobertas nas atuais democracias, o que implica acompanhar esses processos e fortalecer a representatividade dos atores sociais.

Abordar o tema da participação no contexto atual nos obriga a fazer referências a dois fenômenos que, embora opostos em escala, aparecem intimamente ligados: a emergência da esfera local no âmbito político e as tendências que impõe a globalização às sociedades atuais. Sem esquecer, no primeiro caso, que no nível local a proximidade entre os atores sociais e a prática política como experiência intersubjetiva são fatores que no caso das cidades estiveram presente desde as cidades antigas, e continuam até a atualidade.

Portanto, cabe assinalar que o nível local ou municipal foi considerado secularmente como um espaço privilegiado para o exercício político, pois como disse Tocqueville, *é no município onde reside a força dos povos livres...(pois) ...sem instituições municipais uma nação pode dar-se um governo livre mas carecerá do espírito da liberdade* (1957, p. 98). De fato, de todas as instituições governamentais são as prefeituras as que têm um estatuto especial e uma autoridade concreta por possuir uma visão estratégica e uma liderança nas comunidades locais. Por que é importante e necessário então justificar a democracia em um sentido de participação dos cidadãos? Caberia assinalar que o poder local dispõe de duas importantes vantagens em relação a outras esferas governamentais.

Por um lado, gozam de maior capacidade de representação e de legitimidade em relação a seus representantes: são agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais. Constituem a instância de governo mais próxima ao cidadão e, portanto, com maior sensibilidade e receptividade potenciais para o manejo das necessidades e propostas cidadãs. Por outro, gozam de muito mais flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos.

²⁶ Entende-se aqui o conceito de comunidade como um grupo reunido ou disperso, de moradia fixa ou migratória, que apresenta diversos graus e formas de organização e coesão sociais, cujos membros compartilham, em distintos graus, características sócio-culturais, socioeconômicas e sócio-políticas, assim como interesses, aspirações e problemas comuns.

A política no nível local não é um acontecimento que se contempla a distância como é o caso da política nacional ou estadual, mas sim, é vivida como uma experiência intersubjetiva dentro do que aqui nomearemos um mundo local moral, que não tem uma delimitação geográfica nem administrativa, e que responde à maneira como cada dia pelo cidadão a experiência política no entorno imediato, cuja percepção por parte dos atores constitui seu mundo local.

Se considerarmos estes fatores, a abstenção eleitoral em escala local expressaria uma ruptura muito mais profunda que em escala estatal ou autonômica, entre a representação eleitoral e a vivência da experiência política por parte da cidadania, precisamente porque em escala local vive-se e incorpora-se cotidianamente à experiência da política sem necessária mediação.

Esses fatores funcionam com outros na escala da política distante, como no caso deste estudo, a representada na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, mas são menos aceitáveis no nível local, especialmente se falamos de povos ou cidades médias onde os prefeitos e vereadores são vizinhos, formando parte do entorno cotidiano que oferecem as relações “cara a cara”.

O modelo atual de participação representativa e a intervenção decisiva dos meios de comunicação conduzem a que a experiência política se construa quase exclusivamente em escala micro-social ou local, pois o cidadão vê muito longínquos outros âmbitos, tendendo a lhe resultar cada vez mais incompreensíveis e alheios.

São diversos os fatores que se relacionam com os processos de participação no nível local que têm a ver com a globalização de grandes processos de atribuição de recursos econômicos, informativos, culturais, etc. Afetam diretamente aos mecanismos de reciprocidade e de redistribuição que são inerentes à sociabilidade e à prática política. Tendem, além disso, a modificar de forma importante a vida local a partir do efeito emergente do local-global, uma revalorização do que está mais próximo, o que é nitidamente local e vivido, portanto, diretamente, mas que opera em função de fatos que têm lugar a muitos quilômetros de distância.

A mundialização se refere à globalização da economia, ao papel central das finanças, a emergência da sociedade da informação, ao papel dos meios de comunicação globais e a constituição do mercado mundial. Aponta a uma intensificação das relações sociais em todo mundo pelas quais se enlaçam lugares longínquos, de tal maneira que os acontecimentos locais estão configurados por situações em escala mundial, mas também, o que acontece no entorno local pode repercutir potencialmente em âmbitos mais amplos.

Oferece um potencial que as atuais tecnologias virtuais, como internet, tendem a ativar, anunciam a evolução para formas de organização e integração social cada vez mais complexas e desterritorializadas. (Castells, 1998)

Os efeitos da globalização e suas traduções "glocais" tendem a escavar o domínio do político para levar a âmbitos anônimos, como o capital financeiro e o avanço tecnológico internacional, o eixo de decisões cujas conseqüências podem ser involuntárias e imprevistas, exercidas em nome do interesse privado ou de grupos corporativos determinados, até quando puderem invocar ou disfarçar-se do contrário.

O poder das empresas transnacionais e do mercado financeiro é hoje tal que ameaça converter os governos nacionais em "bonecos" de seus interesses, mesmo que no desconcerto resultante o que prepondera como diagnóstico é que a rapidez e complexidade dos processos econômicos e financeiros atuais ocasionam efeitos não esperados, o concurso agudo da incerteza e um entorno caracterizado pelo risco, ao dizer de Ulrich Beck:

No projeto do Estado de Bem-Estar, a política tinha alcançado uma relativa autonomia, em virtude da intervenção política nos assuntos do mercado, frente ao sistema técnico e econômico. Agora em troca, o sistema político está ante a ameaça de ser despossuído de sua constituição democrática. As instituições políticas se convertem em assunto de um desenvolvimento que nem planejaram nem pretendem orientar; e do que, entretanto, em certo modo têm que responder. Por outra parte, as decisões em economia e em ciência apresentam uma carga de real conteúdo político da qual os agentes não possuem nenhuma classe de legitimação. As decisões que tocam à sociedade não se produzem em nenhum lugar expresso; dão-se sem voz e de forma anônima. (Beck, 1992, p. 241)

Na medida em que a sociedade contemporânea nos obriga a combinar identidades múltiplas derivadas de distintos papéis desempenhados, isto supõe que a percepção e experiência atuais sejam complexas, difíceis de apreender em um contexto social e político onde antes as identidades eram mais precisas. A globalização combina os efeitos da chamada modernidade reflexiva, que anuncia um novo modelo de construção do eu, propenso a assumir papéis e identidades que antes se consideravam incompatíveis, com a conseguinte autoafirmação num mundo presidido pelo pluralismo e a diversidade, a individualização e o predomínio de estilos de vida aparentemente alheios ao político. Paralelamente, questões que eram vistas freqüentemente como assuntos de política internacional atualmente são reivindicados por agentes de base local, portanto, se convertem também em questões de política local.

CAPÍTULO 2

MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

2.1 Administração local

Para avanzar en la solución de los problemas locales, dice Lerner, es necesario primero...*una visión estratégica, porque no se hace cambio sin visión estratégica. En mi opinión la visión estratégica se da con un balance diario de necesidades y potencialidades. Si una ciudad se ocupa solamente de las necesidades vamos siempre a estar corriendo tras el problema, no habrá cambios. Pero si una ciudad se ocupa solamente de las potencialidades, un gran número de personas se va a ir del pueblo. Entonces cuando no hay recursos, y nunca hay recursos, en cualquier ciudad del mundo la solución es encontrar una ecuación de corresponsabilidad. ... no hay problema urbano que no se pueda resolver con una ecuación de corresponsabilidad...*
(Jaime Lerner, 1997, p. 17).

Numa primeira aproximação a esta relação é importante ter presente que as cidades educadoras colocam como perspectiva procurar estratégias para avançar no reconhecimento da diversidade dos territórios como a principal riqueza e potencial tanto para seu desenvolvimento integral como para sua competitividade no desenvolvimento: cultural, educacional, político, econômico e social. Isso implica potencializar as expressões históricas, culturais e de identidade própria das regiões, criar instrumentos diferenciados de fomento segundo os distintos estados de desenvolvimento em que se encontram as unidades territoriais, fortalecer os meios de comunicação local e regional, flexibilizar a legislação para acolher as especificidades locais, assegurar uma vinculação mais direta entre representantes e representados no poder político na administração local.

Retomamos o primeiro princípio da Carta das Cidades Educadoras:

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares. Para o planejamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objetivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometer-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam²⁷.

²⁷ Princípio 1 da Carta das Cidades Educadoras, Barcelona, 1990.

Isso quer dizer que a gestão local encerra elementos qualitativos referentes aos estilos e funções que assumem os governos locais, fato que responde aos desafios globais que o processo de desenvolvimento geral tem apresentado às administrações locais. Pode-se neste sentido afirmar que a administração local é a resposta operacional ao processo de descentralização e que seu objetivo principal é a contribuição à mudança das administrações municipais nos governos locais.

Estas ações se sustentam fundamentalmente nas novas atribuições e capacidades que progressivamente tem adquirido ditas administrações locais, com as mudanças institucionais e de recursos, de funções e em geral de contribuir mais efetivamente ao desenvolvimento local. O principal desafio das instituições de governo local é que sejam capazes de acompanhar as transformações das atribuições e recursos com processo de modernização, ajuste institucional, instrumental e em particular, modelos e sistemas de gestão.

Portanto, para a autoridade da administração local implica uma modificação de suas atribuições e funções tendentes a dotar-se de níveis maiores de autonomia, independência financeira e independência na tomada de decisões, permitindo-lhe assim um papel dinamizador, gerador e de promoção do desenvolvimento local, diferenciando-o radicalmente de concepções de administrações baseadas somente no controle da ocupação e das transformações do espaço urbano e do fornecimento de alguns serviços básicos.

A administração local pressupõe uma institucionalidade particular, na qual o governo local seja exercido por autoridades competentes e motivadas cujos esforços sejam encaminhados para a geração de processos de administração e gestão apropriados e que se ajustem às características e necessidades do desenvolvimento local.

Outro elemento fundamental da administração local é a modificação do enfoque e de análise das propostas, que devem apontar para um paradigma de ação que coloque ao município e à administração local como provedores de serviços e executores de obras de infra-estrutura e reforce as ações da participação cidadã. Isso permite que se abra um campo de propostas distintas que inclui o fortalecimento de mecanismos participativos na tomada de decisões.

A abertura dos governos locais também se caracteriza pela incorporação na participação do sistema administrativo, permitindo assim a saída às ruas, para o conhecimento da realidade identificando opções diferentes de enfrentamento dos problemas e permitindo assim a solução dos problemas básicos da população, ampliando a capacidade de geração de iniciativas locais que contribuem à identificação do governo local com sua comunidade. Isso faz com que a capacidade de crítica e autocrítica no marco da autoridade de representação

democrática seja posta em prática de esforços, de coordenação e convergência de recursos tradicionais e não convencionais em função de projetos e programas de desenvolvimento local.

Nesse sentido, a tomada de decisões muda ou deveria mudar positivamente entre o município e a comunidade, entre o município e o governo central, entre o setor público e privado, na escala local e global. Isto é a utopia, o desejo de todo cidadão, o sonho de que sendo assim a administração seria mais eficiente com melhores níveis de qualidade de vida, redução dos gastos públicos, de operação e manutenção dos serviços básicos, onde se permita uma nova relação entre o cidadão e o meio urbano, evitando e superando a desigualdade social.

Neste contexto, gestor/ator, isto é, o agente público e cidadão, junto às associações, ongs, associações de bairros, grupos juvenis etc., devem promover, executar e administrar as ações do desenvolvimento no território local. A importância desta noção, e ação da cidadania que geram alternativas de trabalho e emprego, e oportunidades para os atores sociais, permite a concreção de seus propósitos e, sobretudo, permite a educação e a valoração de cada conquista sentindo-se parte desse processo.

Isso pressupõe um desenvolvimento local e um planejamento estratégico, ao menos em seus planos teóricos, que implica incorporar à gestão pública uma maior reflexão sobre as fortalezas e debilidades da estrutura produtiva local. Isto requer que os municípios ampliem sua esfera de atuação agregando às suas funções tradicionais (obra pública, serviços básicos, regulação da vida comunitária), o desenho e implementação de estratégias de desenvolvimento local tendentes à geração de vantagens e assistência à competitividade empresarial local.

Isso não significa sair de um papel passivo no econômico para passar a outro interventor, produtor e empregador similar ao do Estado de Bem-Estar, a não ser que se incorpore uma perspectiva de Estado catalisador, potencializador ou articulador, tendendo para um papel mais ativo e indutor do município, mais como um "facilitador de oportunidades", do que um mero redistribuidor de recursos públicos. Isso permitirá um maior compromisso com os distintos setores para definir o perfil produtivo regional. O objetivo é amplificar a capacidade produtiva de uma cidade ou pequeno município através da coordenação e integração de esforços focalizados num território de atuação, fazendo que as políticas públicas não sejam só desenhadas e realizadas pelas administrações centrais, mas também, pelos governos e comunidades locais.

As tendências que provocam a globalização e as políticas de ajuste levam ao aumento de ameaças, mas também das oportunidades, a que as particularidades territoriais sejam de total importância para desenvolver uma capacidade estratégica local.

Em realidade, o caráter diferencial da estratégia de desenvolvimento econômico local é reconhecer que o território também conta, que no território se produz a coordenação/descoordenação das ações de todos os agentes econômicos e que, portanto, a visão estratégica do local é relevante para o desenvolvimento econômico (Barquero, 1993, p. 34).

Para tal capacidade estratégica, cada município deve dispor de um conjunto de recursos humanos, naturais e financeiros, um padrão histórico e cultural e infra-estrutura, de um saber fazer tecnológico que constituem seu potencial de desenvolvimento. As condições de competitividade não só implicam a redução de custos, mas também a existência de condições de sustentabilidade ambiental, de qualidade regulatória e de serviços do próprio lugar. Trata-se de identificar as competências de base com que se conta, de aumentar o valor agregado local e de gerar sinergias (como cooperação entre atores sociais, para o lucro de propósitos compartilhados). Em alguns casos, para a promoção de economias mistas, em outros, para estabelecer convênios intermunicipais para a criação de parques industriais ou zonas francas, ou para propiciar a participação dos produtores locais em feiras e exposições internacionais.

Neste contexto, as cidades revestem-se de uma importância especial, em primeiro lugar porque desenvolvem mais competência entre si. Já não se trata da busca de uma redistribuição regional equitativa dos recursos nacionais como no modelo anterior, mas sim de um posicionamento individual nos novos acordos. Uma das maiores conseqüências da globalização da tecnologia e da economia é o reaparecimento da cidade como protagonista da cena mundial. E isto não só é evidente para essas cidades globais que já desempenham precisamente um papel mundial, mas sim em todo mundo. As cidades vão definindo novas políticas metropolitanas que muito freqüentemente se adotam com plena autonomia em relação ao governo nacional.

Neste sentido, o planejamento estratégico pode converter-se num instrumento chave para associar a comunidade e comprometê-la com essas metas de desenvolvimento local, para identificar oportunidades e ameaças para um novo desenvolvimento sustentado e equitativo e ser geradores de uma nova institucionalidade. Este enfoque de planejamento participativo redefine o planejamento tecnocrático centralizado, escrito e estático, passando a concebê-lo como instrumento de uma nova forma de fazer política de caráter consensuado e interativo.

Um esquema onde planejamento e gestão devem se aproximar ao máximo, em que planejar, executar, retroalimentar e redesenhar devem ser uma operação quase única e, que requer também infundir de certo patriotismo a própria cidade, reconhecendo que as cidades são diferentes e que é importante conservar essa diferença.

Esta concepção de planejamento parte de uma concepção não meramente técnica e apropriada por peritos (tecnocrata), mas sim, ampla e interdisciplinar, que procura obter uma avaliação compartilhada governo/representantes sociais sobre os cenários futuros, a identificação de oportunidades apoiadas em suas fortalezas e a diminuição de suas debilidades e ameaças. Na realidade, o grande desafio do planejamento estratégico da administração local é que a comunidade assuma como próprio o projeto ou o esboço que surge deste acordo. Isto requer interdisciplinaridade, intervenção conjunta de aspectos urbanísticos, econômicos e culturais; de uma menor verticalidade e estilo partidarista de fazer política, de tirá-lo do curto prazo e colocá-lo no médio prazo, quer dizer, de transformar políticas de um partido ou governo em políticas de Estado, isto quer dizer que os governos de turno não mudem os programas de ação de acordo com seus interesses (e o pior) sem consultar aos cidadãos.

Por último, a inovação na gestão local não significa respirar um novo localismo, idealizar os níveis subnacionais como os únicos verdadeiramente políticos ou de convivencialidade, entre outras coisas porque a economia e a política local não são autárquicas, se trata de evitar uma polarização: tanto localista, como total identificação com a região e como último ponto de referência; quanto centralista, que considera a esfera macro como a única relevante, transcendente ou especificamente política.

Isso significa reconhecer os distintos níveis em que se joga a problemática do poder na reforma do Estado (nacionais, sub-nacionais e supra-nacionais). Porque assim como a globalização redefine o papel do Estado nacional anterior, leva à descentralização, e de uma vez, à construção de blocos regionais; isto se pode fazer de uma ou outra maneira: seja reforçando elementos de poder e de concentração sistêmicos e de mercado, ou potencializando elementos democráticos, de autonomia e participação. Trata-se de reorientar o Estado para outro papel que não seja o centralista produtivo, mas tampouco para o mínimo ausentista proposto pelo neoliberalismo e os organismos de crédito internacionais. Do mesmo modo, descentralizar para o sub-nacional, pode significar tanto o fortalecimento do local no institucional e em seus recursos econômicos, como seu papel de contenção e de descarga da crise para o mínimo (uma autonomia vazia). Situação, esta última, na qual o aproveitamento das novas oportunidades de desenvolvimento local serão só possíveis para algumas poucas cidades reproduzindo também aqui a dinâmica incluídos e excluídos.

E no concernente a re-centralização, à construção de blocos, estes podem constituir-se tanto como busca de uma escala mais adequada para as grandes empresas e sob a concepção do consumidor globalizado, ou como configurador de uma polis supra-nacional com identidade e autonomia e com uma concepção cidadã (Mercosul). Esta última pode potencializar uma integração regional desde as bases para o desenvolvimento local, e não só das grandes corporações. Esta opção de articulação de diversos níveis não é indiferente do sentido que tenha a descentralização e a possibilidade de gerar poder local, como assinala Coraggio:

Enquanto por um lado se dá a descentralização intra-nacional, por outro lado terá que avançar para um nível de regionalização supra-nacional, construindo uma vontade política capaz de representar as sociedades de diversos países como interlocutor coletivo na cena política mundial. Porque é nessa cena em que os condicionamentos podem ressignificar regressivamente as melhores propostas de descentralização (Coraggio, 1997, p. 55).

Nesse sentido, para este fortalecimento do local não somente é necessário melhorar a atribuição dos gastos, mas reordená-lo e torná-lo mais transparente em nível local, ou ser mais eficiente na política social, a não ser que se precise promover uma redistribuição distinta dos recursos econômicos, institucionais e de poder na relação município-província-nação. Requer-se explorar novas possibilidades tanto no eixo das contribuições municipais, nos níveis de co-participação Estado ou região, como nas medidas promocionais de nível nacional que apontem para uma nova solidariedade espacial, como planos descentralizados de apoio tecnológico e creditício para a nova institucionalidade emergente: agências locais de desenvolvimento, entes, consórcios, conselhos, etc.

Então, os novos cenários locais supõem não uma revolução, mas uma oportunidade e um desafio. Já que frente a uma transformação da sociedade com marcas solidárias e inclusivas, requer-se levar a cabo uma generalização do novo modelo de gestão para o conjunto dos municípios do Estado; procurar superar as limitações de poder e de recursos que as atuais políticas neoliberais geram, como também assumir que este desafio não é só para a classe política local para a renovação e mudança de suas práticas tradicionais, mas também para sua sociedade civil.

Para fortalecer estas reflexões sobre administração local, é importante acrescentar alguns requisitos da administração e gestão, que por sua natureza organizacional e pelo desempenho em múltiplas e variadas atividades com alto risco de ser díspares, requer a

construção de uma visão de futuro que inspire uma missão a desenvolver em torno de valores compartilhados, que pode ajudar a entender ou planejar melhor dita administração local:

A visão: é uma construção coletiva que demora um certo tempo em conformar-se; mas, nasce da interação de visões individuais ou de pequenos grupos. É a visão de futuro que todo cidadão gostaria de criar. Este aspecto é o que permite propor uma visão individual para transformar-se numa realização coletiva em cada uma das áreas territoriais correspondentes.

A Administração e Gestão Urbana local devem ser percebidas como um instrumento promotor do bem comum, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades e para a integração e coesão social; deve ser um instrumento para fortalecer a competitividade das áreas territoriais que articula e deve ser valorada pelos usuários como provedora de serviços em qualidade e quantidade administrados com eficácia e eficiência.

Missão: A missão é o propósito, a resposta da organização ao porquê de sua existência, tendo como objetivo principal fomentar, impulsionar e dinamizar a articulação dos setores públicos, privado, institucional e comunitário para colaborar com um desenvolvimento territorial e social equitativo, de qualidade, e eficiente. Para tanto deve utilizar procedimentos e métodos simples, ágeis e flexíveis, apoiados na dinâmica do interagir humano, coletivo, comunicativo e participativo, e desta forma facilitar a competitividade das unidades urbanas, a criatividade e inovação, a integração dos habitantes aos benefícios do desenvolvimento e a igualdade de oportunidades no acesso dos serviços, entre eles, podemos mencionar os seguintes:

- Deve existir uma integração da população aos benefícios do desenvolvimento, usando a cidade como uma alavanca para assegurar equidade e igualdade de oportunidades no acesso a níveis adequados de habitação no território para todos os cidadãos, quer dizer a concepção do modelo deve apontar de modo a alcançar esse objetivo ético-político.
- Colaboração entre os setores públicos, privados e comunitários para o cumprimento das metas em comum.
- Associatividade e colaboração entre setores público-municipal-comunidade; para a estruturação dos órgãos governamentais e o cumprimento das metas em comum.
- Melhoramento contínuo da capacidade técnica dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento urbano.
- Excelência e competitividade na administração e gestão, pública e privada, frente a usuários e investidores.
- Abertura à inovação em procedimentos e métodos.

- Avaliação e seguimento como práticas habituais.
- Prestação de contas públicas da gestão à cidadania.
- Fomentar a excelência e competitividade na administração e gestão pública através de um programa permanente de capacitação.
- Implementar um sistema de monitoria e avaliação da administração e gestão, de maneira que o incorpore aos usuários com o objetivo de assegurar a retro-alimentação para o melhoramento contínuo.
- Trabalho individual em prol do bem comum e vice-versa.

Esses princípios se podem alcançar mediante o comprometimento dos atores sociais por meio da coletividade, como diz Bourdieu:

A busca de formas invariáveis de percepção ou de construção da realidade social mascara diferentes coisas: primeiro, que esta construção não se opera em um vazio social, mas sim está submetida a coações estruturais; em segundo lugar, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, são elas mesmas socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; em terceiro lugar, que a construção da realidade social não é somente uma empresa individual, mas pode ser também uma empresa coletiva (Bourdieu, 1987, p. 134).

Essa mesma gênese social de Bourdieu tem a ver com a vida social da qual fala Aristóteles, com relação à convivência entre os homens. Essa interação, cuja origem é a mesma natureza, mas, que no agir político se manifesta como outra faceta dessa vida integral. Os homens colaboram uns com outros porque, *“Todos os que se preocupam com uma boa legislação indagam sobre a virtude e a maldade cívicas.”* (Aristóteles, 1995. III. p. 29).

Pelo fato de que a cidade seja boa, não é obra da sorte, mas sim de ciência e da resolução. Entretanto, uma cidade é boa quando os cidadãos que participam de seu governo são bons. E, para nós todos os cidadãos que participam do governo. (Aristóteles, 1995, VI, p. 10)

2.2 Estado e sociedade civil

Segundo o Conselho Econômico e Social Francês²⁸, por sociedade civil

se entende usualmente o conjunto de cidadãos em seus diversos âmbitos profissionais e sociais que constituem a sociedade e que expressam sua vontade de participação através de organizações, associações e estruturas muito diversificadas, que têm como finalidade contribuir ao prosseguimento de objetivos de caráter econômico, social,

²⁸ Conselho Econômico e Social Francês, *Acerca da representação institucional da Sociedade Civil*, Contribuição ao debate aprovada pela Mesa Diretiva na reunião de 14 de maio de 2002.

cultural, educativo, esportivo, humanitário e cívico, que não se depende diretamente da esfera política e estatal. (CESF, 2002, p. 6)

A sociedade é um sistema ou conjunto de relações que se estabelecem entre os indivíduos e grupos com a finalidade de construir certo tipo de coletividade, estruturada em campos definidos de atuação, em que se regulam os processos de pertença, adaptação, participação, comportamento, autoridade, burocracia, conflito, entre outros.

A sociedade civil contemporânea está construída por pluralidade de associações pluriclassistas livremente estabelecidas como instâncias não controladas nem pelo Estado nem pelo mercado, mas que incidem nas políticas públicas. Assim se expressam associações de defesa dos direitos humanos, proteção do meio ambiente, direito das mulheres, produção, assistência social, desenvolvimento, saúde, educação, cultura, recreação, esporte, associações profissionais, associações trabalhistas, etc. Nesse contexto, José Maria Esteve diz:

Os novos desafios da sociedade contemporânea exigem o acompanhamento da rápida dinâmica das modificações em nossas cidades que supõem a mudança de hábitos de comportamento e de atitudes cidadãs, às vezes, muito arraigados. (Esteve, 2003, p. 12)

Dentro de seu diagnóstico geral sobre a sociedade civil, o Conselho Econômico e Social Francês afirma que:

O reaparecimento do tema da sociedade civil no debate político se explica especialmente, embora não de maneira exclusiva, por uma resposta frente à evolução do papel do Estado e uma insatisfação diante do funcionamento das formas tradicionais da democracia. Neste sentido, às vezes se fala de “crise do político” ou inclusive de “desencanto democrático”, o que se expressa especialmente no avanço da abstenção (CESF, 2002, p. 7).

Ferreira Santos, sobre a crise do político e seu papel estrutural do capitalismo no contexto atual, considera que:

Com a derrota dos blocos soviéticos ditos socialistas, a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, os conservadores anunciam o “*fim das utopias*”, talvez o efeito mais perverso deste momento histórico em que uma ideologia bastante identificável arrasta todas as utopias com seu fracasso. O início do fenômeno mundial chamados de “*globalização*” com a radicalização do modelo tardio de capitalismo de acumulação ampliada de capital (não se acumula apenas capital financeiro, mas qualquer bem inventariável, entre eles, o próprio humano), cria maiores e mais evidentes *bolsões de miséria* ao largo do mundo. Nesse contexto é que podemos compreender que a “*crise política*” não é apenas uma *crise*, mas parte constitutiva do modelo capitalista vigente. Não se trata ainda de uma mudança de percurso ou de trajetória pelos seus sujeitos históricos, de maneira ativa e consciente. Mas, a chamada *crise* apenas

evidencia as contradições de nossa constituição como nação, neste contexto mundial. (Ferreira Santos, 2006, p. 32)

O relatório sobre democracia realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encontrou na América Latina, por um lado, a consolidação dos direitos políticos e o cumprimento dos requisitos fundamentais do regime democrático, e por outro, os altos níveis de pobreza, de exclusão e de desigualdade que provocam crescente frustração, mal-estar e perda de confiança nos sistemas políticos, pondo em risco a estabilidade da democracia.

Por isso, a necessidade de estabelecer diálogos entre Estado e sociedade civil.

Ao poder público cabem suas atribuições na proposição e implementação de políticas sociais que, no vasto horizonte das necessidades humanas básicas, são muitas. Porém, na relação de diálogo com a sociedade consolida-se a possibilidade da qualificação e do caráter de continuidade dessas políticas, raro nas políticas sociais brasileiras (Moll, 2002, p. 23).

É importante que a sociedade estabeleça critérios de representatividade e participação e exija da administração local atitudes qualitativas como:

- Prestação de contas;
- Estabilidade nas estruturas e cumprimentos dos contratos;
- Independência relativa;
- Funcionamento democrático;
- Capacidade de ação;
- Investimento em obras locais.

Tais processos implicam que cada cidadã/cidadão entenda-se como parte da cidade, comprometendo-se com seu destino e ocupando nela espaços reais e simbólicos num movimento pedagógico e cultural que permita a todos, na qualidade potencial de educadores, a construção de olhares acerca deste grande espelho-território com seus temas e problemas para reaprendendo-o, ousamos reinventá-lo (Moll, 2002, p. 23).

Para isto é importante que a participação da sociedade civil e suas organizações deva ser “objetiva, transparente e de domínio público” e sua definição deveria ser o resultado de um processo participativo de que formariam parte as próprias organizações.

O papel das organizações da sociedade civil na coesão social em relação à “governança”, as “Ongs” cobram cada vez mais importância já que desenvolvem grandemente suas tarefas e suas responsabilidades, assim como suas competências por sua essência mesma são a expressão da proximidade aos cidadãos e fomentam a democracia participativa. Coletivamente, sua preocupação principal deveria ser o bem comum de todos os componentes da sociedade.

O Comitê Econômico e Social Europeu reconhece que a participação da sociedade civil não pode se limitar aos mecanismos da simples participação eleitoral das democracias representativas, pois, nos casos cada vez mais frequentes de baixa participação eleitoral, a debilidade do princípio democrático de maioria numérica é evidente. Porque acontece esta situação? O comitê recomenda: *Um modelo participativo da sociedade civil apresenta a vantagem de reforçar a confiança no sistema democrático, por isso cria deste modo um clima mais positivo para as reformas e as inovações*²⁹.

Exige um conjunto de “re-conhecimentos” de tempos e espaços diferentes e complementares entre si e, ao mesmo tempo, **anunciadores de perspectivas** que sustentam os diversos sonhos de uma sociedade democrática. (Fischer, 2002, pp. 25-26)

No momento em que se confirma a dupla insatisfação frente à evolução do papel do Estado em tanto expressão exclusiva do interesse geral, e ao funcionamento das formas tradicionais da democracia, convém levar mais longe o inventário das iniciativas que podem ser adotadas com vistas a permitir às organizações da sociedade civil contribuir mais ativamente, e de maneira criativa, ao enriquecimento de uma democracia que seja ao mesmo tempo mais participativa e mais próxima ao cidadão. (CESF, 2002, p. 9)

A recomendação do PNUD para a América Latina também aponta no mesmo sentido:

Existe uma importante relação entre a cidadania e as organizações da sociedade civil. Elas são sujeitos relevantes na construção democrática, no controle da gestão governamental e no desenvolvimento do pluralismo. Resulta fundamental promover estratégias de fortalecimento da sociedade civil e de sua articulação com o Estado e os partidos políticos. (PNUD, 2004, p. 11).

Fortalecer o papel da sociedade civil implica a necessidade de repensar como sujeito social mais amplo, o qual precisa incorporar novos atores, ou atores emergentes, e suas novas formas de ação, assim como trabalhar agendas mais amplas. Neste sentido, a incorporação dos pontos de vista dos trabalhadores organizados e dos empresários e de outros modos de expressão da sociedade não podem ser ignorados num contexto onde se pretende formular orientações estratégicas de longo prazo para o desenvolvimento de um país.

Além disso, no contexto da globalização se requer superar visões restritas aos limites nacionais. Jusidman afirma que

O empobrecimento e a crescente deterioração das sociedades latino-americanas está pondo em risco a sustentabilidade das organizações da sociedade civil caracterizadas

²⁹ CESE, *O papel e a contribuição da sociedade civil organizada na construção europeia*, Ponto 5.1.

por sua autonomia, em tanto que a grande quantidade de planos pendentes para alcançar a governabilidade democrática urge seu fortalecimento e sua participação em redes mundiais de organizações que permitam fixar um rumo humano à globalização. (Jusidman, 2004, p. 32)

Isto implica superar as velhas formas de representação formal e corporativa, para abrir as portas à nova realidade social, ao pluralismo existente, mesmo que longe de constituir-se em uma desvantagem por sua in-governabilidade, pode transformar-se em um campo de consensos verdadeiros, que garantam a governabilidade e coesão social, deixando para trás velhas práticas de controle e manipulação. Também implica um esforço civil por conquistar espaços de consulta, negociação, iniciativa, serviço e ampliação da participação cidadã. Significa encontrar uma forma moderna de representação e participação para a qual nossa sociedade está madura. Um âmbito de diálogo aberto e franco entre a sociedade civil e os poderes da União.

2.3 Espaços públicos

“O mapa oficial foi feito por técnicos, compra-se por uns reais e só serve para localizar alguma rua desconhecida. A cidade do plano não nos convence porque não é verdadeira. Só é verdadeiro o que queremos ou odiamos”.
(Kusch, 1998, p. 15)

Espaço público é um lugar que se faz espaço a partir da aproximação que as pessoas fazem dele, desde o pensar, construir, habitar, e até ser parte dele quando a pessoa se identifica com aquele espaço porque faz parte de sua história. É a partir dessa perspectiva que se pode dizer que espaço público é a rua, a praça, o parque e outros espaços verdes, a esquina e a calçada, a parede e os sinais de direção.

Os usos do espaço público são intensos, e apesar de vivermos num tempo em que boa parte da comunicação, educação e as mensagens - culturais, políticas, comerciais, etc. - realiza-se através dos meios de comunicação, este espaço público prevalece como o lugar por excelência das relações sociais e os intercâmbios culturais, dos ritos e as celebrações. Os espaços públicos têm uma história e forjaram uma cultura cidadã através de seus processos de ocupação, organização e defesa. Neste processo se constituem permanentemente como lugares simbólicos que representam as lutas por sua existência e dignidade, e através de suas vozes, seus percursos, seus roteiros, suas imagens é que dão sentido à vida urbana, a cidade como espaço público e privado. (Carvajalino, 1997)

A mudança de escala que se está produzindo nas cidades, assim como a crescente transformação dos modos de vida, trouxeram consigo a perda do protagonismo dos espaços públicos em favor dos espaços coletivos, por isso é preciso que os mesmos sejam atendidos nos projetos urbanísticos, políticos nacionais e locais.

As cidades têm a obrigação de reconstruir suas estratégias de planificação, de modo que as mesmas incluam a interação coletiva, tanto das zonas centrais como das periféricas. Neste processo, a necessidade de que exista um espaço urbano coletivo como encontro de culturas e cenário de conflitos, mas, ao mesmo tempo, como símbolo de regeneração democrática, é essencial. O espaço coletivo urbano é um complexo fenômeno social que transcende o público e se mistura com o privado, que acolhe formas de interação institucionalizadas e relações livres entre os indivíduos. Em definitivo, o espaço coletivo urbano deve ser analisado como ponto central para o desenvolvimento das cidades.

As cidades têm a obrigação de gerar espaços públicos para que sejam os cidadãos quem se apodere deles e, a partir de seus usos e práticas, transformem-nos em coletivos.

No entanto, o espaço público das cidades se encontra em crise. Os elementos simbólicos dos espaços públicos que as cidades construíram no passado (igrejas, praças, monumentos, prédios coloniais), hoje já não servem para representar os fluxos que circulam por elas. Esta progressiva debilitação do espaço público obedece, por um lado, ao enfraquecimento do político (a polis) e, por outro, o fato de que o próprio projeto de convivência esteja atravessando uma profunda crise. A respeito, François Gradei (2005)³⁰ afirmou: “*O público já não pode reduzir-se aos lugares tradicionais, como os centros antigos das cidades ou as zonas centrais, porque dito espaço só representa 10% da cidade*”. E acrescentou que esta crise se deve principalmente ao modelo individualista e, por conseguinte, ao fato de que 90% da população já não viva no centro das cidades, o que se traduz em uma perda de relações cotidianas, além de refletir na arquitetura e na privatização do espaço público.

Ao falar da dissociação das cidades, também se fez referência à crise da temporalidade que traça uma contradição entre o caráter temporário e a dificuldade derivada da instantaneidade dominante para que algo se inscreva na história urbana. Esta crise está vinculada à ruptura da narrativa estrutural. A atualidade das cidades está marcada pelo fluxo instantâneo, e esta contradição temporária dificulta a projeção de uma narrativa a longo prazo.

³⁰ Congresso Internacional de *Cidades e Espaços Públicos*, organizado pela Prefeitura de Quito, Equador, junho de 2005.

François Ascher (2005)³¹, professor do Instituto Francês de Urbanismo da Universidade de Paris, referiu-se ao paradoxo contemporâneo de que a lentidão é um luxo difícil de encontrar. Assim, pelo que diz respeito a um longo planejamento, o urbanismo atual depende em grande medida de acontecimentos concretos; seria o caso, por exemplo, dos projetos urbanísticos desenhados com motivo dos Jogos Olímpicos, competições esportivas intercontinentais entre outros. A este tipo de urbanismo se pode chamar de “*a arquitetura do pretexto*”.³²

Por esta razão, as relações que se estabelecem entre os sujeitos e os objetos de uma cidade são fundamentais (topofilia); o problema é que atualmente essas relações não acontecem ou se degeneram para uma “topoclastia” - depredação do espaço público. Para compreender este fenômeno, é preciso que se entenda a mudança de escala que sofreram as sociedades. Hoje em dia, os indivíduos são plurais, pertencem a distintos lugares e se deslocam por espaços reais e virtuais distintos.

A dicotomia privado-público, individual-coletivo, interior-exterior ficou deslocada. Dever-se-á realizar uma arquitetura da mobilidade que desempenhe um papel essencial neste aspecto, já que os cidadãos se vêem envolvidos em um fluxo constante e múltiplo. A cidade deve constituir-se num mecanismo de articulação dos distintos meios, e a arquitetura deve atuar como interface. As cidades funcionam como uma metáfora do hipertexto, onde os indivíduos vivem em escalas e planos distintos, passando continuamente de um espaço a outro, seja comunicando-se a distância ou deslocando-se fisicamente. Portanto, esta mobilidade múltipla se dá em um hiper-espaço dimensional. Compreender esta nova forma de relação é crucial para a arquitetura urbana.

A arquitetura e o urbanismo devem ser respeitosos no que se refere à ocupação do espaço público, a sustentabilidade ambiental e as distintas culturas, sendo isso um fator diferencial de cada cidade. Nesta nova forma de espaço coletivo, a intermodalidade desempenha um papel fundamental. As cidades devem facilitar sua utilização através de distintos meios: transporte, segurança, espaços de lazer, entre outros.

Ante esta dissociação, as cidades necessitam uma mudança profunda. Precisam estabelecer modelos de integração de espaços no qual a densidade esteja presente e por sua vez atue como um indicador de desenvolvimento.

³¹ Conferencista do Congresso Internacional de *Cidades e Espaços Públicos*, organizado pela prefeitura de Quito, Equador, junho de 2005.

³² *Ibidem*.

O espaço público já não se pode pensar como fazia 50 anos atrás. Hoje, o espaço coletivo se transformou, diz o arquiteto e acadêmico Josep Antón Acebillo³³, quem remarcou a necessidade de uma mudança profunda nas cidades.

No marco da integração dos espaços no planejamento urbanístico se abordou³⁴ a necessidade da “*reciclagem do chão*” e a relevância de pensar na construção de espaços que no futuro possam ajustar seus usos às novas necessidades, além de dar capacidade a fluxos diferentes, já que estes mudam com grande rapidez.

O prefeito de Barcelona, Joan Clos, referiu-se em sua exposição³⁵ à importância da densidade urbana, e expôs dois modelos de cidades vigentes na atualidade: a cidade compactada e as urbanizações de baixa densidade. A esse respeito, destacou *a necessidade de administrar um espaço onde a densidade seja um constante intercâmbio de fluxos, e onde a periferia encontre uma combinação adequada com o centro*. Do mesmo modo, apresentou os projetos para a construção de dois novos bairros na Zona Franca e Nou Barris, em Barcelona (Espanha), que se destacam por ajustar-se a conceitos chave para o desenvolvimento mediante *um processo de densificação ordenada com otimização e reciclagem do chão*.

Dado que as cidades estão inseridas num contexto global, devem constituir-se como o espaço de articulação política do futuro. As cidades se converteram no cenário onde se acumulam tensões, desenvolvimento e novas formas de expressão social, por isso devem contar com instrumentos políticos que lhes permitam desfrutar de suficiente autonomia para planejar e executar as políticas urbanísticas.

As cidades não intervêm diretamente nas discussões globais que afetam ao planeta. Neste sentido, é urgente a necessidade de uma modificação política no marco da relação CIDADE-ESTADO, de forma que se outorgue às cidades um maior grau de descentralização, permitindo-as administrar as questões locais de um modo global e com os recursos próprios que lhes proporciona dito processo de globalização.

2.4 Cidadania e ação social

Analisa-se a ação coletiva a partir da ação social que não esgota a totalidade de intervenções sobre o espaço público. O valor que se lhe atribui, sobretudo, o de captar o papel construtor do espaço nas relações sociais. No marco posfordista de desenvolvimento, o

³³ Palavras tomadas da palestra feita no Congresso Internacional de *Cidades e Espaços Públicos*, organizado pela Prefeitura de Quito, Equador, junho de 2005.

³⁴ Tema tratado no mesmo Congresso junho de 2005.

³⁵ *Ibidem*.

território e, neste caso, o espaço urbano recupera protagonismo em contraste com a compressão e a suavização das barreiras espaciais (Harvey, 1989). Relacionada com isso, a atuação dos sujeitos individuais tende a integrar-se em campos de ação mais amplos.

Lefebvre (1974) já havia destacado o papel do lugar na construção da teoria social. Mais recentemente, Massey (1990) insistiu no fato de que na reestruturação que se iniciava em finais dos anos sessenta a casualidade das mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas observadas em relação à evolução econômica podia situar-se, em boa medida, nos níveis locais. Para Castells (1998) é precisamente o espaço aquilo que organiza a sociedade-rede característica da contemporaneidade, quer dizer a sociedade em busca de novos modelos de desenvolvimento em todos os campos sociais.

Procurando a concreção dos processos de caráter geral em cada momento e situação se identifica quatro dimensões nas quais a atuação da ação coletiva supõe uma contribuição valiosa para compreender as dinâmicas urbanas na transformação das cidades, e obviamente, essa seria a passagem para ser cidades-educadoras. Primeiro, e atendendo a que a globalização tem lugar através de complexos sociais e econômicos específicos, enraizados em lugares igualmente específicos (Sassen, 1998), destaca no nível das políticas urbanas um progressivo deslocamento das formas tradicionais de planejamento avançando-se para modalidades mais flexíveis como cooperativas, no caso de Porto Alegre e outras cidades: o Orçamento Participativo, as hortas comunitárias, organizações de bairro, entre outros.

Em segundo lugar, temos que falar do papel central do território no crescimento econômico amplamente teorizado na geografia e na economia regional. Na atualidade, os complexos espaciais de produção se organizam dentro de geografias urbanas em ativo crescimento (Smith, 2001). Para Veltz (1999) os raciocínios econômicos habituais esquecem uma dimensão central constituída pelo território como estrutura ativa: na dinâmica real do desenvolvimento os territórios não são simples campos de manobras, a não ser atores. Quer dizer, que a produtividade, e com ela a competitividade, é cada vez mais relacional e depende acima de tudo da cooperação e, portanto, da ação coletiva.

A dimensão financeira é uma das dimensões principais da globalização, com fortes repercussões locais na população urbana. Capital financista e atividade construtiva aparecem estreitamente vinculados, tirando da produção econômica e gerando fortes processos de remodelação urbana. A ação coletiva aplicada à mudança territorial acrescentará ao até aqui enunciado uma visão do território como um dos processos de acumulação. O valor final das operações imobiliárias vai depender das expectativas que tenhamos sobre o que farão o resto

de agentes, da capacidade de interpretar os sinais do mercado e, obviamente, das atuações efetivas dentro de uma unidade territorial significativa.

Aqui joga um papel importante a administração local e as organizações sociais no processo de ação coletiva litigiosa. O vínculo entre espaço e movimentos sociais para M. Santos (1996) tem que ser lido do conteúdo geográfico da cotidianidade. Outra vez, a análise da ação coletiva permite identificar objetivos, identidades e interações nos processos de produção de espaço.

A ação coletiva nos interessa na medida em que permite objetivar fenômenos sociais decisivos para o estudo da mudança urbana em um marco de complexidade. Em certo sentido, permite uma modelização e uma simplificação da complexidade inerente ao feito urbano. Diante da dificuldade de individualizar os sujeitos pela via dos interesses, o enfoque da ação coletiva torna possível a reconstrução das dinâmicas de intervenção socioterritorial de forma indutiva.

Por ela mesma, a ação coletiva constitui um campo de crescente interesse já que as rupturas às quais assistimos nos últimos tempos tem sido territorializadas. Esta ação coletiva, diz-se, está na base do desenvolvimento dos sistemas urbanos.

Por outra parte, a aproximação aos agentes urbanos através da ação coletiva pode contribuir a uma análise em várias dimensões e, portanto, a dar uma interpretação adicional a um dos processos fundamentais da metrópole contemporânea.

Para tanto, temos vários autores que se referem à idéia da construção de uma nova cidadania a partir das práticas emergentes na sociedade civil e das experiências de participação popular desenvolvidas por gestões públicas democráticas.

Autores como Santos (1994), Benevides (1991) e outros vêm desenvolvendo vários estudos no sentido da construção de uma nova concepção de cidadania que extrapole os limites da visão liberal. Procuram enfatizar a necessidade de uma cidadania plena que se constrói a partir de um processo permanente de criação e de recriação de novos direitos. Destacam ainda o importante papel que vêm cumprindo os movimentos sociais na construção desta nova cidadania e a necessidade da incorporação dos elementos da subjetividade como indispensáveis à transformação dos valores necessários a essa nova prática de cidadania.

Na concepção de “Cidadania Ativa”, Benevides propõe que se distinga da passiva - aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela - e institui o cidadão não só como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política e, assim refere a autora sobre a importância

da participação popular: *Essa cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes.* (1991, p.20)

Este conceito de “Cidadania Ativa” parece bastante apropriado aos objetivos deste trabalho, pois incorpora as dimensões acima enunciadas de uma nova cidadania e enfatiza a imprescindibilidade da participação popular na sua construção, assim como a necessidade de uma profunda alteração das relações entre o Estado e a sociedade na construção de novos modelos de administrações locais e, sobretudo a atuação da cidadania na incidência das intervenções públicas municipais.

Dowbor assim se refere à importância desta prática de cidadania na construção de uma nova modernidade:

A modernidade não se conquista com passes de mágica. Implica uma visão política, de que participar na construção do seu espaço de vida, mais do que receber presentes das “autoridades”, constitui uma condição essencial da cidadania. Implica uma visão institucional, menos centrada nas “pirâmides” de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes, os espaços para elaboração de consensos e os processos horizontais de interação. Implica finalmente numa visão centrada no homem, na qualidade de vida, na felicidade do cotidiano, e um pouco menos nas taxas imediatas de retorno. (Dowbor, 1998, pp. 367-368)

As características do modelo tradicional de relação do Estado com a Sociedade na alocação de recursos públicos, descritas no item anterior deste trabalho, criaram enormes obstáculos à constituição de uma *Cidadania Ativa*.

Martins (1994) descreve sob o instigante título “O Poder do Atraso” a persistência do clientelismo e do patrimonialismo como instrumentos de poder que colocam até nossos dias enormes obstáculos à constituição de uma *Cidadania Ativa* em nosso país. Para o autor a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil quanto da cidadania de seus membros. Para o autor, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil.

Martins, ao analisar a constituição histórica do clientelismo na sociedade brasileira, afirma que a política do favor que caracteriza a base e fundamento do Estado brasileiro não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado. Os escândalos revelados na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento (1993) mostraram que a destinação de verbas feita pelos membros da Câmara dos Deputados atende, quase sempre, às

conveniências do próprio político, de sua família ou de membros do seu clã político. Conclui o autor que, apesar da enorme força ainda do clientelismo e do patrimonialismo, vai se formando lentamente, em setores da sociedade brasileira, uma consciência cívica de que o funcionário público serve a sociedade e não ao poderoso; o Estado é um instrumento da sociedade e não a sociedade um instrumento do Estado.

Ferreira Santos (2006) confirma essa constituição histórica da sociedade brasileira da seguinte maneira:

Se nos ativermos, mais regionalmente, ao caso brasileiro, podemos constatar que o impasse das *esquerdas* – ou melhor especificando, impasse dos *partidos políticos* de esquerda que incorporam o ideário e discurso populista – tão criticado durante o regime militar -, bem como são cooptados pelos velhos “*esquemas*” vigentes tanto no Senado como na Câmara Federal (e, por desdobramento, também nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais) em que o tráfico de influência, comércio de cargos pela moeda de troca de aprovações em matéria polêmica ou destinação de orçamento, currais eleitorais e pagamento de propinas, subvenção de campanhas eleitorais sem declaração oficial, etc.; são resultado de uma marca mais profunda na sociedade brasileira. Esta estrutura de fundo que venho denominando de *arquétipo da Casa-grande* age ainda na sociedade brasileira pelas marcas profundas que deixaram o sistema patriarcal, escravocrata e latifundiário. Este complexo imaginário de base social se atualiza sem maiores constrangimentos no cotidiano vivido por todas as classes sociais; desde o mito do “*doutor positivista*” – o advogado formado na Europa que retorna como elite mópe para decidir os desafios da nação sob a influência estrangeira num provincialismo exuberante; até a célebre pergunta intimidatória que até hoje circula entre nós: “*você sabe com quem está falando*” (p. 32).

Fedozzi (1997) aponta o patrimonialismo e o clientelismo que caracterizam a forma tradicional de relação do Estado com a sociedade brasileira como mecanismos que impõem restrições à instituição da cidadania.

Tomando como referência o modelo de Estado analisado por Weber, caracterizado pela constituição de uma ordem *racional legal*, assim se refere Fedozzi aos limites impostos à criação daquela ordem e da cidadania correspondente:

O antagonismo entre as relações clientelistas e as relações institucionais de cidadania equivale à contraposição que se estabelece entre o particularismo da justiça de gabinete associado à barganha como estratégia de acesso ao poder público e aos fundos públicos e a existência de regras universais, objetivas e impessoais - na extensão dos assuntos públicos e no exercício dos direitos individuais ou coletivos. Historicamente, a cidadania significou a troca da ordem legítima desigual, para uma legitimidade baseada em direitos formalmente igualitários, sendo, por isso, uma forma histórica que corresponde à interação Estado - Sociedade típica da ordem racional legal. (Fedozzi, 1997, p.50)

No capítulo das Conclusões assim se refere Fedozzi à contribuição do Orçamento Participativo em Porto Alegre para a instituição da cidadania:

Pode-se concluir, portanto, que o modelo operacional do Orçamento Participativo, como forma de gestão sócio-estatal, vem, até o presente momento e em seus aspectos essenciais, promovendo condições institucionais favoráveis à emergência da formação da cidadania. Nesse sentido, a sua dinâmica institucional distancia-se do modelo patrimonialista. (p.198)

A prática do Orçamento Participativo aponta na direção da constituição de práticas de gestão pública com as características de poder impessoal, objetivo e racional como oposição às práticas do clientelismo e, portanto, como condição necessária à instituição da cidadania.

Do ponto de vista político da relação do Estado com a sociedade, no Orçamento Participativo busca-se que o cidadão deixe de ser um simples coadjuvante da política tradicional e passe a ser um protagonista ativo da gestão pública. A idéia de “tomar conta da sua cidade” pelo exercício da participação na discussão do orçamento procura imprimir um sentido muito concreto à constituição de uma cidadania ativa. O Orçamento Participativo, ao propiciar uma relação ativa e direta entre o governo local e a sociedade civil em relação às prioridades do gasto social, objetiva uma forma de materializar condições para a construção da cidadania.

Genro procura sintetizar a contribuição do Orçamento Participativo no revigoreamento da idéia de cidadania e na mudança da atual forma de relação do Estado com a Sociedade Civil:

De uma maneira muito modesta, o orçamento participativo tenta recuperar a densidade da cidadania revolucionária na sua origem. A cidadania que se ancora na possibilidade de que o cidadão exerça seus direitos para mudar a sua qualidade de vida. Assim criar uma esfera pública não estatal, de controle, de fiscalização e de indução do Estado, é um elemento imprescindível para enfrentar a impermeabilidade do Estado atual. (Genro, 1994, p. 22)

Genro e Souza, ao analisarem a função educativa exercida pelo Orçamento Participativo, assim se referem à questão da cidadania:

Ao democratizar as decisões e, ao mesmo tempo, democratizar as informações sobre as questões públicas, o orçamento participativo é capaz de gerar uma nova consciência cidadã. Por meio desta, as pessoas compreendem as funções do Estado e seus limites e, também passam a decidir com efetivo conhecimento de causa. Cria-se, desta forma, um espaço aberto por meio do qual surgem condições para a formação de um novo tipo de cidadão: um cidadão ativo, participante, crítico, que se diferencia

do cidadão tradicional o qual só se afirma mediante demandas isoladas ou pequenas, exerce sua cidadania por meio de revoltas isoladas e impotentes. (1997a, p.16)

Indissociado deste processo de constituição de uma “Cidadania Ativa”, as práticas de participação popular têm procurado contribuir para o processo de radicalização da democracia, como veremos no item seguinte deste trabalho.

CAPÍTULO 3

PORTO ALEGRE UMA CIDADE EDUCADORA

3.1 Porto Alegre



Fotos de Porto Alegre³⁶

Porto Alegre é uma cidade portuária do sul do Brasil, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Está situada no litoral da Lagoa dos Patos, uma enseada do oceano Atlântico, na confluência de cinco rios. É o principal centro comercial do sul do Brasil.

Imigrantes portugueses procedentes das ilhas dos Açores fundaram Porto Alegre por volta de 1742. As ruas de Porto Alegre chamam a atenção pela vegetação, pelas colinas. Também é admirável o grau de conservação dos edifícios históricos que são os guardiões da memória e da cultura porto-alegrense.

Porto Alegre ocupa uma posição geográfica privilegiada. Por ser ponto estratégico comercialmente é a capital do Mercosul, centro geográfico das principais rotas do cone sul,

³⁶ <<http://www.abed.org.br/congresso2003/esp/portoalegre/portoalegre.htm>>

equidistante de Buenos Aires e Montevideu, de São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade é um importante centro de negócios e a porta de entrada aos principais atrativos turísticos da zona.

A cidade possui aproximadamente 1.360.590 habitantes, dos quais 724.770 são mulheres e 635.820 são homens, e a expectativa de vida é de 71,4 anos (censo de 2000). Possui um PIB (Produto Interno Bruto) superior a US\$ 9 trilhões. A maior altitude é de 311 metros. Com um clima subtropical úmido e temperaturas médias que variam de 25 a 35 graus centígrados no verão e de 2 a 15 graus centígrados no inverno.

O Estado do Rio Grande do Sul está integrado por quatro macro-regiões: uma região com maior orientação para a pecuária extensiva e produção de arroz em grande escala (denominada “metade sul”); a segunda região se orienta para a produção de milho, soja, leite, frutas e outros produtos coloniais, industriais e de serviços (a região também é conhecida como “Noroeste Colonial”); a terceira região está orientada para a produção de bens e serviços, onde se localizam indústrias tecnicamente avançadas como as que exportam seus produtos para dezenas de países (conhecida também como “região da Serra Gaúcha”); finalmente, a região Metropolitana de Porto Alegre se orienta para a produção de calçados (ao redor da Cidade de Novo Hamburgo), petroquímica e de serviços.

As pessoas naturais ou residentes neste Estado são chamadas “gaúchos”, descendentes de uma mescla de povos. Os nativos se juntaram com outras etnias de colonizadores como: portugueses, espanhóis, africanos, alemães, italianos, poloneses, russos, ucranianos, judeus, entre outros; dessa mistura se formou uma cultura rica e distinta, difundida por todo o Brasil em partidas sucessivas de migrantes. Entre as manifestações mais características da “cultura gaúcha” está a prática de “tomar chimarrão”, construções de CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e churrascarias (lugar onde se come carnes assadas), uso de expressões e roupas típicas, folclore variado e prática de danças como a chamada “cana verde”, “chimarrita” e do “pezinho”.

Porto Alegre possui várias nomeações que a destacam no Brasil:

- Capital com melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, pela ONU;
- Capital do Mercosul;
- Melhor local para investir, conforme a “Trevisan Consultores”;
- Cidade mais arborizada do Brasil, com mais de 70 praças, 2 reservas biológicas e 7 reservas em parques urbanos;
- Detentora da maior zona rural entre as capitais brasileiras.

A história da cidade começa no século XVIII, quando foram construídas nas margens do atual estuário Guaíba um pequeno ancoradouro para favorecer a comunicação com o povoado do Viamão, afastado a 15 km e que então constituía a principal vila da capitania (ou província). Desta função nasceu o nome de “Porto do Viamão”. Com a chegada de perto de 60 casais de Açorianos (portugueses da Ilha dos Açores), passou a chamar-se de “Porto dos Casais”.

Em 1773, o povoado foi escolhido para ser sede do governo da capitania, que até então estava instalado no Viamão, trocando nessa ocasião o nome para Porto Alegre. Em 1809, um juiz elevou o povoado à condição de vila e, em 7 de outubro de 1809, passou a ser sede do município de “Porto Alegre”.

Em meados do ano 1820, o biólogo francês August Saint Hilaire passou pela cidade, registrando magistralmente características verificadas na época, das quais muitas perduram e marcam a cidade até hoje. A praça da matriz de onde se divisavam magníficas vistas ao oeste, leste e sul, até hoje constitui o centro de referência da cidade e do Estado; nesta praça se localizam as sedes dos poderes, legislativo, executivo e judiciário, como também, a Catedral ou matriz católica, que é a religião professada pela maioria de sua população. Seu povo continua amável e hospitaleiro, protagonista da situação social local e do país; que historicamente se divide em correntes a favor ou contra, como farroupilhas ou imperialistas, “maragatos” ou “chimangos”, gremistas ou colorados, petistas ou anti-petistas. De 1989 a 2004, a capital foi governada pelo “Partido dos Trabalhadores”.

Porto Alegre sempre teve participação ativa na vida política, econômica, esportiva e cultural do Brasil. É a capital mais culta do País, na qual mais de 20% de seus chefes de família tem curso superior. Possui duas grandes universidades: a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), também na região metropolitana estão a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Entre as principais empresas com sede na cidade estão: Varig, Gerdau, Ipiranga e RBS. A partir de meados de 2006, uma filial da General Motors iniciou sua produção de automóveis em Gravataí, município da região metropolitana. Outras empresas operam em municípios vizinhos, mantendo em Porto Alegre suas sedes administrativas. O pólo petroquímico do Triunfo, instalado na região metropolitana, destaca-se na petroquímica, principalmente pela qualificada mão de obra disponível na região.

A cidade também se destaca pela qualidade de seus serviços médicos prestados, entre outros, pela Santa Casa e Hospital das Clínicas, pelo comércio variado de rua, dos bairros e Shoppings por sua limpeza e organização, pelos eventos culturais, por sua variada gastronomia, preservação de seu meio ambiente e como patrimônio histórico destaca-se a Igreja das Dores. Seu pôr do sol é descrito como um dos mais bonitos do mundo.

Ultimamente tem sido escolhida para a realização de eventos científicos e culturais, sendo que várias empresas optaram por instalar sedes ou filiais administrativas na cidade para facilitar as operações comerciais e industriais na região do Mercosul. Mais de 20 hotéis estão sendo construídos para acolher o crescente fluxo de turistas, de profissionais liberais e de empresários.

Em 1998 afiliou-se à Associação Internacional de Cidades-Educadoras (AICE) sendo a responsável pela rede brasileira de cidades-educadoras, é cidade referencial na administração local com propostas inovadoras como a participação cidadã e pioneira no Orçamento Participativo no Brasil.

Agora, cabe-nos perguntar: Por que essa descrição tão bonita e positiva de Porto Alegre? Pois bem, por todos esses avanços no desenvolvimento econômico, cultural, turístico e político, fazem que Porto Alegre seja reconhecida nacional e internacionalmente como uma cidade referencial e, então, outra pergunta vem à tona: A que se deve tudo isso? Pois essa foi uma das grandes perguntas que me fiz quando cheguei no ano de 2003 para participar do Fórum Mundial Social e entrevistando a população, entre elas a Senhora Sulema, obtive a seguinte resposta:

Ai meu filho, Porto Alegre é muito linda porque tem o Guaíba, a Redenção e as árvores que dão sombra, né? As pessoas são boas, tem muita mistura, eu, por exemplo, sou descendente de italiano e minha mãe era da Polônia e veja, assim tudo misturado, mas, nos damos bem, não brigamos, só trabalhamos e gostamos tanto daqui que não pensamos em outra coisa que trabalhar, e ensinar para nossos filhos e netos que o lugar que nos acolhe é o mais importante e se tem que cuidar e valorar, é aqui meu lugar, aqui nasci e aqui tenho que morrer, amo esta cidade como amo a meus filhos e netos...³⁷

Essa entrevista me marcou porque a Senhora Sulema falou com tanta devoção e sentimento de identidade e pertença (topofilia) que eu nunca tinha experimentado. Aí pensei! È isso que faz a diferença, o sentimento de identidade, querer uma cidade como se quer a seus próprios filhos, tudo o que se faz com vontade, carinho próprio, é bem aceito pelo outro,

³⁷ Entrevista a Senhora Sulema, vendedora de artesanato na feira do Gigantinho no Fórum Mundial Social (2003).

pensar no desenvolvimento, na educação, política, cultura, administração, pensando no desenvolvimento comum é fazer a diferença. No entanto, também me chamou a atenção, a periferia, os bairros, os espaços urbanos que não estão no cartão postal, entre eles está o bairro Restinga que por casualidade fomos conhecer numa visita monitorada pela Prefeitura, deste bairro que trataremos mais à frente.

3.2 Porto Alegre, um espaço social como identidade



Foto: Estado do Rio Grande do Sul o ponto vermelho é Porto Alegre³⁸.

A cidade de Porto Alegre não é uma simples metrópole, é um espaço social, é um lugar que se reproduz ao gerar e potencializar forças dinamicamente possíveis nesse espaço e para esse espaço.

Para Bourdieu (1999) o espaço social, é um sistema de posições sociais que se definem, umas em relação às outras, e que, portanto, põem em evidência a desigualdade ou as relações de poder. O valor de uma posição se mede pela distância social que separa das outras posições inferiores ou superiores, o que equivale dizer que o espaço social é, em definitivo, um sistema de diferenças sociais hierarquizadas em função de um sistema de legitimidades socialmente estabelecidas e reconhecidas num momento determinado.

Nas modernas cidades como Porto Alegre, caracterizadas pela complexidade e diferenciação, o espaço social se torna multidimensional e se apresenta como um conjunto de campos relativamente autônomos, embora articulados entre si: o campo político, econômico, religioso, cultural, intelectual, entre outros. Portanto, o campo é uma esfera da vida social que progressivamente vai convertendo-se em autônomo, através da história, e em torno a certo tipo de relações sociais, de interesses e recursos próprios diferentes aos outros campos. No

³⁸ <http://www.abed.org.br/congresso2003/esp/portoalegre/portoalegre.htm>

intento de uma integração teórica entre as contribuições de Bourdieu (1992) e Luhmann (1993), podemos dizer que o sistema social está constituído por campos inter-relacionados.

Bourdieu (1992) fala da metáfora do jogo para dar uma imagem intuitiva do que entende por campo.

Um espaço de jogo, relativamente autônomo, com objetivos próprios a serem alcançados, com jogadores competindo entre si, e empenhados em diferentes estratégias segundo sua dotação de cartas e sua capacidade de aposta (capital), mas, ao mesmo tempo, interessados em jogar porque acreditam no jogo e reconhecem que vale a pena jogar (Bourdieu, 1992, p. 73).

Neste ponto, podemos ver a cidade como um conjunto de campos, ou ela mesmo sendo campo, sobretudo considerando o campo como espaço de jogo (Bourdieu, 1992), e como afirma Manuel Delgado (1999, p. 25) poderíamos dizer que as relações urbanas são, estruturas estruturantes, já que provêm de um princípio de organização, mas, não aparecem estruturadas, quer dizer concluídas, mas sim, no processo de construção feita pelos membros daquele campo urbano.

É na cidade, como espaço social onde a pessoa desenvolve seu papel de sujeito social, no entanto, é necessário observar mais detalhadamente algumas das formas ordenadoras da cidade, isto é, suas dimensões público/privado, centro/periferia.

Aprofundando os conceitos de público/privado e de centro/periferia, se pode afirmar que, as cidades têm dimensões geográficas, simbólicas topofílicas, isto quer dizer que, o conceito de espaços públicos articula ambas as dimensões, uma vez que a cidade inclui uma grande variedade de espaços públicos que caracterizam e constituem sua imagem (ruas, prédios, praças, esculturas, mobiliário urbano, pontes, etc.). Todos estes espaços tem significado para as pessoas que habitam a cidade, isso nos aproxima do conceito de simbolismo social, segundo Lynch (1960), um elemento ou um espaço urbano entra no mundo percebido pelas pessoas ou pelas coletividades, quando se reúnem vários elementos: a identidade que distingue dos outros elementos; a estrutura que marca uma relação entre o observador e o observado; e o significado entendido como uma relação emotiva e emocional para o sujeito. Também assim entendido como o conceito de *espaço crepuscular* de Ferreira Santos:

É um espaço-tempo do entremeio, da trajetividade, do pervagar entre os pólos distantes de uma jornada interpretativa, a caminhar. Tempo de percurso e espaço que se abre sob o caminhar do peregrino [...] não se trata apenas do heroísmo do furor combativo e da vigília eterna, tampouco apenas da poeticidade criativa *ex nihilo* (se é

que ela é possível), mas também da complementaridade entre aquele que avança afrontando o mundo com sua presença de poesia. (Ferreira Santos, 2006, p. 147)

Diversas aproximações da vida na cidade enfatizam na atualidade o detrimento da vida pública e adesão ao privado, ao espaço doméstico; um e outro não podem compreender-se já que a cidade nasce como espaço público que dá sentido e dá pautas ao privado. Como também a identidade pessoal ou individual tem no espaço seus referentes mais importantes, de modo que pode ser apropriado falar da identidade de lugar, de pertença, *topofilia*³⁹.

As virtudes principais do espaço público são a representação e a socialização, sendo este último possível graças à interação comunicativa, entre sujeitos sociais e entre sujeitos e objetos. Desse modo, o espaço público coincide com o *espaço cotidiano dos jogos, das relações causais com os outros, do percurso diário entre as diferentes atividades e do encontro* (Borja; Muxi, 2001, p. 95).

Nesse sentido, como espaço de representação pode parecer que a cidade tende a constituir-se num cenário organizado em torno do anonimato e da ignorância mútua, das relações efêmeras, aparentes ou simuladas. O fato de combinar as duas dimensões, a do anônimo e do social, em termos de relações de sociabilidade, converte o espaço público em cenário privilegiado para o estudo da construção das identidades, dos que habitam a cidade, cidadãos que arrastam consigo as experiências privadas, familiares, e as coloca em cena de forma visível no cenário citadino público.

A abordagem conceitual teórica de espaço público requer mais que a compreensão territorial como dimensão primordial da sua existência. Desta forma, o espaço público como construtor de identidades, só pode existir se os que habitam na cidade adotem um significado de propriedade, ou se eles conseguem apropriar-se dele.

A identificação das pessoas com uma área que interpretam como própria, e se entende que deve ser defendida de instruções, violações ou contaminações. Nos espaços públicos, a territorialização se dá sobre tudo pelos pactos que as pessoas estabelecem a propósito de qual é seu território e quais são os limites desse território. (Delgado, 1999, p. 30)

³⁹ A palavra topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de ganhar a vida. A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo. (Tuan, 1980, p. 107)

Neste sentido, as pessoas ou grupos podem definir-se a si mesmos com base na identificação com um entorno urbano real, seja qual seja o nível de abstração (bairro, área, comuna, zona ou cidade).

Falar de identidade social urbana em relação ao espaço público, supõe considerar várias dimensões, tanto espaciais, como sociais e ideológicas. Todas estas dimensões se articulam em torno ao denominado espaço simbólico urbano, este entendido como grupo social que se identifica com um espaço e seu entorno.

Vincular o espaço urbano com a apropriação simbólica permite uma aproximação entre os conceitos de espaço e identidade: o espaço público e o espaço privado familiar, ambos se relacionam com seu entorno e as pessoas se identificam com aquele espaço.

O centro e a periferia também são considerados dimensões espaciais de uma cidade. O centro da cidade constitui o motor da sua existência e mudança, é a cidade do desejo, que produz imagens e suporta a realidade com seu comércio e vida cultural e social intensa. É a cidade representada mediaticamente imaginada, a essência que se mostra é a representação que fazemos de qualquer cidade. Portanto, o centro da cidade representa a cidade inteira. No entanto, se o centro gera a imagem da cidade, a periferia está destinada a submergir-se no mundo do invisível, do não mostrado, até do escondido. Essa parte residual, escondida da cidade

não tem força para produzir uma imagem diferente de si mesma. É a cidade das periferias e dos marginados, os resíduos da cokerown sem tempo. É a não cidade, ou melhor, a cidade dos não lugares. (Amendola, 2000, p. 32)

O não-lugar é entendido como o que possibilita a desmobilização do espaço. Segundo Amendola, nesse lugar não se pode ler a identidade. Num sentido similar, Amparo Moreno (1991) faz uma leitura sobre a divisão do espaço social da cidade entre centro e periferia; para ela, o centro *é o espaço onde se localizam aqueles que se ocupam de regulamentar a vida do coletivo*. (Moreno, 1991, p. 100) Segundo sua opinião, a periferia estaria formada pelos espaços sociais restantes, ocupados por pessoas menos importantes, que apenas têm acesso ao centro para prestar serviços nesse lugar considerado superior.

Apesar de no discurso da periferia predominar as opiniões classistas ressaltando estes lugares como os sem identidade, os que não têm espírito de cidade, consideramos estas idéias como simplificadoras, relativas, porque, depende muito da realidade de cada cidade, com a desmobilização urbana, muitos bairros são construídos por pessoas que tem alto poder aquisitivo, com todos os serviços públicos e privados ao seu serviço, pessoas que fogem do

centro procurando lugares mais espaçosos, com áreas verdes, menos barulho, entre outras comodidades.

Como tem também bairros tradicionalmente considerados periféricos como é o caso do bairro Restinga, (falaremos mais na frente) mas que, a pesar desse estigma não tem deixado seu espírito de cidade nem tem perdido sua identidade como bairro.

3.3 Restinga

Barrio sin luz

¿Se va la poesía de las cosas
o no la puede condensar mi vida?
Ayer -mirando el último crepúsculo-
yo era un manchón de musgo entre unas ruinas.

Las ciudades - hollines y venganzas -,
la cochinateda gris de los suburbios,
la oficina que encorva las espaldas,
el jefe de ojos turbios.

Sangre de un arrebol sobre los cerros,
sangre sobre las calles y las plazas,
dolor de corazones rotos,
podre de hastíos y de lágrimas.

Un río abraza el arrabal
como una mano helada que tienta en las

tinieblas:

sobre sus aguas se avergüenzan
de verse las estrellas.

Y las casas que esconden los deseos
detrás de las ventanas luminosas,
mientras afuera el viento
lleva un poco de barro a cada rosa.

Lejos... la bruma de las olvidanzas
- humos espesos, tajamares rotos -,
y el campo, ¡el campo verde!, en que jadean
los bueyes y los hombres sudorosos.

Y aquí estoy yo, brotado entre las ruinas,
mordiendo solo todas las tristezas,
como si el llanto fuera una semilla
y yo el único surco de la tierra.
(Pablo Neruda)



Foto do Bairro Restinga⁴⁰

⁴⁰ < http://geo.procempa.com.br/cgi-bin/mapserv?map=/programas/apache/htdocs/geo/mapa.map&mode=browse&imgext=183004.671875%201659620.625000%20188804.500000%201666869.750000&layers=bairros%20limiteBairros%20nomeBairros%20pesqBairros&item=COD_BAIRRO&value=1

Restinga é um dos maiores bairros de Porto Alegre, distante do centro e, também, é um dos maiores pólos de pobreza, considerado o bairro mais violento. Esta última característica tem diferentes interpretações, dependendo da classe social: os de maior poder aquisitivo (donos de lojas, pequenos mercados, funcionários públicos, entre outros) afirmam que é violento e perigoso caminhar pelas ruas; para os moradores de menor poder aquisitivo, a interpretação é diferente. Perguntando à Senhora Ivani Sousa, dona de uma loja de roupa, sobre a segurança do bairro, ela diz:

Já vivemos tempos melhores, quando há mais de 40 anos que chegamos aqui, todos nos conhecíamos e confiávamos nas pessoas. Desde que abri esta loja de roupa, já fui assaltada mais de cinco vezes, isso que estou na avenida principal. Imagina minha irmã que está numa terceira rua, já nem sei quantas vezes foi assaltada. É muita insegurança, a gente não pode sair mais na rua, porque fico pensando que vou ser assaltada a toda hora, a única segurança que sinto é quando vou na igreja. Gostaria de morar em outro lugar, mas não tenho para onde ir, e a violência está em todas as partes. (Ivani, entrevista, 29 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Fazendo a mesma pergunta ao Senhor George Silveira (pedreiro) ele responde:

Olhe, morar aqui, é bom demais, tranquilo, sossegado. Aqui já moro há 35 anos e nunca me aconteceu nada. Falam que tem violência, assaltos, mas, comigo não tem acontecido nada, nem com minha família, graças a Deus. Tenho 9 filhos, eles ficam em casa, saem para brincar, jogar futebol, é tudo tranquilo. O que gostaria mesmo é que tenha trabalho aqui mesmo, para não ter que procurar em outros lugares. (George, entrevista, 29 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Essas interpretações paradoxais nos permite pensar nas grandes diferenças que existem neste lugar. Tudo começou quando, a partir da década de 40, vários camponeses, agricultores se mudaram para as cidades, procurando melhores condições de vida. Os migrantes chegaram a Porto Alegre cheios de sonhos e com esperança de melhor qualidade de vida. No entanto, ao chegar se depararam com uma triste realidade: a indústria requeria mão-de-obra especializada. Restava ao agricultor sujeitar-se a aceitar empregos como biscateiro, catador de papel, vendedor informal, entre outras atividades.

Nessa circunstância foi que surgiram as malocas em Porto Alegre. Os casebres formaram várias vilas pela cidade. A Lei de 30 de dezembro de 1965⁴¹, que criou o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), transferiu os habitantes destes casebres para o km 22, longe do centro de Porto Alegre (lugar que hoje é Restinga velha).

No período de 1966 a 1971, não houve preocupação em melhorar a qualidade de vida da população por parte das autoridades. Enquanto esperavam pelas melhorias prometidas pelos governantes, os moradores resolveram se unir para lutar por seus direitos e por proteção contra possíveis atos de violência e até mesmo pela própria sobrevivência.

Naquela época quando fomos transferidos para este lugar (Restinga), tinha somente um ônibus da Prefeitura que saía às 07 horas da manhã para o centro, e para retornar saía do mercado público às 19:30 horas. Se a gente perdia aquele ônibus ficava e não tinha outro meio de transporte, para caminhar era muito longe, praticamente ficamos isolados do mundo. Quando chegamos aqui não tinha nenhum serviço básico, somente tinha três casas velhas, nem água, nem luz, nem estradas, nem médico, nada, só tinha mato. Depois que a mesma comunidade foi-se organizando e trabalhando para conseguir água encanada, fazendo encanamentos para o esgoto, as autoridades não fizeram nada do que prometeram para melhorar as condições deste lugar. (Carminha Silva, entrevista, 30 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Foi assim que os primeiros moradores da Restinga, além de serem violentados, desapropriados de suas malocas, do espaço que moravam, foram também, isolados do centro da cidade, colocados num lugar distante.

Os políticos disseram que o feio tem que sair da cidade, as malocas e os cortiços deviam ser mandados longe. Teve muita briga, ninguém queria sair daí, mas, houve muitos oferecimentos, falavam que ia ser construído um bairro com todas as comodidades, que iríamos ter escola, casas, posto de saúde. Nada disso recebemos. As primeiras casas foram construídas pelos próprios moradores. Minha casa foi construída por meu marido que trabalhava de pedreiro em Porto Alegre. Todos nos ajudávamos para construir nossas casas. Depois de fazermos vários abaixo assinados conseguimos da Prefeitura a primeira escola de 1º grau (José do Patrocínio), tudo conseguido pela comunidade. É aqui a comunidade é trabalhadora. (Carminha Silva, entrevista, 30 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

A administração local não teve preocupação em melhorar a qualidade de vida desta população. População que foi aumentando com o deslocamento de novas vilas e

⁴¹ PORTO ALEGRE (Estado). Lei nº 2902, de 30 de dezembro de 1965. Cria o DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação. Base da Legislação Federal do Brasil, 1965. (legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificação /AIT%202-1965)

com famílias sem condições de morar em outro lugar, famílias pobres que eram atraídas pelas promessas de casa própria. Em 1971, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) ordena a construção de casas de alvenaria, que custaria pouco dinheiro com ajuda do Banco Nacional de Habitação (BNH), para onde seriam transferidas as famílias. Os moradores tiveram que esperar muito tempo para que esses oferecimentos fossem efetivados. Enquanto esperavam, eles continuavam lutando pelos seus direitos.

Naquela época (1965) aqui nem era considerado bairro. Acho que isso mesmo nos motivava para unirmos mais e trabalhar juntos, pois estávamos todos na mesma condição, ninguém tinha mais que outro, todos lutávamos pela sobrevivência. Quando morávamos no centro, pelo menos tínhamos latas velhas para nos proteger da chuva, aqui não tínhamos nada e para trazer era muito longe, esta região é muito úmida, tínhamos problemas de saúde, nossos filhos ficavam doentes o tempo todo, muitos morreram, mais isso, nem se conta para todo mundo. Acho que por todas essas dificuldades é que éramos bem unidos, mesmo que não conseguíamos muita coisa. Aos poucos Deus ajuda. (Rogério Lima, entrevista, 25 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Desde 1965, quando foram trazidos os primeiros moradores para esta região pela Prefeitura, mesmo não sendo considerado bairro, eles já se consideravam parte da grande cidade. Pelos depoimentos dos moradores se sabe que a partir daquele momento a região foi crescendo, mesmo sem planejamento urbanístico. Por meio da luta incansável dos moradores, os órgãos públicos municipais projetaram em 1969 um grande núcleo habitacional. Este núcleo foi construído à esquerda da Avenida João Antônio da Silveira (atual Avenida Principal).

Essa área foi dividida em cinco unidades onde seriam construídas habitações, escolas, creches, centros de cuidados diurnos, centros de recreação e lazer, comércio, hospital, etc.; até hoje, só quatro unidades foram construídas.

Com o aumento da população tiveram que desenhar uma nova área que hoje é chamada de Restinga Nova. Ao contrário da parte velha, houve pressa nas obras. A primeira unidade construída no início dos anos 70 tem seus trabalhos concluídos em 1971. A senhora Britz Cavalheiro Rodriguez foi a primeira moradora, em 10 de setembro de 1971, ela veio da Restinga Velha. As casas eram entregues na medida em que eram concluídas e dependia das inscrições feitas no DEMHAB, e através de sorteio eram entregues para trabalhadores que ganhassem até 5 salários mínimos.

É, fui privilegiada como a primeira moradora das casas construídas por esse projeto, tomara que continuem construindo mais casas, porque tem muitas

peçoas que precisam. (Britz Cavalheiro Rodriguez, entrevista, 25 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

O projeto destinava-se aos moradores da Restinga Velha que, aos poucos, se mudaram para Restinga Nova. Contudo, devido às prestações muito altas, poucos foram para o novo núcleo. Muitos pobres das vilas periféricas eram jogados na Restinga Velha.

Em 1977, estavam concluídas e ocupadas as 3 primeiras unidades, bem como o centro comunitário das Restingas (nova e velha). Em 1981, foi a vez da quarta unidade, o conjunto Monte Castelo, com 512 apartamentos.



Fotos do arquivo: Wilfrido Palacios, em anexo 2

Para o lazer da população, apesar de já existir o CECORES (Centro de Comunidade Vila Restinga) com ginásio de esporte coberto e campos de futebol espalhados por todas as ruas, houve a criação de uma escola de samba. A infra-estrutura da Restinga foi melhorando com o surgimento de pequenos centros comerciais, escolas, creches, ginásios de esportes, delegacia de polícia.

Enquanto a Restinga Nova crescia com seus centros habitacionais, a Restinga Velha foi sendo ocupada por novos aglomerados, alguns em áreas que não eram do DEMHAB. Junto a Restinga Velha temos hoje as vilas de Santa Rita, Barro Vermelho, Figueira, Cabriúva, Chácara do Banco, Mariana, Castelo, Bita e outras.

Atualmente, a região das duas Restingas abrigam 10% da população de Porto Alegre⁴². Juntamente ao crescimento da região, surge uma preocupação com relação à segurança pública, devido ao aumento da violência. O que era para ser um núcleo habitacional, hoje em dia é um dos bairros mais populosos e violentos da cidade.

⁴² Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria de Cultura.

A Restinga foi construída não com a preocupação de dar à comunidade tudo que era necessário para o bem-estar da população, por isso ainda existem tantos problemas. Hoje tem uma população 5 vezes maior do que o projeto imaginou. Entre a Restinga Nova e Velha existem contrastes, mas em ambas seus moradores vivem com dificuldades. Na Restinga Nova, os moradores têm “espaços” um pouco mais planejados com ruas, mercado, terminal rodoviário, e ainda é crescente a construção de casas; enquanto que a Restinga Velha, se caracteriza pela presença de cavalos, carroças e selas, dando à paisagem uma imagem de interior no meio do asfalto.

A formação estrutural de um bairro é tão antiga como a da cidade, embora sua natureza e função tenham variado significativamente ao longo da história. A formação do bairro Restinga é característica por seu processo de luta e identidade, mesmo que no começo, os moradores não o considerassem como bairro. As transformações e estruturas de bairro sobrevivem não somente nos espaços da cidade tradicional senão, nas novas agrupações que transformam de diversas formas para recuperar sua condição de bairro. Este processo ocorre pelos processos sociais (migrações, mudanças de estruturas familiares, interesses econômicos e ideológicos).

O primeiro grupo que chegamos na Restinga foi uma meia dúzia, mas, todos os dias chegavam famílias inteiras, trazidas pela Prefeitura ou por familiares que tinham chegado anteriormente, tudo isso pelos oferecimentos por parte da Prefeitura de casa própria e melhores condições de vida. (Rogério Lima, entrevista, 30 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Comumente se menciona o bairro como um componente característico das estruturas urbanas, embora com um significado geralmente marginal ou popular, em muitos casos estigmatizados por alguma característica específica (violência, pobres, negros, ciganos, distantes, etc.). Em outros casos é considerado como um território com formas de organização territorial autóctone.

O bairro é uma determinada comunidade que serve de marco referencial e de vida para o desenvolvimento da atividade humana. Sua escala permite a interação e solidariedade entre indivíduos, sua aprendizagem, expressão política, desenvolvimento de uma base econômica e diversos níveis de privacidade que são necessários para a vida familiar e doméstica. Politicamente o bairro exerce o papel de mediador entre os espaços públicos e espaços domésticos. Embora isto não seja uma prática comum na maioria dos bairros, no caso que nos compete (Restinga), segundo os depoimentos dos

moradores, a Prefeitura não respondeu às necessidades, mesmo depois de 1971, ano em que se oficializou como bairro.

Desde que chegamos aqui, os políticos nunca se preocuparam para melhorar as condições de vida, os oferecimentos das casas próprias e todas as promessas feitas quando nos trouxeram aqui não foram cumpridas. Os políticos aparecem somente em tempos de eleições, novamente para oferecer, mas, nunca cumprem nada do que oferecem. (Rosangela Freitas, entrevista, 20 de outubro 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

A Restinga desde sua formação como espaço habitacional teve sua particularidade, tanto no aspecto social e histórico, como na sua definição. *Quando precisávamos dar um endereço não sabíamos como dizer se bairro, favela, vizindário ou arrabalde, simplesmente dizíamos Restinga*⁴³. A complexidade de definir o conceito de bairro corresponde à multiplicidade de interpretações que se tem feito do mesmo. Mesmo com esta complexidade Rossi (1982) reconhece a existência de um componente de relação entre os elementos característicos de bairro.

Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; está caracterizado por uma determinada paisagem urbana, certo conteúdo social e uma função própria; de onde a mudança de cada um destes elementos é suficiente para fixar o limite de um bairro. (Rossi, 1982, p. 114)

Atendendo ao espaço social que não ocupa - o bairro, Safa (1998)⁴⁴, expõe que esta é uma nomenclatura herdada do passado e que, para o caso da maioria das cidades latino-americanas, remonta-se a seu processo institucional. A palavra bairro designava os lugares separados do centro urbano, periféricos e habitados geralmente por indígenas ou ciganos.

Entretanto, esta constituição de lugares apartados significou para os colonizadores, tanto espanhóis como portugueses, a possibilidade de instaurar nestas terras um modelo ideal de cidade, que lhes permitisse assegurar a transmissão de uma ordem social determinada, o qual, aplicado à realidade física, estabelecia que todas as partes deviam achar-se relacionadas de forma ampla e clara a um ponto ou elementos central, a praça de armas ou praça maior, onde se concentrariam todos os edifícios políticos e religiosos, agrupando-se ao seu redor, em círculos concêntricos, os diversos estratos sociais localizados dos mais altos aos mais baixos.

⁴³ Rosangela Freitas, entrevista, 20 de outubro de 2006, anexo 2, cd. Entrevistas.

⁴⁴ Safa, 1998, p.285.

Embora este modelo não tenha podido sustentar-se por completo com o crescimento das cidades, o certo é que este desenho deu forma ao processo de estruturação urbana na cidade (Porto Alegre), uma vez que assentou as bases para a existência de uma ordem presente até a atualidade, quer dizer, uma cidade hierárquica e segregada espacial e socialmente ativa.

Durante o século XIX, à medida que a cidade foi se modernizando, os bairros como espaços ou lugares diferenciados do resto da cidade, consolidaram-se cada vez mais. Entretanto, pouco a pouco, com o crescimento das cidades e a mobilidade da população, foram perdendo as características que tradicionalmente lhe foram atribuídas, a tal ponto, de colocar em dúvida sua existência e utilidade como categoria espacial aplicável à realidade urbana atual.

Tradicionalmente as noções de bairro ou vizinhança foram entendidas como unidades geograficamente delimitadas e que configuram determinadas relações sociais. Sob este ponto de vista, pensava-se que a unidade lamaçal ou vicinal (Safa, 1998), era portadora de uma vida coletiva criadora de laços sociais permanentes e estruturantes da vida social e pessoal. Ledrut (1987) entende o conceito de bairro como um agrupamento ou coletividade que medeia os grupos primários de base - família e vizinhança- a uma unidade maior - a cidade.

Ao estar conformado por um conjunto de unidades vicinais, o bairro encerra em si uma diversidade de relações e de grupos muito variados, cujas relações sociais variam em extensão espacial e configuração residencial. Entretanto, para o mesmo Ledrut (1987), o processo de desarticulação dos bairros é tão evidente na atualidade, que do ponto de vista das relações sociais como das atividades coletivas, a vida de bairro virtualmente não existe.

Da mesma forma que Ledrut e Nels, Anderson (1965) também expõe a dificuldade para utilizar as categorias de bairro ou vizinhança, as quais existiriam mais no conhecimento das pessoas que como realidade social. A esta colocação chega logo depois de estudar a situação comunitária de uma série de casos na cidade, a partir dos quais observa a diferença entre as condições que definiam a natureza da comunidade no passado com as existentes no presente. Entende o termo de comunidade como pequenos lugares compactos onde as pessoas se conhecem e atuam conforme a presença dos outros. Quando a comunidade se divide e se compõe por uma diversidade de unidades vicinais, o nome de comunidade se aplica à unidade maior, que é o bairro.

Segundo Anderson (1965), na cidade, as relações sociais vicinais são, acima de tudo, mais secundárias que primárias; e a mobilidade dentro e fora do território, faz que os indivíduos participem de diversos contextos de interação, o que traz implícita uma visão evolucionista da sociedade ao expor a dicotomia urbano-rural, o desaparecimento do mundo ou comunidade rural. Perspectiva como se viu fortemente dominante tanto no pensamento social do século XIX, e também nos sociólogos da Escola de Chicago.

Na atualidade, entretanto, não se pode pensar nos bairros e vizinhanças como as tradicionais comunidades fechadas, isoladas e auto-suficientes. Tampouco como uma *sociedade global* (nação, cidade, bairro ou vizinhança) que se identifica com um lugar como se a comunidade fora uma unidade localizada e própria, como expõe Anderson.

O local não pode seguir interpretando-se como sistemas ou comunidades perfeitamente delimitáveis no espaço e que possuem uma dinâmica interna própria. Isto não quer dizer, entretanto, que se esteja frente à dissolução de toda forma de comunidade e da relação entre cultura e território. Tampouco significa que seus limites sejam estes administrativos, naturais ou definidos por seus próprios habitantes não estejam bem definidos. Como expõe Giddens (1990), estes limites podem existir, mas também não estão entretecidos com laços e conexões que atravessam suas fronteiras locais, sejam nacionais, regionais ou internacionais.

Consciente desta dificuldade e das diferentes noções de bairro, Safa (1998, p. 98) entende vizinhança como sendo *um espaço de relações sociais e não como uma delimitação espacial precisa (...) por isso expõe estudar aos vizinhos e não a vizinhança*. Como espaço social de relações sociais, as vizinhanças variam em intensidade, organização e motivação, dependendo das características da população ou estrato social de pertença.

Assim, por exemplo, a organização e o sentido da mesma, dependerão entre outras coisas das distintas motivações e necessidades da população. Entretanto, sua colocação, assim como os demais autores, deixa de ser útil quando os grupos deixam de estabelecer estreitas margens de relação e vida coletiva, com as quais se sugere também, a impossibilidade de aplicar esta categoria na atualidade.

Outro fator que incidiu na desarticulação dos bairros, especificamente em seu caráter heterogêneo, quer dizer, na coexistência de distintas funções e níveis de relação social dentro de um mesmo espaço social, é a construção das chamadas “vilas homogêneas”. Estas são vistas como um produto de projetos excludentes que tentam separar orgânica e socialmente a população, através da constituição de zonas

homogêneas e isoladas. Neste contexto, a heterogeneidade dos usos e de seus habitantes é substituída pela mono-funcionalidade que separa o lugar de residência do lugar de trabalho e pela uniformidade cultural, econômica e social de seus habitantes.

Sob o ponto de vista da organização do espaço, este se constitui como um elemento de diferenciação social que se plasma não só através de sua localização ou delimitação dentro de uma área geográfica determinada, mas também, através da constituição de fronteiras ou marcadores físicos ou simbólicos que separam e dividem setores, de uma vez que delimitam a ação. Nas cidades contemporâneas, é comum ver em certas áreas urbanas um forte grau de diferenciação regional baseado na diferenças de classes ou, outras características como, a pertença a uma etnia, sexo, idade, etc., funcionando como princípios de seleção ou de exclusão espacial e social.

Em consideração ao exposto anteriormente e da perspectiva que guia este trabalho, entende-se o lapaçal - como expõe Safa - não a partir de suas manifestações objetivas como o território e *suas delimitações geopolíticas, a organização econômica e política interna e as relações sociais de vizinhança assim como tal, mas sim a partir da experiência de pertencer a um lugar e a organização vicinal para sua preservação ou mudança.* (1998, p. 98) O bairro será considerado como um sistema de relações, de sentidos e de práticas *situadas* em um contexto ou espaço social aberto, e não fechado; como um sistema de representação não preciso e homogêneo, mais ambíguo e heterogêneo; com uma relação com o tempo e a história, mais descontínua que contínua; e não só como um referente de identidade ou sentido de pertença e de práticas sociais, mais também como um cenário de tensões e de conflitos onde ficam em jogo diversos interesses, muitas vezes contraditórios, dos distintos atores sociais que habitam o lugar, como se viu nos depoimentos com relação à violência.

O bairro está composto, tanto por elementos físicos como por uma sub-cultura com determinadas características, e certo tipo de autonomia em termos de governabilidade. Neste caso, o que mais nos interessa é o bairro como estrutura física, partindo da explicação lógica de organização interna que foi formado através dos anos de luta e constância fundamentados nas relações sociais, culturais e econômicas.

O bairro foi convertendo-se em si mesmo, num sistema de luta pela reivindicação em constante e progressiva evolução, quer dizer, trata-se de um sistema dentro do que se deu em chamar a luta pela vida, cultural, social e econômica. Para que este sistema funcione foi necessária a participação ativa dos moradores por meio da

consciência coletiva. Mas, sobretudo, o mais importante é que entre o bairro e os habitantes exista um sentimento de identificação que se realimenta a cada dia. Os cidadãos e as cidadãs transformam o bairro pelos seus estabelecimentos coletivos, assim como pelas suas ações individuais, interpretando isto como a transformação do bairro num testemunho didático para sua própria transformação, quer dizer, que o bairro é ao mesmo tempo objeto de experiência e sujeito educador. Ao que perguntamos ao senhor Elias (47 anos): O senhor gosta de morar aqui? Se tivesse a oportunidade de mudar-se para outro bairro o senhor iria? Ele responde:

Eu gosto sim de morar aqui, falam que é ruim, violento, pobre, mas eu gosto, mesmo assim eu gosto, a gente se acostuma né! Aqui fiz minha vida, tenho minha família, minha mulher, meus três filhos, eles brincam, tem seus amigos, acho que não mudaria não; este bairro é minha casa, aqui jogo futebol nos finais de semana, tem duas quadras, esta da Restinga nova é ruim, mas mesmo assim a gente se diverte, se reúne com os amigos, vai no CAR (Centro Administrativo Regional), aí tem as reuniões do OP (Orçamento Participativo), onde a gente vai para discutir o orçamento e alguns benefícios que o governo dá para o bairro (Elias, entrevista, 15 de agosto 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).



Quadra de futebol na Restinga Nova. Fotos do arquivo, Wilfrido Palacios, anexo 2



Elias participando da assembléia do Orçamento Participativo junto com sua esposa.



Reunião no CAR (Centro Administrativo da Restinga): Orçamento Participativo.

Reunião no CAR (Centro Administrativo da Restinga): Orçamento Participativo. As 4 fotos são do arquivo: Wilfrido Palacios, nexa 2

As diferentes categorias dos espaços urbanos devem ser promovidas como contenedoras daquelas funções reais e comprovadas e, de uma vez, como incitadoras das formas de vida orientadas para linhas mais ou menos programadas que se definem, sobretudo, numa idéia política da cidade, porém de bairro. Se tal formulação política é fundamentalmente a do progresso comunitário, de liberdade e igualdade, teremos que admitir que, na definição das formas urbanas e sua interdependência estrutural há três elementos fundamentais: a legalidade, a identidade e a inovação cultural, que são um veículo de convivência e instrumentos educadores.

A forma urbana seja de um bairro ou cidade, deve ser facilmente legível, interpretável, utilizável por todo tipo de cidadão. Para isso, tem que estruturar-se com espaços e itinerários compreensíveis e simbólicos que nos dêem informação e acessibilidade à oferta, que se dirijam de forma coerente. Esta compreensão do tecido urbano é muito clara nas estruturas urbanas tradicionais.

Como explicávamos no começo deste capítulo, as cidades tem uma estrutura simbólica clara explicativa, que conservam o formal e o coletivo (praças, ruas, parques), e que continuam sendo magníficos centros de vida coletiva. Mas com a aparição das grandes periferias, a continuidade de leitura formal ficou interrompida e o espaço público - o espaço que é, em si mesmo, a descrição e o conteúdo da cidade - perdeu protagonismo para converter-se em um espaço restante e desformalizado. Como acontece com Restinga, se antes não tinha planejamento urbanístico e habitacional, na atualmente continua do mesmo modo. Nesses pontos, a cidade - o espaço urbano - perdeu utilidade e, acima de tudo, toda sua capacidade educadora.

Por mais que os moradores destes lugares se esforcem para que o espaço que habitam seja agradável, acolhedor e tranquilo, fica difícil. O crescimento demográfico, a falta de planejamento e recursos faz com que estes lugares periféricos percam o estilo urbano tradicional.

Porto Alegre tem realizado magníficos esforços de reurbanização e muitos deles foram encaminhados à recomposição formal do espaço público: a reativação da usina do gasômetro, a criação de novos parques e diversos programas culturais promovidos pela Prefeitura em parques como o Redenção; são lugares de lazer e convívio com possibilidade de acesso, inclusive das pessoas da periferia.

Muitos destes projetos se aplicaram também com acerto em zonas periféricas, mas não teve o mesmo sucesso ou acolhida como os parques tradicionais ou centrais. Uma vez mais fica comprovado que os investimentos não são os mesmos no centro que na periferia e que não é suficiente apenas a recomposição física de ruas e praças, a potenciação das identidades de bairro, a instalação de serviços e a implantação de estabelecimentos metropolitanos. No âmbito urbanístico é fundamental unir a periferia com o centro, quer dizer, estabelecer uma continuidade residencial e comercial até onde seja possível. Só deste modo se conseguirá que o habitante das periferias nos polígonos desumanos, nos quartéis residenciais pulverizados por uma falsa paisagem beneficie-se da urbanidade.

Não basta construir rodoviária, centro esportivo ou palcos de música, para resolver o problema, como se vê nas fotografias. Claro que não podemos desmerecer os esforços, tanto da comunidade como das autoridades. Mas, por detrás de todo esse esforço, há muita história e luta. Como diz Carlos, morador da Restinga Nova:





Só em tempos de campanha que aparecem os políticos, seja para inaugurar alguma obra que não serve para todos ou para oferecer mais do que são capazes de cumprir. Estamos cansados de lutar e sempre a mesma situação, as obras são muito devagar, uma por cada campanha eleitoral. Em tempos de campanha política, eles participam das assembléias, reuniões do CAR, mas, é a mesma história. Escutam nossas propostas, prometem cumpri-las em troca de votos e quando chegam no poder não fazem nada. Tudo é uma armação, fazem o que eles querem não o que a população precisa. (Carlos Pujol, entrevista, setembro 12 de 2005, anexo 2, Cd. Entrevistas).



As oito fotos tomadas do arquivo Wilfrido Palacios, anexo 2. As duas primeiras são da inauguração do terminal rodoviário da Restinga e as outras 6 são das reuniões da Assembléia comunitária.

Uma cidade, para ser realmente educadora mediante princípios de informação, acessibilidade à oferta, trabalho conjunto, participativo, deve ter uma configuração física de continuidade do centro para a periferia. A forma da cidade não é um atributo acessório ou protótipo: é um receptáculo significativo, promotor e educativo. Ao se aproximar das formas mais tradicionais das cidades, sobretudo, o modelo ocidental europeu que foi imposto na América Latina, facilitam melhor a legalidade e a continuidade (ruas, praças, jardins, parques, etc.), que as formas derivadas da modernidade tecnológica (rodovias, metrô, trólebus, etc.). Mas isso só é certo em determinados pontos consolidados. O urbanismo moderno deve inventar novas formas e configurações que em certo modo já está inventado que não têm porque ser simples cópias do passado. Quando perguntamos para duas jovens (Camila e Ana), adolescentes que moram na Restinga Nova: Gostam de morar neste bairro? Elas responderam assim:

Gostamos sim, muito, mas, seria melhor se tivesse um shopping, um cinema, um parque bem legal, iluminado para paquerar, tipo Redenção sabe, com segurança, para que nossas mães não fiquem preocupadas pelo medo da violência... Gostaríamos que tivesse uma escola boa, para não ter que irmos estudar longe, um centro de saúde que preste. Aqui não tem nada para fazer, tudo está no centro, é muito longe e nem temos dinheiro para a passagem, só nos domingos que a passagem é livre. (Camila e Ana, entrevista, setembro 12 de 2005, anexo 2, Cd. Entrevistas).

A cidade, além das características assinaladas anteriormente, é, e deve ser, o lugar da independência individual, da autonomia inclusive do anonimato, o receptáculo das diferenças de qualquer tipo. Mas para sustentar estas independências é preciso que a cidade ofereça certos graus de identidade. É necessário que o cidadão possa entender o significado, não só da cidade, mas também, do seu bairro e do seu entorno metropolitano, para aplicar de forma razoável sua própria autonomia, para conseguir o anonimato num âmbito reconhecedor.

Porto Alegre deve compreender que, a cidade não é somente o centro, que também existem os bairros e, como Restinga, crescem muito. Os bairros fazem parte da grande metrópole, fazem parte da área metropolitana.

O bairro é o âmbito no qual se podem iniciar soluções à grande contradição entre identidade - diferença. Nele, pode-se tentar provar o que se denomina o estabelecimento das identidades e das diferenças, as quais, no lugar de incluir-se na entropia das metrópoles, podem ser reforçadas em sua inter-relação.

Não é preciso esclarecer que, para que uma parte da cidade seja um bairro, é necessário resolver muitos elementos funcionais, dos colégios até o comércio, dos centros recreativos e esportivos até os de atenção sanitária, da adequada relação com outros setores e serviços urbanos até a solução interna da mobilidade. Mas, não basta com a proximidade do bairro, ou da rua, nos freqüentes casos em que esta assume a identidade de um segmento de coletividade. Além disso, é preciso que o cidadão entenda a realidade metropolitana e dela se beneficie, se sentindo parte de um todo e não isolado.

Um bairro não é uma cidade, mas sim uma parte da cidade e, uma cidade como Porto Alegre, é parte de uma área metropolitana. Ser natural de Porto Alegre quer dizer pertencer conscientemente a esta metrópole, tanto para quem vive no centro como para quem vive na periferia.

Muitos bairros são considerados “dormitórios” e por ficarem na periferia são confundidos como urbanos ou rurais. Devemos pensar que a cidade, em oposição ao campo, foi o cenário da mudança social. Neste sentido, devemos ser cuidadosos, já que, quando se fala de uma cidade educadora, está se construindo a imagem de uma cidade idílica. E a cidade deve ser bonita, mas ao mesmo tempo, deve manter seu caráter conflitivo, no que sempre radicou a força das grandes cidades para avançar para o progresso.

Existe muita ambigüidade no que diz respeito ao projeto educativo de cidade. Este projeto educativo se apóia em alguns elementos que o verificaram, como é a referência ao conceito de identidade. É muito importante que a cidade seja perceptível através de formas físicas criadas pelo intelecto humano. Mas, que outros elementos são educativos em uma cidade? É difícil precisar. Só se pode dar esta idéia por mediação e através de elementos de identidade. Entretanto, com freqüência, a imagem física não oferece uma imagem precisa dos problemas que sofre a cidade. Em primeiro lugar, não se deve confundir as demandas e necessidades dos cidadãos e cidadãs em relação aos serviços que oferece a cidade. Poderia não tratar-se de um espaço que interpretasse uma coletividade, mas que, em troca, reconhecesse aos anciões, os jovens, os meninos e as meninas. Isto muda a perspectiva. Não obstante, estes são aspectos funcionais que têm a ver com os equipamentos dos que se pode dotar a cidade física. Na cidade que temos podemos realizar modificações, adaptá-la melhor ao pedestre, homens, mulheres, deficientes. Estes são temas interessantes que só atendem a questões funcionais, mais

adaptadas às necessidades dos cidadãos, mas nem mesmo sob esta perspectiva a cidade não é educadora.

A cidade educadora é solidária, conceito antigo, onde todos e todas queriam o mesmo, o bem comum. Se na cidade existem bairros com todas as comodidades, e bairros com quase nada, deixa de ser educadora, no sentido físico, funcional e humano.

3.4 Identidade e pertença: a esperança da periferia

Em distintas línguas e usos, a palavra *bairro* admite importantes matizes e ambigüidades em relação às dimensões e escala de relações que abrange seu caráter popular e/ou periférico, sua conformação seja esta, espontânea ou planejada.

Na Restinga existe o arquétipo de bairro, numa condição humilde e suburbana e está carregado de um forte elemento afetivo e nostálgico, porque é um bairro distante do centro da cidade, violento e, sobretudo pela sua formação histórica. Restinga caracteriza-se por sua luta, mesmo não tendo todas as condições e serviços urbanos, os moradores se propuseram adotar esse espaço como deles. É o lugar de pertença que, até em sua visão mais negativa, evocativa da miséria, marca para sempre a existência individual e coletiva desses moradores.



Márcia e Kátia, lendo o jornal na beira da rua principal que separa a Restinga Velha da Nova. (foto: anexo 2)



O Senhor Rodrigo Silva morador da Restinga Velha, recebendo-me na porta. (foto: anexo 2)

Márcia e Kátia expressam seu afeto pelo bairro, assim:

Nós nascemos e gostamos muito daqui, mesmo que não tenha lugares legais. Nossos pais vieram com muita esperança de ter um lugar para viver, uma casa, um espaço próprio. Aqui temos nossos amigos, amigas, aqui é legal. A gente faz tudo na rua: brinca, tem balada, come nas barraquinhas, se conhece entre os vizinhos, é bom. Gostaríamos que construam shopping, cinema, lugares de

lazer, e tomara que acabem com a violência. (Entrevista, agosto 23 de 2006, anexo 2, Cd. Entrevistas).

Esta figura de bairro própria da cultura urbana e periférica impregna o qualificativo de “vida de bairro” alegre, baladeiro, quase familiar. Bairros assim não surgem por decreto nem da noite para o dia. São entidades vivas, fundadas em vínculos de parentesco e vizinhança tecidos pela permanência e o conhecimento mútuo ao longo de gerações.

Têm encontros cotidianos, festas, recordações e duelos próprios, reconhecem sinais e símbolos identificatórios que podem ser despercebidos pelos estranhos, podem gerar ritos e códigos de conduta que os diferenciam de outros bairros e do resto da cidade. Este bairro, constructo próprio de uma coletividade identificada com seu lugar ao que a tradição povoa de sentido, é eminentemente um lugar antropológico.

É uma construção real e simbólica do espaço a qual se referem todos aqueles a quem ela atribui um lugar... que é, ao mesmo tempo, princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa. (Augé, 1992, p. 57-58).

Da mesma forma, contrastando-o com

O espaço do não-lugar, que não cria nem identidade singular nem relação, a não ser solidão e similitude e tampouco lhe dá lugar à história, eventualmente transformada em espetáculo..., aí, onde reina a atualidade e a urgência do momento presente (Augé, 1992, p. 107).

Como lugar antropológico, o bairro pode ser visto, descrito, analisado, mas só pode ser plenamente apreendido e experimentado de forma vivencial. Aos que nele habita e aos passantes se manifesta através de indícios tangíveis, mas não é uma lista de vestígios ou atributos que o torna bairro. O bairro é inobjetivável porque sua essência radica numa carga de significado subjetivo, uma codificação do perceptível pelo que se sabe ou se crie de seus lugares, seus personagens, suas histórias e suas lendas.

Já dizia Manuel Castells (1974) na sua obra *La Cuestión Urbana*, da questão nova de um rigoroso materialismo científico sobre a existência dos bairros ou de qualquer unidade ecológica humana, incluindo à mesma cidade entendida assim: *Non se descubren bairros como se vê um rio; se os constrói* (Castells, 128). Os bairros, efetivamente, não se descobrem como se vê um rio. Porque descobri-los supõe um ponto de vista externo capaz de sentenciar uma realidade inapelável como a existência

de um rio, existência que, por outra parte, admite inúmeros olhares, interpretações subjetivas e descontextualizadas.

A identidade, o arraigo, a pertença, não são fatores que se possam medir de forma qualitativa ou quantitativa; não são coisas tangíveis, nem se pode comparar com a propriedade privada, ocupação ou invasão de um espaço. Os lugares de vida não são para as pessoas uma opção disponível segundo o preço, não são destinos turísticos nem lugares de espetáculo que se assiste pela televisão.

O lugar de vida não é uma mercadoria de livre escolha; não é descartável, nem intercambiável como o direito de propriedade que, aparentando dotar de uma maior segurança através da legitimação jurídica, ingressa na lógica mercantil onde tudo está sujeito à prevalência do valor de mudança. A mudança residencial, segundo investigações psicológicas, ocupa um posto muito alto na ordem de vivências traumáticas das pessoas. Quando se pergunta, você se mudaria para outro lugar? As respostas depois de um tempo de silêncio e reflexão, sempre são negativas, eu pertenço aqui, só mudaria se tivesse certeza de que no outro lugar seria melhor, mas mesmo assim o sentimento de pertença faz duvidar no momento de pensar na mudança. Sempre produz na pessoa uma espécie de desconcerto entre quem tem sua vida unida ao bairro e se reconhece nele, talvez parecido ao que produziria se lhe pergunta-se, desejaria ser outra pessoa? Certamente, o chão urbano já está despojado de muito significado da terra para o camponês, mas até nele se verifica esse sentimento íntimo de pertença recíproca “ao” e não só “do” lugar, daquele e não de qualquer outro lugar equivalente.

O bairro, como criação popular espontânea, recupera valores fundamentais da natureza humana transbordando felizmente a rigidez asséptica do planejamento autoritário da construção urbana. Esta longe de ser a *unidade natural da vida social* num meio, onde a nova era da *humanidade que, representaria a liberação dos determinismos e as exigências das fases anteriores*, sempre e quando *escape a toda repressão* (Castells, 1974, p. 109, 111 e 128). A possibilidade de liberdade na vida urbana é fictícia e cada vez mais estreita.

Num mundo cuja imensa variedade potencial (...) foi sacrificada a uma uniformidade metropolitana de um nível inferior. Um mundo sem raízes, arrancado das fontes da vida, um mundo plutônico (...) cidades que se estendem sem razão alguma e que desta sorte cortam a alma de sua existência regional (...) cidades onde se trata de fazer mais lucros no papel e mais substitutos artificiais para a vida. (Mumford, 1945, tomo 2, p. 63)

Há mais de meio século, autores como Mumford tem falado do caráter desequilibrado e desequilibrador da urbe capitalista, onde a polarização da vida social na sociedade moderna em torno dos dois extremos, a cidade e a moradia, ocorre sem exista apenas possibilidade de sobrevivência para os grupos intermédios. Os bairros continuam crescendo sem controle, com pessoas vindas de todas as partes, de todas as regiões, porém ricas em costumes e culturas e pobres em condições. Se algo de novo contribuiu a globalização neste processo é uma agudização e uma aceleração dramática dessas tendências.

A transnacionalização do poder, a precarização trabalhista, a exclusão social, o império de uma desumana competência, a ética débil, o pragmatismo, o individualismo, a compulsão ao consumo, a cultura da intrascendência, a fugacidade e o imediatismo que constituem a marca de nossa época. Como um jogo de espelhos que vão desarticulando os âmbitos moderados e significantes da vida em distintos planos e a distintas escalas, dando lugar a esse *mundo fragmentado* de que fala Castoriadis (1997) e essa *explosão da desordem* de que fala Fernández Duran reproduzindo, 60 anos mais tarde, quase textualmente as palavras do Mumford:

O tempo da vida cede passo ao tempo vazio do capital. A atomização das relações pessoais, o desarraigo, a alienação no trabalho, a ausência de um equilíbrio com a natureza, o atordoamento sonoro e lumínico, o intento de satisfação das necessidades vitais via consumo... Em definitiva, a falta de sentido da vida ocasionam uma forte desorganização da personalidade urbana na grande metrópole” (Fernández Durán, 1996, p. 138).

O avanço desta globalização apenas pode acompanhar o crescimento e a expansão indefinida das áreas metropolitanas, da segregação sócio-territorial e a eclosão de insegurança e violência, da decadência dos centros tradicionais e a aparição de novas centralidades dispersas, da multiplicação de assentamentos marginais e subúrbios residenciais, do culto ao carro, da missa para casa e o confinamento no lar e em hiper-centros fechados. O isolamento perde o sentido da comunidade, da vida em liberdade, perde a comunicação que os camponeses estiveram acostumados, perde o contato com a natureza, perde sua identidade.

A globalização vem implantando estes não-lugares, está levando a cabo a deslugarização generalizada, que leva a extremos ilimitados, a alienação iniciada com a cidade industrial e que é parte fundamental do modelado do ser humano funcional ao sistema, um átomo desarticulado, um ser anônimo, ainda mais, um indivíduo

massificado, um homem de nenhuma parte, mais parecido ao da canção dos Beatles que ao habitante do feliz *Nowhereland* de William Morris; um sujeito isolado e perdido, despojado de referências comunitárias e locais próprios, culturais, históricas e naturais, a mercê da coerção e a manipulação mediática.

A substituição dos lugares por uma rede de fluxos de informação constitui uma meta fundamental do processo de reestruturação (...) Escapar à lógica social inerente a qualquer lugar particular se converte no meio de conseguir a liberdade (...) O surgimento do espaço de fluxos expressa a desarticulação de sociedades e culturas com base local (...) O que surge –afirma– não é a profecia orwelliana de um universo totalitário controlado pelo ‘Grande Irmão’ sobre a base das tecnologias da informação. Pelo contrário, trata-se de uma forma muito mais sutil (...) Potencialmente mais destrutiva, de desintegração e reintegração social. Não existe uma opressão tangível nem um inimigo identificável nem centro de poder algum que possa ser responsabilizado de problemas sociais específicos (...) O sentido social se evapora dos lugares e, portanto da sociedade e se torna diluído e difuso na lógica de um espaço de fluxos cujo perfil, origem e propósito último são desconhecidos inclusive para muitas das entidades integradas na rede de intercâmbios (Castells, 1995, p. 484-485).

Fazer uma leitura como esta supõe fixar a atenção em dois tipos de comparações estabelecidas através de uma coordenada espacial e uma temporal, prevendo a existência de coincidências ou invariantes e de diferenças ou mudanças. Isto é, um contraponto entre lugares, por um lado, e um contraste, por outro, entre um antes e um agora de limites não precisos nem necessariamente coincidentes para um e outro bairro, mas em princípio reconhecidos, respectivamente. Uma realidade que está marcada pela história dos moradores do bairro.

As respostas procuradas não querem nem podem ser verdades científicas. Valendo-se de fontes e dados diversos –bibliografia histórica, investigações antecedentes, entrevistas, testemunhas, e outras manifestações culturais locais, assim como conhecimentos prévios e percepções pessoais– e utilizando como “indicadores” alguns princípios da existência de uma unidade de habitat localizada no espaço e o tempo - limites e distâncias, centros e anexos, signos de identidade, de arraigo ou desarraigo, unidade ou uniformidade entre partes que conformam ou não um tudo-, através e além de todo isso se tenta construir um olhar composto de olhadas diversas que permita interpretar os elementos que operam na antinomia primitiva entre unidade e fragmentação, coesão e de-coesão, ser e não-ser, em definitiva, dessa entidade chamada bairro Restinga.

Mesmo os bairros, já sejam fundados ou espontâneos, os centros urbanos são lugares antropológicos e educativos cuja carga de uso e de sentido é um processo de apropriação vivencial coletivo. As novas centralidades podem atrair multidões e carregar-se de prestígio, mas longe estão de significar o que um centro histórico pode oferecer. Os centros de negócios, novas sedes e símbolos do poder, a diferença do palácio ou a prefeitura representam um poder intangível que não pertence mais ao lugar, inexequível e indiferente a suas alegrias e tristezas. Os centros de ócio e consumo, novos templos de um culto mundial cujos ídolos e rituais vêm ditados pelo idioma publicitário alienante.

Em uma estrutura qualquer, o centro é o ponto qualificado que serve de referência para o ordenamento hierárquico das partes. É o que faz referência Pierre Bourdieu (1987) quando afirma que as distâncias espaciais coincidem com as distâncias sociais e deve ser também o que inspira o lugar de recolhimento da antinomia centro-periferia para referir-se a uma relação bipolar de poder de qualquer tipo. Entretanto, o desaparecimento da estratificação concêntrica da cidade tradicional como resultado da eclosão automotriz e as telecomunicações, longe de preparar uma equiparação das vantagens e as qualidades urbanas, reforça as distâncias e, em troca, a designificação do centro representa e coadjuva à desintegração da unidade.

Pode-se dizer que a identidade, pertença e arraigo constituem a essência de um bairro. E é, indubitavelmente, a permanência no lugar, com a substituição de gerações sucessivas, a que vai tecendo e re-tecendo uma trama de relações significativas, acumulando e decantando histórias e fábulas que compõem uma tradição e uma auto-imagem constantemente aparecida, cimentando a pertença de cada novo membro.

Arraigos e identidades são obras coletivas que contam com tempos pessoais morosamente dispostos para percursos, reconhecimentos, encontros, intercâmbios. Dali que os artífices dessa obra, mesmo no bairro como no lar, são os que permanecem mais tempo nele, são eles a população economicamente inativa: tradicionalmente, as mulheres, os meninos, os idosos e até os mascotes, integrados no ciclo da convivência cotidiana. Assim como estar ausentes dos postos de mando, é proverbial nas mulheres ser as que sustentam as redes e as organizações vicinais. Depois da dispersão das fontes de trabalho, somam-se a incorporação feminina ao mercado trabalhista, a reclusão dos idosos nas casas da família, a fatigante disciplina em que se transformou a infância, incorporada em idades cada vez mais precoces, seja à dura luta pela subsistência ou às

inacabáveis obrigações formativas que preparam para a disputa de um cada vez mais escasso lugar de dignidade cidadã.

O acréscimo das distâncias, o abastecimento em hipermercados, as rotinas e as urgências que hoje absorvem e fragmentam o tempo e os âmbitos da vida pessoal reduzindo-a a uma agenda repleta e desconexa e a um exílio permanente, tudo isto ataca medularmente à criação de lugares, arraigos e identidades.

É por isso que a administração local deve enfrentar de maneira decidida e imediata as causas estruturantes e em boa medida se concentrarem no tema da desigualdade social, com o fim de dar oportunidade para todos. Oportunidade para exercer o direito a uma qualidade de vida digna, a um emprego, um teto, uma alimentação adequada e a serviços sociais básicos, mas, sobretudo, oportunidade para ser distintos, sem temor de ser estigmatizados, que é o mesmo que dizer: violentados.

Por essa razão, consideramos que a atual perda de sentido e significado do habitar humano, manifesto entre outras coisas na escassa reflexão e pouco planejamento, levou a nossa sociedade no mundo moderno a confundir o profundo sentido do habitar, com o simples problema de ocupar um espaço e, conseqüentemente, a confundir a construção do mundo como lugar de habitação, com a mera edificação de formas, na maioria dos casos tão arbitrárias como vazias e carentes de significado. Isso como herança possivelmente do sofisma mecanicista tecno-industrial, que sob os parâmetros positivistas acabou por consolidar o projeto moderno: "Conhecer o mundo para dominá-lo", esquecendo fundamentalmente o problema de habitá-lo, e antes que isso, planejá-lo, coisa que as administrações locais modernas não estão conseguindo dar conta.

De acordo com o anterior, a tradicional e maniqueísta separação do governo das cidades entre poder público e sociedade, junto com a ineficácia de um planejamento normalmente de ordem imediatista e conjuntural que não consegue fazer partícipe o cidadão comum, portanto não só adoce o "projeto coletivo", mas também a noção de futuro.

Acusa cada vez com maior força a necessidade de repensar a "filosofia do governo das cidades" e suas estratégias de planejamento, assim como constituir verdadeiros pactos entre os distintos atores sociais, desde que as adequadas estratégias de participação envolvam o governo na construção-transformação da cidade.

Portanto, o governo deve procurar e propiciar uma relação de correspondência e inseparabilidade, entre governabilidade e habitabilidade, entre intenção e educação, entre administração e participação. Pois é tão absurdo tratar de governar uma cidade inabitável como tratar de habitar numa cidade ingovernável. *Este bairro (Restinga) é inabitável, muita violência, insegurança e as autoridades não se preocupam.*⁴⁵ As atuais tendências demonstram que governar uma cidade em sentido amplo, é assunto de seus habitantes, plena harmonia, participação, igualdade de oportunidades e bem comum.

Sob esta perspectiva, conseguir integrar harmonicamente a moradia, a recreação, o trabalho, a cultura e os serviços básicos de educação e saúde em um mesmo âmbito territorial são os desejos das pessoas, desejos que se desdobram de sua relação topofílica com o lugar, é o objetivo básico da Topofilia. Em outras palavras, este conceito e ação aponta para a construção e consolidação de um espírito comunitário orientado para o desenvolvimento sustentável a partir, tanto do reconhecimento e potenciação das especificidades de cada comunidade em particular, como do fortalecimento e consolidação dos elos psicofísicos de arraigo e pertença entre as distintas comunidades e entre estas e os lugares em que vivem, construir aquilo que é de todos a partir do reconhecimento do próprio.

O caso Restinga pretende ser um exemplo que sirva como marco de referência às experiências de outros bairros da cidade de Porto Alegre e de outras cidades. Este bairro se caracteriza pela participação⁴⁶, luta e sentido de pertença, contrária a uma proposta paternalista que busca reforçar os laços de dependência entre a sociedade civil e o Estado. O desejo de construir um parque, por exemplo, sendo os moradores os partícipes, tanto do desenho como da construção, garante não só sua preservação e cuidado, mas também o sentimento de propriedade, de formar parte daquele lugar e pertencer àquele espaço.

⁴⁵ Maria das Dores, mãe de 3 filhos, 27 anos, moradora do Bairro Restinga Velha há 15 anos, desempregada, o marido é pedreiro. Entrevista realizada no dia 16 de fevereiro de 2003, anexo 2, Cd. Entrevistas.

⁴⁶ Restinga é o bairro com maior participação cidadã, sobretudo no que diz respeito ao Orçamento Participativo e às Assembléias Regionais, 84% da população em comparação com os outros bairros da cidade de Porto Alegre. Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br>>.

Desta forma, a formação educação-participação nos leva a ter autonomia e o fortalecimento do que demagogicamente se chamou de poder local, não tem outro sentido, a não ser o da construção de uma ordem social mais justa.

Nesta perspectiva é fundamental o papel que cumpre a educação, tanto no que compete à formação de um profissional consciente e responsável pela respectiva realidade nacional e local em que vive, como no exercício de sua profissão e, fundamentalmente na sua prática cotidiana, nas manifestações familiares, sociais e locais.

Os cidadãos comprometidos com seu bairro são atores que ampliam o espectro da atuação acadêmica, projetando nas esferas de assistência, cooperação e serviço das quais professores e estudantes, mães, pais se desempenhem como promotores e dinamizadores do seu espaço local, porém de sua cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente são muitas as conclusões que podem extrair de um estudo que, como o presente, *O poder local, cidadania e educação: das condições para construção de uma cidade-educadora – um estudo produzido a partir do Bairro Restinga – Porto Alegre, Brasil* pretende contrastar diversas visões locais para extrair críticas e propostas relativas à implementação de estratégias de participação de cidadania na gestão municipal. As possibilidades que outorgam o tema nos oferecem um panorama que, certamente nos convida a analisar outros temas como: participação cidadã, Estado e sociedade civil, administração local, espaços públicos, perpassando brevemente sobre a constituição do bairro Restinga. Assim como outras vertentes que não exploramos, mas que de alguma forma guiaram o sentido de nossas indagações; enfoques que certamente pudessem contribuir valiosamente para resolver várias das interrogantes que ficam pendentes em um estudo como o presente.

Entretanto, de um ponto de vista aplicativo, consideramos que o apresentado nos capítulos precedentes nos oferece algumas considerações sobre a forma de orientar em nível local uma política participativa e educativa, cuja natureza ideal, em nossa opinião, tem que ser necessariamente experimental e vivencial, ante a qual nossas contribuições ou achados nos servirão para identificar a intencionalidade, tanto dos atores sociais, como por parte da administração local, suas responsabilidades e sua participação.

Por tudo isso, as considerações que se oferecem a seguir são reflexões orientadas para um interesse prático, tentando brindar um modelo de análise que nos sirva para identificar obstáculos e expectativas, e que ofereça certos esboços para a aplicação de estratégias participativas de uma perspectiva social, educacional e politicamente eficiente.

Uma das premissas que orientam este exercício é considerar que a participação cidadã, a educação e o poder local constituem atualmente um imperativo da cultura política, presente não somente para o caso de Porto Alegre, mas em maior ou menor medida, em nível global como tendência e necessidade atual.

Guardam uma estreita relação com as novas visões que a filosofia política está tomando nestes tempos de mudança global em todos os níveis. O giro participativo pode observar-se não somente no âmbito político, onde tende a fazer obsoletas as velhas

distinções ideológicas (liberais/conservadores, direita/esquerda, nacionalistas/universalistas), assim como em muitos outros âmbitos sociais de interação.

No âmbito político, o imperativo participativo passa incidir em vários níveis de interação: no interior dos próprios partidos políticos e na interação entre estes nos diversos âmbitos de representatividade; na relação entre setores técnicos e políticos, entre as diversas áreas da administração pública dos diversos níveis de governo, e, especialmente, na relação destes setores com a sociedade civil, onde se destaca a cidadania organizada como uma das instâncias que reclamam uma maior implicação em decisões que se tomam no governo.

A participação cidadã é vista como a solução de muitos dos problemas políticos e sociais segundo diversos atores que entrevistamos⁴⁷, alguns dos quais vêem na participação uma panacéia para resolver questões críticas a respeito do exercício político e administrativo, especialmente nos níveis municipais.

Expressar a variedade de visões, suas coincidências e antagonismos, é uma forma de atracar às conclusões do estudo tentando resumir e contrastar enfoques, ante cujo panorama impõe-se um esforço de reconciliação ou de síntese que nos permita propor mecanismos ou esboços para uma política de participação em nível municipal.

Para nosso caso nos permite ir além do que disseram nas entrevistas e nas palestras que participamos, tentando superar um primeiro nível descritivo que até agora cultivamos para estabelecer um diálogo entre o que recolhemos dos depoimentos, o que observamos presencialmente, o que temos lido ou vivido em outros contextos.

Por tudo isso, nossas considerações não partem da comprovação estatística de hipótese, mas de um empenho sintético compreensivo, inscrito em traduções que procedem tanto da sociologia, como da ciência política ou da antropologia e da educação, quando se assumem como ciências dialogantes com seus objetos e sujeitos de estudo.

As diferentes percepções recolhidas sobre o tema da participação, o poder local, cidadania e a educação, nos quatro âmbitos abordados ilustram a prevalência de uma pluralidade de culturas políticas, variados graus de politização, desconhecimento e falta de interesse produzido pela constante procura de reivindicações sem serem atendidas pelo poder local.

⁴⁷ Cf. CD de entrevistas anexo

Não há dúvida de que a participação cidadã é de interesse vital no momento político atual, isso para uma boa parte dos entrevistados, sendo mais relevante para os políticos e os cidadãos organizados, os quais manifestaram, de forma explícita, maior conhecimento e interesse pelo tema e, portanto, de quem obtive maiores críticas e propostas.

É óbvio que são vários os conceitos vertidos sobre o que implica a participação cidadã na gestão pública e as formas possíveis de levá-la à prática, segundo os múltiplos atores que interrogamos na cidade de Porto Alegre e no Bairro Restinga, tanto entre a cidadania organizada, como entre os técnicos e políticos vinculados à Prefeitura. A variedade de opiniões solicitadas mostra diversos níveis de informação e compromisso com o tema.

A maioria alude direta ou indiretamente a um conceito de participação como intervenção dos cidadãos na tomada de decisões, a qual é visto por alguns, como implicação direta nesse processo, como também no fato de que a cidadania seja consultada nos assuntos importantes, sendo unânime esta reclamação quando se trata da opinião dos diretamente afetados (os moradores do bairro Restinga). Isso foi um dos pontos que tiveram maior consenso sendo virtualmente unânime em todos os setores investigados.

Não se pode dizer o mesmo de outras formas de participação, pois, mesmo que todos nossos entrevistados tenham tematizado muito positivamente sobre seus benefícios, também é certo que nem sempre se associou de forma explícita a participação com a capacidade decisória ou com o recurso à consulta pertinente. Em alguns casos, foi conceituada como a colaboração em atividades coletivas, da assistência a reuniões informativas até a intervenção em atividades pontuais, como o planejamento das festas do bairro ou a doação em espécie para obras assistenciais.

De qualquer modo, embora a participação, governabilidade e cidadania tenham estado associadas à realização destas tarefas demarcadas, não implicou que nestas entrevistas não se aludisse em outros termos à necessidade de implementar (na Restinga), canais de diálogo com a administração municipal, reclamação que também foi expressa com unanimidade e reconhecida como uma necessidade imperiosa pelo grosso de nossos informantes do setor civil.

As diferenças encontradas quanto aos graus e níveis implícitos nos formatos participativos por eles referidos aludem a diversas maneiras de conceber tanto a

responsabilidade do cidadão em relação aos assuntos públicos, como também a um caráter ideal na relação com o governo.

Em termos gerais, quem nos pareceu mais informados e politizados entre nossos entrevistados manifestaram maiores exigências e fizeram uma crítica mais aguda a respeito das diferentes competências do governo, pondo acento nas muitas dificuldades para fazer que os cidadãos participem; mas também, na falta de confiança de que exista a suficiente vontade política para fazê-la efetiva, tematizando abundantemente sobre sua relevância.

A “participação cidadã” e a “democratização do poder público” é uma das frases que mais apareceu nas falas dos cidadãos, afirmando que como já não há ditadura, é o que deveria existir, no entanto, confirmado por eles mesmos, fica somente no discurso e não na prática efetiva. De maneira explícita, denotam particular cultura política, todo mundo fala de política e participação, muitas das vezes nem sabem bem de que se trata a participação, mas eles falam. Por outro lado, existem pessoas com alto conhecimento sobre a cultura política, sobretudo nos estratos médios da população, mas que perderam o interesse de participar, pela falta de credibilidade e coerência por parte dos eleitos para a administração pública. Da mesma forma, se situam os mais críticos em relação à gestão municipal alternando com aqueles que valoram positivamente as atuações do governo local.

É preciso comentar que muitas das opiniões recolhidas não se referem necessariamente à administração atual, pois, vários entrevistados consideraram que ainda é muito cedo para emitir julgamentos com menos de um ano da presente administração. Para outros, a administração pública não deixa de ser a mesma em todas as partes e muda lentamente como todo aparelho burocrático. É importante assinalar também que muitos falaram que a administração anterior (mais de 12 anos de administração do Partido dos Trabalhadores) era muito boa, afirmando que ela fortaleceu esta cultura de participação cidadã e educação urbana.

A importância de que o cidadão participe dos assuntos que são do interesse comum é um imperativo para uma maior democratização e qualidade de vida, se reconhece a dificuldade de levá-la à prática em vista da complexidade que assume atualmente a gestão pública e a facilidade de que suceda em uma forma de manipulação.

Existe um marcado ceticismo para a existência de uma vontade política por fazê-la efetiva, e foi uma posição comum entre cidadãos que se identificaram a si mesmos como progressistas de esquerda, mas também, entre os políticos da oposição

entrevistados, quem como outros cidadãos independentes e funcionários da Prefeitura sem filiação partidária, consideram que a participação é uma moda política para ganhar votos.

A grande Porto Alegre contemporânea tem um reconhecido status no âmbito internacional por todos os avanços realizados no campo da administração pública local: participação cidadã, o poder local, o orçamento participativo, entre outros programas que fazem parte do marco das cidades-educadoras. No entanto, existe um longo caminho por percorrer, já que o exercício político participativo exige educação, comprometimento e coerência por parte, tanto do poder político administrativo, econômico e da sociedade civil.

Uma evidente conclusão que se deriva de nossos achados é a pluralidade de significados atribuídos a Porto Alegre como cidade educadora. Não somente pelos conteúdos, mas também, pelas formas, possibilidades e alcances, apoiados em idéias diferentes sobre o que constituem modelos de democracia ou de cidadania.

As diferenças mais relevantes que prevalecem entre os setores em relação aos conceitos sobre a participação e o poder local podem possivelmente resumir-se, com o risco de simplificar-se, nas posições seguintes:

a) Pelo lado da sociedade civil, embora o ceticismo, o conformismo e a apatia sejam uma constante, contudo, é certo que a maioria vê na participação um estado utópico que seria a solução para as insuficiências democráticas e administrativas, sendo essa a opinião prevalente e, mesmo considerando que os discursos de alguns políticos sejam esperançosos e coerentes, não se pode esperar do restante dos eleitos para governar, o mesmo.

b) É importante destacar a analogia que os atores sociais em sua maioria fazem da participação cidadã como uma forma de mobilização conjuntural da população, que se exerce a margem ou inclusive contra as iniciativas governamentais. Denota um conceito do público e do político altamente suscetível de pressão e negociação, através de diversos meios, como a assinatura de petições, toma de edifícios e ruas, a realização de marchas e bloqueios de circulação e outras formas de protesto e manifestação. Para outros atores sociais, organizações, ongs, etc., a participação se entende também como todas aquelas ações que emanam das entidades cidadãs e que cobrem diversas necessidades sociais que não são atendidas de forma suficiente pelos serviços públicos.

c) A visão que compartilham a maioria dos cidadãos é considerar a participação de todos os atores sociais como uma ferramenta útil para o desenvolvimento de atividades

de trabalho com a comunidade, tendo como premissas não somente maior vontade participativa dos cidadãos e coordenação entre instituições e entidades, mas também, uma maior participação dos mesmos empregados públicos nas decisões que se tomam no interior do Consistório.

d) Finalmente, o poder público e os atores sociais consideram que a participação como um imperativo democrático não se resume somente nas reclamações sobre as insuficiências políticas e administrativas, reconhecendo não obstante a possibilidade de que os formatos participativos sucedam facilmente em formas de controle ou manipulação.

A adoção de uma política participativa e de estratégias concretas de participação implica obviamente custos tanto administrativos como políticos, tanto da sociedade civil, quanto da administração. A participação cidadã como parte importante de uma nova cultura política que é emergente no panorama social e político das cidades latino-americanas, neste caso, Porto Alegre.

Essa nova cultura política aponta para uma mudança tanto no estilo e nos mecanismos da gestão pública, como também nas relações entre cidadania e governo, pessoal técnico e político, organismos da sociedade civil e do setor privado. Embora estes elementos já tenham sido anteriormente expostos, para o caso de Porto Alegre, que é uma cidade-educadora, uma política global de participação teria que ver com aposta em prática dos princípios de honestidade, sinceridade e transparência na gestão pública e orientando-se a um modelo de administração co-gestionada, considerando os princípios da Carta das Cidades-Educadoras.

Isso implica mecanismos específicos para fazer desses princípios ferramentas que permitam sua efetivação. O direito à informação e a ser consultado, que as sugestões e queixas sejam escutadas, que se apoiem as atividades da sociedade civil na gestão do público, e outros muitos elementos cruciais para o exercício de uma experiência de participação da população, requerem da implementação de infraestrutura, da capacitação, do surgimento de novas tarefas de organização e seguimento de logística.

O modelo de co-gestão requer além da transparência administrativa, descentralização e aproximação com os cidadãos, outros aspectos que se referem à inclusão da cidadania no planejamento, a monitoria e avaliação de ações e necessidades, os planos e programas, de consulta cidadã e envolvimento nos processos de tomada de decisões, da participação em formatos específicos do tipo dos conselhos cidadãos ou

núcleos de intervenção participativa, e que dependem da faculdade de incorporar a população mediante estratégias adequadas como atores autônomos com direito a voz, voto e veto: vetores fundamentais em direção a uma democracia participativa. O que por si só já qualificaria como educadora qualquer cidade.

Uma verdadeira pedagogia urbana se pode apreender das relações entre o poder local e a efetivação da cidadania: são relações educacionais de dupla mão para a construção de uma cidade-educadora: re-educam as pessoas que exercem a governabilidade e re-educam os cidadãos que, mobilizados pela sua topofilia, se engajam na consecução da utopia mais cara na pequena ética de que trata Paul Ricoeur: *“estima de si, solicitude ao Outro e desejo de viver em sociedades mais justas”* (apud Ferreira Santos, 2004).

De um lado, a cidade-educadora deixa de ser um modelo projetivo para consolidar uma *“domestificação”* dos atores sociais avessos aos mecanismos administrativos disponíveis e, portanto, contestadores e reivindicantes (os indesejáveis aos quais se quer *“educar”* ou *“periferizar”*); e de outro lado, a cidade deixa de ser apenas a paisagem distante (refém dos políticos de plantão – independente do matiz partidário) da qual se reclama, se depreca e com a qual não se estabelece nenhum compromisso social.

Este estudo produzido a partir do Bairro Restinga em Porto Alegre tenta colaborar no desvelamento de uma nova dimensão do espaço urbano, compreendê-lo e exercitá-lo como um modelo policêntrico, que pretende estimular o potencial de desenvolvimento dos diferentes núcleos urbanos inter-relacionados entre o poder local, cidadania e educação, com o fim de alcançar uma cidade-educadora efetiva, protagonista de seu próprio desenvolvimento.

ANEXOS

Anexo: 1.

CARTA CIUDADES EDUCADORAS.

Las ciudades con representación en el Primer Congreso Internacional de Ciudades Educadoras, celebrado en Barcelona en noviembre de 1990, recogieron en la Carta inicial los principios básicos para el impulso educativo de la ciudad. Partían del convencimiento de que el desarrollo de sus habitantes no puede dejarse al azar. La Carta fue revisada en el III Congreso Internacional (Bolonia, 1994) y en el de Génova (2004) para adaptar sus planteamientos a los nuevos retos y necesidades sociales.

La presente Carta se fundamenta en la Declaración Universal de Derechos Humanos (1948); en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (1966); en la Declaración Mundial sobre Educación para Todos (1990); en la Convención que se asumió en la Cumbre Mundial para la Infancia (1990), y en la Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural (2001).

Preámbulo

Hoy más que nunca la ciudad, grande o pequeña, dispone de incontables posibilidades educadoras, pero también pueden incidir en ella fuerzas e inercias deseducadoras. De una forma u otra, la ciudad presenta elementos importantes para una formación integral: es un sistema complejo y a la vez un agente educativo permanente, plural y poliédrico, capaz de contrarrestar los factores deseducativos.

La ciudad educadora tiene personalidad propia, integrada en el país donde se ubica. Su identidad es, por tanto, interdependiente con la del territorio del que forma parte. Es, también, una ciudad que se relaciona con su entorno; otros núcleos urbanos de su territorio y ciudades de otros países. Su objetivo constante será aprender, intercambiar, compartir y, por lo tanto, enriquecer la vida de sus habitantes.

La ciudad educadora ha de ejercitar y desarrollar esta función paralelamente a las tradicionales (económica, social, política y de prestación de servicios), con la mira puesta en la formación, promoción y desarrollo de todos sus habitantes. Atenderá prioritariamente a los niños y jóvenes, pero con voluntad decidida de incorporación de personas de todas las edades a la formación a lo largo de la vida.

Las razones que justifican esta función son de orden social, económico y político; orientadas, sobre todo, a un proyecto cultural y formativo eficiente y convivencial. Estos son los grandes retos del siglo XXI: en primer lugar, "invertir" en la educación, en cada persona, de manera que ésta sea cada vez más capaz de expresar, afirmar y desarrollar su propio potencial humano, con su singularidad, creatividad y responsabilidad. En segundo lugar, promover condiciones de plena igualdad para que todos puedan sentirse respetados y ser respetuosos, capaces de diálogo. Y, en tercer lugar, conjugar todos los factores posibles para que pueda construirse, ciudad a ciudad, una verdadera sociedad del conocimiento sin exclusiones, para lo que hay que prever, entre otras necesidades, un acceso fácil de toda la población a las tecnologías de la información y de las comunicaciones que permiten su desarrollo.

Las ciudades educadoras, con sus instituciones educativas formales, intervenciones no formales (con intencionalidad educativa fuera de la educación reglada) e informales (no intencionales ni planificadas) colaborarán, bilateral o multilateralmente, para hacer realidad el intercambio de experiencias. Con espíritu de cooperación, apoyarán

mutuamente los proyectos de estudio e inversión, bien en forma de cooperación directa, bien colaborando con organismos internacionales.

La humanidad no está viviendo sólo una etapa de cambios, sino un verdadero cambio de etapa. Las personas deben formarse para su adaptación crítica y participación activa en los retos y posibilidades que se abren con la globalización de los procesos económicos y sociales; para su intervención desde el mundo local en la complejidad mundial, y para mantener su autonomía ante una información desbordante y controlada desde centros de poder económico y político.

Por otra parte, el niño y el joven han dejado de ser protagonistas pasivos de la vida social y, por lo tanto, de la ciudad. La Convención de las Naciones Unidas del 20 de noviembre de 1989, que desarrolla y considera vinculantes los principios de la Declaración Universal de 1959, los ha convertido en ciudadanos y ciudadanas de pleno derecho al otorgarles derechos civiles y políticos. Pueden, por tanto, asociarse y participar según su grado de madurez.

La protección del niño y del joven en la ciudad no consiste sólo en privilegiar su condición. Importa además hallar el lugar que en realidad les corresponde junto a unas personas adultas que posean como virtud ciudadana la satisfacción que debe presidir la convivencia entre generaciones. Niños y adultos aparecen, a principios del siglo XXI, necesitados por igual de una educación a lo largo de la vida, de una formación siempre renovada.

La ciudadanía global se va configurando sin que exista todavía un espacio global democrático, sin que muchos países hayan alcanzado una democracia efectiva y a la vez respetuosa con sus genuinos patrones sociales y culturales y sin que las democracias con mayor tradición puedan sentirse satisfechas con la calidad de sus sistemas. En tal contexto, las ciudades de todos los países deben actuar, desde su dimensión local, como plataformas de experimentación y consolidación de una ciudadanía democrática plena, promotoras de una convivencia pacífica mediante la formación en valores éticos y cívicos, el respeto a la pluralidad de las diversas formas posibles de gobierno y el estímulo de unos mecanismos representativos y participativos de calidad.

La diversidad es inherente a las ciudades actuales y se prevé un incremento aún mayor en el futuro. Por ello, uno de los retos de la ciudad educadora es promover el equilibrio y la armonía entre identidad y diversidad, teniendo en cuenta las aportaciones de las comunidades que la integran y el derecho de todos los que en ella conviven a sentirse reconocidos desde su propia identidad cultural.

Vivimos en un mundo de incertidumbre que privilegia la búsqueda de seguridad, que a menudo se expresa como negación del otro y desconfianza mutua. La ciudad educadora, consciente de ello, no busca soluciones unilaterales, simples; acepta la contradicción y propone procesos de conocimiento, diálogo y participación como el camino idóneo para convivir en y con la incertidumbre.

Se afirma pues, el derecho a la ciudad educadora, que debe entenderse como una extensión efectiva del derecho fundamental a la educación. Debe producirse una verdadera fusión, en la etapa educativa formal y en la vida adulta, de los recursos y la potencia formativa de la ciudad con el desarrollo ordinario del sistema educativo, laboral y social. El derecho a la ciudad educadora debe ser una garantía relevante de los principios de igualdad entre todas las personas, de justicia social y de equilibrio territorial. Ello acentúa la responsabilidad de los gobiernos locales en el sentido de desarrollar todas las potencialidades educativas que alberga la ciudad, incorporando a su proyecto político los principios de la ciudad educadora.

Principios

I.- EL DERECHO A LA CIUDAD EDUCADORA

1. Todos los habitantes de una ciudad tendrán el derecho a disfrutar, en condiciones de libertad e igualdad, de los medios y oportunidades de formación, entretenimiento y desarrollo personal que la misma ofrece. El derecho a la ciudad educadora se propone como una extensión del derecho fundamental de todas las personas a la educación. La ciudad educadora renueva permanentemente su compromiso con la formación de sus habitantes a lo largo de la vida en los más diversos aspectos. Y para que ello sea posible, deberá tener en cuenta todos los grupos, con sus necesidades particulares.

En la planificación y gobierno de la ciudad se tomarán las medidas necesarias encaminadas a suprimir los obstáculos de cualquier tipo, incluidas las barreras físicas, que impidan el ejercicio del derecho a la igualdad. Serán responsables de ello tanto la administración municipal como otras administraciones que incidan en la ciudad; y estarán también comprometidos en esta empresa los propios habitantes, tanto a nivel personal como a través de las distintas formas de asociación a las que pertenezcan.

2. La ciudad promoverá la educación en la diversidad, para la comprensión, la cooperación solidaria internacional y la paz en el mundo. Una educación que combata cualquier forma de discriminación. Favorecerá la libertad de expresión, la diversidad cultural y el diálogo en condiciones de igualdad. Acogerá tanto las iniciativas de vanguardia como las de cultura popular, independientemente de su origen. Contribuirá a corregir las desigualdades que surjan en la promoción cultural producidas por criterios exclusivamente mercantiles.

3. Una ciudad educadora fomentará el diálogo entre generaciones, no sólo como fórmula de convivencia pacífica, sino como búsqueda de proyectos comunes y compartidos entre grupos de personas de edades distintas. Estos proyectos deberían orientarse a la realización de iniciativas y acciones cívicas cuyo valor consista precisamente en su carácter intergeneracional y en el aprovechamiento de las respectivas capacidades y valores propios de las distintas edades.

4. Las políticas municipales de carácter educativo se entenderán siempre referidas a un contexto más amplio inspirado en los principios de la justicia social, el civismo democrático, la calidad de vida y la promoción de sus habitantes.

5. Las municipalidades ejercerán con eficacia las competencias que les correspondan en materia de educación. Sea cual fuere el alcance de estas competencias, deberán plantear una política educativa amplia, de carácter transversal e innovador, incluyendo en ella todas las modalidades de educación formal, no formal e informal y las diversas manifestaciones culturales, fuentes de información y vías de descubrimiento de la realidad que se produzcan en la ciudad.

El papel de la administración municipal es establecer las políticas locales que se revelen posibles y evaluar su eficacia; además de obtener los pronunciamientos legislativos oportunos de otras administraciones, estatales o regionales.

6. Con el fin de llevar a cabo una actuación adecuada, las personas responsables de la política municipal de una ciudad deberán tener información precisa sobre la situación y necesidades de sus habitantes. En este sentido realizarán estudios, que mantendrán actualizados y harán públicos, y establecerán canales permanentes abiertos a individuos y colectivos que permitan formular propuestas concretas y de política general. Asimismo, el municipio en el proceso de toma de decisiones en cualquiera de los ámbitos de su responsabilidad, tendrá en cuenta el impacto educativo y formativo de las mismas.

II.- EL COMPROMISO DE LA CIUDAD

7. La ciudad ha de saber encontrar, preservar y presentar su propia y compleja identidad. Ello la hará única y será la base para un diálogo fecundo en su interior y con otras ciudades. La valoración de sus costumbres y de sus orígenes ha de ser compatible

con las formas de vida internacionales. De este modo podrá ofrecer una imagen atractiva sin desvirtuar su entorno natural y social. A su vez, promoverá el conocimiento, aprendizaje y uso de las lenguas presentes en la ciudad como elemento integrador y factor de cohesión entre las personas.

8. La transformación y el crecimiento de una ciudad deberán estar presididos por la armonía entre las nuevas necesidades y la perpetuación de construcciones y símbolos que constituyan claros referentes de su pasado y de su existencia. La planificación urbana deberá tener en cuenta el gran impacto del entorno urbano en el desarrollo de todos los individuos, en la integración de sus aspiraciones personales y sociales y deberá actuar contra la segregación de generaciones y de personas de diferentes culturas, las cuales tienen mucho que aprender unas de otras.

La ordenación del espacio físico urbano atenderá las necesidades de accesibilidad, encuentro, relación, juego y esparcimiento y un mayor acercamiento a la naturaleza. La ciudad educadora otorgará un cuidado especial a las necesidades de las personas con dependencia, en su planificación urbanística, de equipamientos y servicios, con el fin de garantizarles un entorno amable y respetuoso con las limitaciones que puedan presentar, sin que hayan de renunciar a la máxima autonomía posible.

9. La ciudad educadora fomentará la participación ciudadana desde una perspectiva crítica y corresponsable. Para ello, el gobierno local facilitará la información necesaria y promoverá, desde la transversalidad, orientaciones y actividades de formación en valores éticos y cívicos. Estimulará, al mismo tiempo, la participación ciudadana en el proyecto colectivo a partir de las instituciones y organizaciones civiles y sociales, tomando en consideración las iniciativas privadas y otras formas de participación espontánea.

10. El gobierno municipal deberá dotar a la ciudad de los espacios, equipamientos y servicios públicos adecuados al desarrollo personal, social, moral y cultural de todos sus habitantes, con especial atención a la infancia y juventud.

11. La ciudad deberá garantizar la calidad de vida de todos sus habitantes. Ello supone el equilibrio con el entorno natural, el derecho a un medio ambiente saludable, además del derecho a la vivienda, al trabajo, al esparcimiento y al transporte público, entre otros. A su vez, promoverá activamente la educación para la salud y la participación de todos sus habitantes en buenas prácticas de desarrollo sostenible.

12. El proyecto educativo explícito y el implícito en la estructura y el régimen de la ciudad, los valores que ésta fomente, la calidad de vida que ofrezca, las celebraciones que organice, las campañas o proyectos de cualquier tipo que prepare, serán objeto de reflexión y participación, con los instrumentos necesarios que ayuden a las personas a crecer personal y colectivamente.

III. AL SERVICIO INTEGRAL DE LAS PERSONAS

13. La municipalidad evaluará el impacto de aquellas propuestas culturales, recreativas, informativas, publicitarias o de otro tipo y de las realidades que niños y jóvenes reciben sin mediación alguna. Llegado el caso, emprenderá sin dirigismos acciones que den lugar a una explicación o a una interpretación razonables. Procurará que se establezca un equilibrio entre la necesidad de protección y la autonomía para el descubrimiento. Proporcionará, asimismo, ámbitos de formación y debate, incluyendo el intercambio entre ciudades, con el fin de que todos sus habitantes puedan asumir plenamente las novedades que éstas generan.

14. La ciudad procurará que las familias reciban la formación que les permita ayudar a sus hijos a crecer y a aprehender la ciudad, dentro del espíritu de respeto mutuo. En este mismo sentido desarrollará propuestas de formación para los educadores en general y para las personas (particulares o personal de servicios públicos) que en la ciudad

cumplen, a menudo sin ser conscientes de ello, funciones educativas. Se ocupará, asimismo, de que los cuerpos de seguridad y de protección civil que dependen directamente del municipio actúen conforme a dichas propuestas.

15. La ciudad deberá ofrecer a sus habitantes la perspectiva de ocupar un puesto en la sociedad; les facilitará el asesoramiento necesario para su orientación personal y vocacional y posibilitará su participación en actividades sociales. En el terreno específico de la relación educación-trabajo es importante señalar la estrecha relación que deberá existir entre la planificación educativa y las necesidades del mercado de trabajo. En este sentido, las ciudades definirán estrategias de formación que tengan en cuenta la demanda social y cooperarán con las organizaciones sindicales y empresariales en la creación de puestos de trabajo y en actividades formativas de carácter formal y no formal, a lo largo de la vida.

16. Las ciudades deberán ser conscientes de los mecanismos de exclusión y marginación que las afectan y de las modalidades que revisten, y desarrollarán las políticas de acción afirmativa necesarias. En especial, atenderán a las personas recién llegadas, inmigrantes o refugiados, que tienen derecho a sentir con libertad la ciudad como propia. Dedicarán esfuerzos a fomentar la cohesión social entre los barrios y sus habitantes de toda condición.

17. Las intervenciones encaminadas a resolver las desigualdades pueden adquirir formas múltiples, pero deberán partir de una visión global de la persona, configurada por los intereses de cada una de ellas y por el conjunto de derechos que atañen a todos. Cualquier intervención significativa ha de garantizar la coordinación entre las administraciones implicadas y sus servicios. Se fomentará también la cooperación de las administraciones con la sociedad civil libre y democráticamente organizada en instituciones del llamado tercer sector, organizaciones no gubernamentales y asociaciones análogas.

18. La ciudad estimulará el asociacionismo como forma de participación y corresponsabilidad cívica, a fin de canalizar actuaciones al servicio de la comunidad y obtener y difundir información, materiales e ideas para el desarrollo social, moral y cultural de las personas. A su vez, contribuirá en la formación para la participación en los procesos de toma de decisiones, de planificación y de gestión que la vida asociativa conlleva.

19. El municipio deberá garantizar información suficiente y comprensible e incentivar a sus habitantes a informarse. Considerando el valor que supone seleccionar, comprender y tratar el gran caudal de información actualmente disponible, la ciudad educadora facilitará recursos que estén al alcance de todos. El municipio identificará los colectivos que precisen de una atención singularizada, y pondrá a su disposición puntos especializados de información, orientación y acompañamiento. A su vez, establecerá programas formativos en tecnologías de la información y las comunicaciones para todas las edades y grupos sociales con la finalidad de combatir nuevas formas de exclusión.

20. La ciudad educadora deberá ofrecer a todos sus habitantes, como objetivo crecientemente necesario para la comunidad, formación en valores y prácticas de ciudadanía democrática: el respeto, la tolerancia, la participación, la responsabilidad y el interés por lo público, por sus programas, sus bienes y sus servicios.

Esta Carta expresa el compromiso de las ciudades que la suscriben con todos los valores y principios que en ella se han manifestado. Se define como abierta a su propia reforma y deberá ser ampliada con los aspectos que la rápida evolución social requiera en el futuro.

Disponível em: <http://www.bcn.es/edcities/aice/estaticques/espanyol/sec_charter.html>

Anexo 2

CD com fotos e gravações das entrevistas realizadas em Porto Alegre e Restinga, nos períodos de fevereiro de 2003 e 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca. **Inventing Local Democracy: Neighborhood Organizing and Participatory Policy-Making in Porto Alegre, Brazil.** 1997. Tese (Doutorado) - University of California, Los Angeles, EUA.
- ALBERTI, Leon B. **Opere volgari.** Ciudad de México: Laterza, 1960.
- ALDEROQUE Silvia; POMPI, Penchansky (Compiladores). **Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano.** Buenos Aires: Paidós, 2002.
- AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad Posmoderna.** Madrid: Celeste, 2000.
- ANDERSON, Nels. **Sociología de la comunidad urbana.** México: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- ARISTÓTELES. **Política.** 3.ed. Tradução J. Pallí Bonet. Madrid: Gredos, 1995. Versão espanhola.
- _____. **Ética Nicomaquea.** 1.reimp. Tradução M. García Valdés. Madrid: Gredos, 1994. Versão espanhola.
- _____. **A política.** Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Atena, 1957.
- AUGÉ, Marc. **Los no lugares: espacios del anonimato.** Barcelona: Gedisa, 1992.
- AVRITZER, Leonardo; AZEVEDO, Sérgio de. A política do “Orçamento Participativo”: formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 27.,1994, Caxambu/MG.
- _____. Além da dicotomia estado/mercado: Habermas, Cohen, Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 36, p.213-222, jul.1993.
- BARQUERO, Antonio Vazques. **Política económica local.** Madrid: Pirâmide, 1993.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo.** Barcelona: Paidós, 1992.
- BENDIX, Reinhard. **Estado, nación y ciudadanía.** Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa.** São Paulo: Ática, 1991.
- BERNET, Jaume Trilla. Cidades Educadoras: bases conceptuais. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.) et al. **Cidades Educadoras.** Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- BERRY, Brian J.L.; HORTON, Frank. E. Democracia e cidadania. **Revista Polis**, São Paulo, n. 14, p.11-20, fev. 1994.
- _____. **Geographic perspectives on urban problems.** Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1970.
- BLACHE, Vidal. **Principios de Geografia Humana.** Santiago de Chile: Pézenas, 1922.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Graal, 1994.

BOFF, Leonardo; ARRUDA, Marcos. Educação e desenvolvimento na perspectiva da democracia integral. **Cadernos de Fé e Política**, [S.l.], n. 12, p. 55-71, 1994.

BORDENAVE, Juan E. **Que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORJA, Jordi. **Folleto La Ciudad Educadora**. Ayuntamiento de Barcelona, 1990.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida. **L'espai públic: ciutat i ciutadania**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa, 1987.

_____. **Las reglas del arte: génesis y estructura del campo literario**. Madrid: Anagrama, 1999.

BUENAVENTURA, Nicolas. **La Escuela Grande**. Bogotá: Antropos, 1994.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Ática, 1991.

CANCLINI, Nestor García. **Imaginarios Urbanos**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

CARTA da Declaração de Barcelona. **Cidades Educadoras**. Disponível em: <<http://www.aice.es>>.

CARTILHA da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, março de 2000.

CARVAJALINO, Hernando. La calle, lo ajeno, lo público. **Revista Ciudad y Hábitat - Barrio Taller**, Santa Fe de Bogotá, D.C., n. 4, ago. 1997.

CASTEL, Robert. **La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Barcelona: Paidós, 1997.

CASTELLS, Manuel. **La Era de la información: economía, sociedad y cultura**. Madrid: Alianza, 1998.

_____. **La ciudad informacional**. Madrid: Alianza, 1995.

_____. **La cuestión urbana**. Madrid: Siglo XXI, 1974.

CASTORIADIS, Constantino. **El mundo fragmentado**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1997.

CAVAFIS, Constantino. **La Ciudad: poemas canônicos**. Biblioteca Digital Ciudad Ceva. Disponível em: <<http://www.ciudadseva.com/bdcs/bibotros.htm>>.

COMITÊ ECONÔMICO E SOCIAL EUROPEU. **A sociedade civil organizada e a governança européia** - Contribuição do Comitê à elaboração do Livro Branco. Bruxelas, 25 de abril de 2001. (CS 535/2001).

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL FRANCÊS. **Acerca da representação institucional da Sociedade Civil** - Contribuição ao debate aprovada pela Mesa Diretiva na reunião de 14 de maio de 2002.

CORAGGIO, José Luis. **Descentralización: el día después**. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC/ Universidad de Buenos Aires, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992. (Polêmicas do Nosso Tempo, 51).

_____. Democracia e socialismo no Brasil de hoje. **IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Rio de Janeiro, p. 93-112, 1991.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O Que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Primeiros Passos).

DANIEL, Celso. Gestão local e participação da sociedade. **Revista Polis**, São Paulo, n. 14, p. 21-42, 1994. (Participação Popular nos Governos Locais).

DELGADO, Manuel. **Dinámicas identitarias y espacios públicos**. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona: Fundació CIDOB, n. 43-44, 1999.

DEWEY, John. **Democracia y educación**. Buenos Aires: Losada, 1978.

DOCUMENTO de Puebla. Puebla, México: **Tercera Conferencia General del Episcopado Latinoamericano**, Marzo de 1979. Edición digital de José Luis Gómez-Martínez. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/liberacion/puebla>>.

DOWBOR, Ladislau. **O Que é Poder Local?** São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros Passos).

_____. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ELIAS, Nobert. **El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ESTEVE, José M. Prefácio. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignácio (orgs.). **A cidade como projeto educativo**. São Paulo: Artmed, 2003.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 1997

_____. **Poder Local e governabilidade: o caso de Porto Alegre**. Proposta, Rio de Janeiro, n. 62, p. 23-29, 1994.

FERNÁNDEZ DURÁN, Ramón. **La explosión del desorden: la metrópoli como espacio de la crisis global**. Madrid: Fundamentos, 1996.

FERREIRA SANTOS, Marcos. Arqueofilia: o vestígio na prática arqueológica e junguiana. In: CALLIA, Marcos H. P.; OLIVEIRA, Marcos Fleury de (orgs.). **Terra Brasilis: pré-história e arqueologia da psique**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Crise Política: perigos e possibilidades para a Democracia e para a Educação. **Revista APASE**, São Paulo, n. 5, p. 31-34, jun. 2006.

_____. **Crepusculário**. São Paulo: Editora Zouk, 2004.

FISCHER, Nilton Bueno. Tempos e saberes, interações possíveis nos ciclos da escola e da vida. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Ciclos na escola, tempos na vida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Autonomia pedagógica na cidade educadora. **Da Escola Cidadã à Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre** – Publicação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, p. 25-32, dez. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educación como práctica de Libertad**. México: Siglo XXI, 1973.

GENRO, Tarso. **O controle público não-estatal e o orçamento participativo**. **Debate**: Caderno do PT, Porto Alegre, n.5, p.11-13, 1995.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. Para uma cultura solidária: uma Cidade-Educadora. In: **Seminário Nacional de Educação**, 9., 2001, Porto Alegre.

_____. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997a.

_____. Uma nova cultura da solidariedade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3-5, 12.jan.1997b.

_____. Estado globalizado e esfera pública civil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-3, 18.jul.1995.

GIDDENS, Anthony. **Consecuencias de la modernidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignacio. **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública**. Barcelona: Gilli, 1994.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1989.

HERNÁNDEZ, Alberto. **El Poema de la Ciudad**. Calabazo: Maracay, 2003.

HURTADO, Carlos. **La revolución ética**. Xátiva/México: L'Ullal Edicions, 2001.

JELIN, Elizabeth. Ciudades, cultura y globalización. Informe mundial sobre la cultura. UNESCO - **Cultura, creatividad y mercados**. Madrid: Ediciones UNESCO/CINDOC/Acento Editora, 1999.

JUSIDMAN, Clara. La participación de la sociedad civil organizada en la construcción de la democracia en América Latina. In: **Tercer encuentro de la sociedad civil organizada**. Unión Europea-América Latina y Caribe, 2004, México.

KUSCH, Rodolfo. La Ciudad. **Revista Signo y Pensamiento**, Universidad Javeriana, Bogotá, n.12, 1988.

LEDRUT, Raymond. **Sociología Urbana**. Madrid: Edición Instituto de Estudios de Administración Local, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LERNER, Jaime et al. **Las Ciudades en el Desarrollo Nacional: desafíos para un buen gobierno**. Publicación de la Municipalidad de Santiago/Chile, 1997.

LINARES, Segundo V. **Poder impositivo y libertad individual**. Buenos Aires: Alfa, 1950.

LUHMANN, Niklas; DE GEORGI, Raffaele. **Teoría de la sociedad**. México: Universidad Iberoamericana, 1993.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: MIT Press, 1960.

MARTINS, Carlos Estevam. **O circuito do poder: democracia, participação, descentralização**. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MARX, Karl. **La guerre civile en France**. Paris: Éditions Sociales, 1953.

MASSEY, Doreen. L'estudi de localitats en Geografia Regional. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, Barcelona/ Espanha, n. 21, 1990.

MEIRA DO NASCIMENTO, Milton. **O Contrato Social ou as ilusões do jogo do poder**. 1978. 117f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELO, Jorge O. Ciudad, educación e historia. In: **Cuatro Escuelas Sociales**. Familia, Escuela, Ciudad, Medios de Comunicación. Medellín: EDUCAME/Corporación Región, 1997.

MINTZ, Frank. **La autogestión**. Madrid: La Piqueta, 1977.

MOLL, Jaqueline. Os tempos da vida nos tempos da escola. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Ciclos na escola, tempos na vida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. A cidade educadora como possibilidade: apontamentos. **Da Escola Cidadã à Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre** - Publicação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, p. 22-24, dez. 2002.

_____. A escola por ciclos de formação e o desafio da aprendizagem: ou de como ressignificar a escola. **Conhecendo e discutindo a rede municipal de ensino** (Jornada de verão) - Publicação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, 2001.

_____. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MONCADA, Ramón. La ciudad educadora: un concepto y una propuesta con historia. In: _____. **Ciudad Educadora: un concepto y una propuesta.** Medellín/Colombia: Corporación Región, 1997

MORALES, Patricia. **A cidade-Educadora: da Muralha ao Diálogo.** 2004. 182p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas.** Brasília: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. **La cultura de las ciudades.** Buenos Aires: Emecé, 1945.

PIRENNE, Henri. **Historia de la economía y la invasión del siglo XVI.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório sobre a democracia na América Latina. **Para uma democracia de cidadãos e cidadãos,** 2004. Disponível em: <<http://www.undp.org/spanish/proddal/informeProddal.html>>.

PROTÁGORAS. **Fragmentos y testimonios.** Tradução, introdução e notas por José Barrio Gutiérrez. Buenos Aires: Aguilar, 1965. Versão grega.

QUINTANA, Mário. **O mapa.** (Apontamentos de História Sobrenatural). Disponível em: <http://www.paralerepensar.com.br/m_quintana.htm>

RIVERA, Alberto J. Oliveira (Org.) Dossier: Esfera pública, movimentos sociais e democracia. **Metapolítica** - Revista Trimestral de Teoria e Ciência Política, México, n. 9, jan-mar.1999.

RODRIGUEZ, ABELLA; OJEDA, R. Preparar para a vida desde a vida. **Revista Galega de Educação,** Barcelona, n. 12, jun. 1991.

ROMERO, José Luiz. **Latinoamérica: las ciudades y las ideas.** Medellín/ Colombia: Universidad de Antioquia, 1999.

ROSSI, Ino. **Antropologia política.** Barcelona: Anagrama, 1982.

SAFA, Patricia. Identidades locais y multiculturalidad: Coyoacán. In: GARCÍA CANCLINI, NÉSTOR (coord). **Cultura y comunicación en la ciudad de México. vol.I. Modernidad y multiculturalidad: la ciudad de México a fin de siglo.** México: Editorial Grijalbo, 1998.

SALAZAR, María Cristina. **La investigación-acción participativa.** Madrid: Popular, 1992.

SANTOS, Boaventura S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: **Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado,** 1998, São Paulo.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** Porto/Portugal: Afrontamento 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **De la totalidad al lugar.** Vilassar de Mar: Oikos-Tau, 1996.

SASSEN, Saskia. **Globalization and its discontents.** Nova York: The New York Press, 1998.

SCHOONBRODT, René. La ciudad es la organización física de la coexistencia. **Revista Estudios Territoriales-Ciudad y Territorio**, Madrid, vol.II, n.100-101, 1994.

SMITH, Neil. **Nuevo globalismo, nuevo urbanismo.** Barcelona: Documents d'Anàlisi Geogràfica, 2001.

SOUZA, Herbert de. Em nome do bem público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28.jun.1995, p. 3.

SPENGLER, Oswald. **La decadencia de occidente.** Buenos Aires: Osiris, 1935.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 2, 1994b.

_____. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. **Revista POLIS**, São Paulo, n. 14, p. 43-54, 1994c.

TOURAINÉ, Alain. **El regreso del actor.** Buenos Aires: Eudeba, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **La democracia en América.** Tradução Luis R. Cuellar. México: Fondo de Cultura Económico, 1957.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VARELA, Julia. Categorías espacio-temporales y socialización escolar: del individualismo al narcisismo. En: LARROSA, Jorge (ed.). **Escuela, poder y subjetivación.** Madrid: Ediciones de La Piqueta, 1995.

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios.** Barcelona: Ariel, 1999.

VILLASANTE, Thomas R. **Las democracias participativas: de la participación ciudadana a las alternativas de sociedad.** Madrid: Ediciones HOAC, 1995.

Páginas WEB:

<<http://www.david-guerrero.com/viajes/orientemedio2003/aleppo/index.html>>

<http://www.david-guerrero.com/viajes/orientemedio2003/damasco/IMG_3362.html>

<http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_charter.html>

<www.poemaspabloneruda.com/poemasdeamor/barriosinluz>

<[www.legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao /AIT%202-1965](http://www.legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao_AIT%202-1965)>

<www.cidadeantigua/bibliotecapremium/2006>

<<http://www.observapoa.com.br>>.

<<http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&q=ciudades+antiguas&btnG=Pesquisar+imagens.&gbv=2>>

<<http://www.abed.org.br/congresso2003/esp/portoalegre/portoalegre.htm>>

< http://geo.procempa.com.br/cgi-bin/mapserv?map=/programas/apache/htdocs/geo/mapa.map&mode=browse&imgext=183004.671875%201659620.625000%20188804.500000%201666869.750000&layers=bairros%20limiteBairros%20nomeBairros%20pesqBairros&item=COD_BAIRRO&value=153&imgxy=224.5%20224.5&zoom=&tipoZoom=b&backupLayers=bairros%20limiteBairros%20nomeBairros%20pesqBairros&tipoLayer=2&codigo=&numini=&numfin
=>